

Ah, esse povo do mar!

**Um estudo sobre trabalho e pertencimento
na pesca artesanal pernambucana**



Cristiano Wellington N. Ramalho



“AH, ESSE POVO DO MAR!”







Cristiano Wellington Noberto Ramalho

“AH, ESSE POVO DO MAR!”

Um estudo sobre trabalho e pertencimento
na pesca artesanal pernambucana



editora polis

ceres





Copyright © Cristiano Wellington Noberto Ramalho, 2005

Preparação: Wilson Euzébio

Revisão: Antonio Carlos Munhoz

Diagramação: Editora Polis

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ramalho, Cristiano Wellington Noberto

“Ah, esse povo do mar!”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na
pesca artesanal pernambucana / Cristiano Wellington Noberto Ramalho. –
São Paulo : Polis : Campinas, SP : CERES (Centro de Estudos Rurais do IFCH
– UNICAMP), 2006.

Bibliografia

ISBN 85-7228-024-3

1. Pesca – Pernambuco I. Título.

06-5587

CDD-639.2098134

Índices para catálogo sistemático:

- | | |
|---------------------------------|-------------|
| 1. Pernambuco : Pesca artesanal | 639.2098134 |
| 2. Pesca artesanal pernambucana | 639.2097134 |

2006

Editora Polis Ltda.

Rua Caramuru, 1196

04138-002 São Paulo SP

Fone: (11)5594-7687

polis@editorapolis.com.br

CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP

Cidade Universitária Zeferino Vaz – Barão Geraldo

13081 Campinas SP





*Sempre pensara em ir
caminho do mar.
Para os bichos e rios
nascer já é caminhar.
Eu não sei o que os rios
têm de homens do mar;
sei que se sente o mesmo
e exigente chamar.*

João Cabral de Melo Neto, *O rio*

Só tem braço forte quem segura a flor.

Dom Hélder Câmara







Sumário

Agradecimentos	9
Prefácio	13
Introdução	15

Capítulo 1

A pesca e os pescadores artesanais: perspectivas metodológicas	17
1. Objeto de estudo	17
2. Os pescadores	25
3. O ambiente de trabalho	29
4. O trabalho de campo	32

Capítulo 2

As ciências sociais e a pesca artesanal: bases teóricas	37
1. Revisão de Literatura	37
2. Por uma sociologia da pesca: trabalho e pertencimento como categorias de análise	46
2.1. A lógica do trabalho na pesca artesanal	48
2.2. Os laços de pertencimento na pesca artesanal.	54





Capítulo 3

“Quem me navega é o mar”: os trabalhadores pesqueiros e a pescaria em Suape e Itapissuma	63
1. A atividade da pesca artesanal e os seus profissionais em Suape: um breve relato histórico	63
1.1. A pesca no povoado de Suape, ontem	65
1.2. A chegada do porto e do hotel: um olhar dos pescadores	72
2. A atividade da pesca artesanal e os seus profissionais em Itapissuma: um relato sobre o passado	81
2.1. A pesca em Itapissuma	83
2.2. O avanço do desemprego e a pesca artesanal	90

Capítulo 4

“Navegar é preciso”: ser pescador em Itapissuma e Suape, hoje	97
1. A pesca como liberdade, criação e cooperação	97
2. Pescador e totalidade social	113

Capítulo 5

“Pertença-te até ao fim do mar”: parentesco, território e representação social na pesca artesanal	133
1. Relações de parentesco e amizade na pesca artesanal	133
2. O caminho das águas: segredos, hierarquias e representações sociais	147

Considerações finais: como é ser um povo do mar?	165
--	-----

Referências Bibliográficas	171
----------------------------------	-----





Agradecimentos

O trabalho acadêmico, por mais que exija em seu processo de leitura e redação um certo isolamento, nunca é resultado exclusivo de um estudo, pois seu desenvolvimento tem a ver com partilha e comunhão que são estabelecidas no decorrer da caminhada e vivência de uma pessoa dentro e fora da universidade. Desse modo, a minha história e, conseqüentemente, esta dissertação resultam de uma longa jornada, que foi sendo tecida junto aos familiares, amigos, amigas, professores, professoras, pescadores e outros. Todos me ofereceram ensinamentos e, por isso, são inúmeros os meus eternos agradecimentos.

Aos meus pais (Neide e Wellington Ramalho), a quem amo e devo a chance de ter chegado à universidade pública, pois a força de ambos sempre transformou limites em grandes possibilidades.

Aos meus irmãos e parceiros (Jano, Leto e Chico) pelos grandes momentos que tivemos e que ainda vamos ter. Saibam que este livro também é de vocês!

Aos que continuam vivos na lembrança (minhas avós – Julieta Noberto e Eunice Ramalho –, meus avôs – José Noberto e Jano Ramalho –, a minha tia Maria de Lourdes de Barros, aos meus tios Américo Ramalho, Carlos Alberto Noberto (Bel) e Flávio Ramalho), *in memoriam*.

À professora e orientadora Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, que com sua sabedoria acumulada na prática da mestrança permitiu-me descortinar uma nova territorialidade, aprender alguns caminhos sociológicos e seus segredos (afinal de conta, os bons mestres nunca revelam todos!).





Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPE), seus professores e professoras, que contribuíram para a minha formação, e ao pessoal da Secretaria, CERES e Zuleika Elias, pelo precioso apoio e paciência ao me atenderem nas incontáveis vezes que precisei de ambas.

Ao Projeto CAPES/PROCAD – “Mundo rural e as ciências sociais: produção de conhecimento e formação de pesquisadores” –, através das professoras dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UFPE) e dra. Salette Cavalcanti (UFPE), pela bolsa e a oportunidade que me foi dada no inestimável intercâmbio (de março a julho de 2002) com a UNICAMP, onde pude aprofundar conhecimentos e também escrever este trabalho.

Ao professor dr. Fernando Antônio Lourenço (UNICAMP) e à professora dra. Emília Pietrafesa de Godoi (UNICAMP) – coordenadores do Projeto PROCAD/CAPES em Campinas, SP – por transformar os meses que passei na UNICAMP, de março a julho de 2002, em ricos momentos de aprendizagem e interlocução.

Aos amigos(as) do Centro de Estudos Rurais (CERES), da UNICAMP – André Pires, Marisa Luna, Sel Guanaes e Augusto –, pelos momentos agradáveis de conversa, risos, amizade e aprendizagem acadêmica.

À Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), através da inestimável Ana-taide Crêspo, do saudoso mestre do folclore Mário Souto Maior (*in memoriam*), da pesquisadora Fátima Quintas, da generosa Edneida Cavalcanti e, especialmente, a Tânia Cristina Lima e Tarcísio Quinamo, por terem me ensinado os primeiros passos do universo da pesquisa.

À Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), particularmente aos professores(as), funcionários(as) e amigos(as) do Departamento de Letras e Ciências Humanas (DLCH), pela aprendizagem adquirida ao longo de minha trajetória no curso de Graduação em Ciências Sociais, ênfase em Sociologia Rural.

Ao NUPAUB-USP, através do seu coordenador, professor dr. Antônio Carlos Diegues, da professora Lúcia Helena Cunha e do professor dr. John Cordell, pela oportunidade oferecida – durante o curso sobre “Recursos naturais de uso comum” – de discutir as minhas lacunas em relação à temática da pesca artesanal, e a competente equipe de profissionais (Márcia, Estela e Yaskara), que são o suporte organizacional desse núcleo, pela alegria e generosidade.





Aos amigos e amigas de mestrado (Cibele, Emílio, Gabriela, Lya, Marcelo, Suzana e Wilma), por vocês serem bons demais!

Ao amigo Emílio Negreiros (por transformar a palavra amigo num ato de eterna partilha) e Raimundo Nonato (pelas saudosas conversas, ensinamentos e vivência em Campinas), e às amigas Kimio e Priscila Okino, Socorro Rangel, Mônica, Regina, Rodrigo, Viviane, Cosme e (sua) Iva (sem vocês, Campinas não seria tão acolhedora).

Aos amigos de longa caminhada de sonhos, desilusões (essas, felizmente, poucas) e realizações: José Edson Nunes Gomes, José Manoel Saraiva de Farias, Edson Urbano, Luiz Cunha, Maria Betânia Ramos, Marisônia Noronha, Marcelo Pereira de Lima, Rômulo Magalhães, Saulo Araújo, Ana Carla Cordeiro Teti, Sílvia Mota e Cristiano Melo Brito; e à minha tia-irmã Sandra Helena e minha afilhada Penélope (Pêpa).

Aos embarcações de utopias socialistas (Oscar Paes Barreto, Demetrius Fiorante, Uiran, Andréia Butto, Roberto Arrais, Luís Roberto – Beto –, Zuleide Silva e tantos outros), por ajudarem a cultivar em meu coração a força de sonhos libertários.

Ao dr. Egito Negreiros e ao ex-pescador Totonho pela força que me deram em Suape; e Severino Santos (Bil) e Joana Mousinho, por serem guerreiros das águas de Itapissuma.

A Simone Souza por tudo que vivemos, pela coerência política e pelo texto que iluminou este estudo (“Cristiano, dá uma olhadinha nesse livro aí, tá!?”).

E aos homens e mulheres de Itapissuma e Suape, que fazem da pesca artesanal uma trajetória de luta, esperança, sofrimento, alegria, beleza e ensinamento. Muito obrigado!







Prefácio

O trabalho aqui apresentado revela um dos resultados positivos e estimulantes da produção acadêmica na área das Ciências Sociais, o de dar resposta às necessidades humanas que se apresentam num determinado tempo à imaginação sociológica, assim como compreendida por Wright Mills; esse autor define o lugar dessa imaginação sociológica como sendo o de dar resposta aos problemas que afligem as sociedades e suas populações numa determinada época. Entretanto, desvendar os meandros das relações sociais que se expressam, como bem argumenta Bourdieu, nos diferentes campos de poder, não é uma tarefa das mais fáceis.

A pesquisa realizada por Cristiano Ramalho busca, simultaneamente, encontrar as respostas que se insinuam nos caminhos da autonomia e dos laços de pertencimento construídos pelos pescadores para responder aos desafios para o seu bem viver e resultou, originalmente, na sua dissertação de mesmo título, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE; gerou uma contribuição das mais ricas para o estudo da pesca e dos pescadores, num contexto de competição acirrada pelas demandas de terra, água e de mercadorias várias, inerentes ao processo de globalização. A utilização de metodologias e técnicas diversas de aproximação da realidade, bem como o diálogo estabelecido com vários dos(as) autores(as) que se destacam na sua área de estudo, revelam igualmente o debate que se instituiu no âmbito do PROCAD/CAPES, entre professores e estudantes da UFPE/UFRN/UFPB e da UNICAMP, através de um instigante programa de intercâmbio acadêmico.





Ao final do trabalho, Cristiano apresenta uma definição clara sobre o que é ser pescador. Nas suas próprias palavras:

Ser pescador não é ser um mero objeto, mas ser artífice também de um projeto de vida, que se movimenta – ganhando forma e substância – de acordo com o ritmo das águas e das relações sociais típicas das comunidades pesqueiras, que se integram a uma trama social mais ampla.

À maneira precisa de como as questões foram formuladas e os dados analisados, somam-se ao texto que ora se apresenta, uma escrita atraente e um compromisso teórico e estético, como transparecem no recorte das palavras do próprio autor, abaixo reproduzidas.

Mesmo diante das graves mudanças que vivenciaram Itapissuma e Suape, os pescadores artesanais fizeram da atividade pesqueira mais do que um refúgio para si e seus familiares, como estratégia de reprodução social. Esses homens e suas famílias conseguiram gerar formas ricas de relações socioculturais, de representações de mundo e, especialmente, de interação única com o mar-de-dentro e o mar-de-fora.

Na qualidade de orientadora da dissertação que deu origem a este livro, quero expressar minha grande satisfação por haver acompanhado a sua elaboração nas diferentes fases, nas quais se revelaram o cuidadoso trabalho do seu autor e que garantiram, ao final, a composição de um trabalho de mérito e atualidade temática, como certamente terá o leitor a oportunidade de conferir.

Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti
Professora da UFPE

Recife, 27 de abril de 2006





Introdução

Este livro é resultado de minha dissertação de Mestrado em Sociologia, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), defendida em setembro de 2002 e que contou com a orientação da prof. dra. Salete Cavalcanti (UFPE). A presente publicação incorpora algumas observações realizadas pela banca examinadora, composta pelas professoras doutoras Maria Nazareth Wanderley (UNICAMP/UFPE) e Simone Maldonado (UFPB). Neste livro, busco analisar, com base no estudo das mudanças recentes no ambiente costeiro pernambucano, as práticas sociais elaboradas por pescadores artesanais para se manterem num contexto de transformações em seus locais de trabalho e morada. Duas áreas pesqueiras, distintas ecologicamente, foram selecionadas para o estudo: uma estuarina (Itapissuma) e outra marítima (Suape).

O trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos. O capítulo 1 apresenta o problema, as questões que norteiam o estudo e como se deu o trabalho de campo, revelando, assim, os fios condutores e os aspectos essenciais a serem respondidos.

O capítulo 2 realiza uma revisão de literatura sobre o tema e discute as categorias sociológicas principais da pesquisa, enfatizando as noções de trabalho e pertencimento.

O capítulo 3 discute os elementos contidos na história das localidades, dos homens e das condições que proporcionam a estes virem a ser pescadores artesanais, especialmente os embarcados.





O capítulo 4 concentra-se em esclarecer os aspectos atinentes à compreensão da lógica do trabalho na pesca estuarina e marítima, objetivando delinear os elementos principais do processo de reprodução social dos pescadores.

O capítulo 5 explora o lugar dos laços e sentimentos de pertença na pesca artesanal.

Nas considerações finais, são analisadas as questões levantadas ao longo do texto.

Cabe esclarecer que a opção pelo título (*“Ah, esse povo do mar!”*) resultou de um comentário feito por um pescador de Itapissuma para expressar as particularidades identitárias que emergem do modo de vida de quem vive da e na pesca artesanal.





Capítulo 1

A pesca e os pescadores artesanais: perspectivas metodológicas

*Este é um estudo marxista.
Pode-se dizer, ao mesmo tempo,
demasiada e insuficientemente marxista.*
Terry Eagleton, *A ideologia da estética*

1. OBJETO DE ESTUDO

Esta pesquisa tem como foco de análise as estratégias de reprodução social adotadas por pessoas que têm na pesca artesanal sua principal fonte de sobrevivência, e foi baseada num estudo comparativo de duas comunidades de pescadores artesanais, situadas em Pernambuco, que desenvolvem seu trabalho em ambientes naturais distintos – como o mar-de-dentro (estuário) e o mar-de-fora (marítimo)¹ – e fazem uso de embarcações para realizar suas atividades.

Nesse sentido, as questões a serem respondidas são: *como os pescadores artesanais respondem, por meio de suas práticas sociais, aos impactos impostos pelo desenvolvimento do capitalismo no universo da pesca, elaborando alternativas possíveis de sobrevivência? Como as lógicas de organização societária dos pescadores artesanais de Itapissuma e Suape assemelham-se quando estes elaboram mecanismos de reprodução social diante de novos contextos socioambientais? E como os pescadores mantêm seu modo de vida e a organização tradicional de seu trabalho?*

1. Os termos mar-de-dentro e mar-de-fora são definidos pelos próprios pescadores das áreas estudadas, que os empregam para diferenciar a pesca feita antes e depois da arrebentação do mar. Quem passa da arrebentação é um pescador de mar-de-fora e quem pesca em rios, estuários e praia, e não chega a ultrapassar a barreira natural, trabalha no mar-de-dentro.





Uma das áreas estudadas é o núcleo pesqueiro de Itapissuma, que se situa no município com o mesmo nome, e compõe tanto a parte litorânea norte de Pernambuco quanto a Região Metropolitana do Recife. Encontra-se, aproximadamente, a 40 km da capital, possui área geográfica equivalente a 74 km² e uma população estimada em 20.133 habitantes (Censo IBGE, 2000).²

De grande relevância para a economia do município é a atividade pesqueira desenvolvida artesanalmente no âmbito do estuário³ do Canal de Santa Cruz, pois possibilita a sobrevivência de mais de 4.000 homens e mulheres diretamente ligados à atividade pesqueira (QUINAMO, 2000).

Além de Itapissuma, o Canal de Santa Cruz contorna toda a parte oeste da Ilha de Itamaracá, do norte ao sul, integrando mais dois municípios em sua área: Goiana e Igarassu. Tem 5.292 hectares de extensão e é formado pelos rios Botafogo, Igarassu – principais a desaguardem no canal –, Catuama e Burro Velho, servindo de comunicação entre as águas doces desses rios e as salgadas do oceano Atlântico.

Há algumas décadas, esses rios, que desembocam na região estuarina do Canal de Santa Cruz, recebem cargas de resíduos agroquímicos. Manuel Correia Andrade, no final dos anos de 1970, explicitava que o rio Botafogo era “altamente poluído por ter em sua bacia uma usina de açúcar – a São José I – e uma fábrica de soda cáustica que derrama no seu leito uma grande quantidade de cloro” (ANDRADE, 1979, p. 94). Já o rio Igarassu começou a receber descargas químicas – no mesmo período – das seguintes empresas: Papéis Finos do Nordeste S/A, Fibras do Nordeste Ltda. e Eleikeroz; e, no rio Burro Velho, a fábrica Araripe era a principal fonte depredadora (CALLOU, 1986; RAMALHO, 1999).

Como um dos resultados do crescimento urbano desordenado, há aterros de mangues e despejos de esgoto doméstico mostrando que o

2. Itapissuma, até 1982, era um dos distritos do histórico município de Igarassu. A População Economicamente Ativa (PEA) encontra emprego em indústrias, no setor de comércio nos municípios circunvizinhos (Paulista, Igarassu, Abreu e Lima, Olinda e Recife) e também se vincula aos empregos públicos e ao comércio na própria localidade.
3. Desembocadura de rio e espaço de confluência diária (em torno de duas vezes) das águas doces dos rios e salgadas do oceano (mar), onde há o ecossistema de manguezal, que é rico em biodiversidade, tanto flora como fauna, sendo, por isso, detentor de uma pluralidade de organismos aquáticos e local propício a ser berçário para a reprodução de diversas espécies de pescados (peixes, caranguejos, siris, mariscos, ostras).





ambiente pesqueiro do município de Itapissuma vem sendo transformado pelo desenvolvimento urbano e industrial da região costeira, situação que não o diferencia da maioria das localidades litorâneas brasileiras.

Em 1999, a instalação, em 300 ha do ecossistema estuarino, de uma empresa (criada com o objetivo de produzir camarão em larga escala para o mercado internacional) no Canal de Santa Cruz destruiu, em sua construção, vários hectares de mangues, para ocupá-los com viveiros.⁴

Mesmo diante dessa situação, o estuário do Canal de Santa Cruz é a mais importante área de produção pesqueira do estado, chegando a atingir a marca de 50% da captura de pescado de Pernambuco (QUINAMO, 2000). O município de Itapissuma, que tem toda a sua pesca voltada para o Canal de Santa Cruz, participou com 30,3% da produção pesqueira pernambucana em 2002. Ou seja, das 5.884,5 toneladas pescadas, Itapissuma respondeu por 1.785,4 (IBAMA, 2002). Ademais, possui um grande contingente de pessoas ligadas à atividade, que, direta e indiretamente, chega à expressiva marca de cerca de 70% da população local (LIMA & QUINAMO, 2000).

O outro núcleo de pesca, a praia de Suape, localiza-se no município do Cabo de Santo Agostinho, litoral sul, que integra também a Região Metropolitana do Recife e tem uma população de aproximadamente 152.836 moradores, cerca de 20% vivendo em áreas rurais (Censo IBGE, 2000).⁵

Como parte de um programa – o Projeto Costa Dourada – que visa desenvolver o turismo nas áreas litorâneas do sul de Pernambuco ao estado de Alagoas,⁶ os governos estadual e federal firmaram uma ação conjunta, desde o final da primeira metade dos anos de 1990, com os recursos advindos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para apoiar a instalação de complexos hoteleiros privados ao longo dessa faixa litorâ-

4. Assim como em outros estados nordestinos (Rio Grande do Norte, Ceará), os estuários pernambucanos têm sido alvo dessa nova demanda da economia internacional por camarão, fato que levou ao desmatamento de mais 850 hectares (PRORENDA-PE, 2000) desde metade do decênio de 1990 ao ano de 2000. Contudo, acredito que esse número seja bastante superior, pois essa pesquisa só estimou as empresas que trabalham com camarão legalmente.

5. A base econômica do Cabo liga-se, fundamentalmente, ao setor industrial (o município tornou-se pólo industrial desde a década de 1960) e canavieiro, que ainda empregam boa parte de sua população. Todavia, atividades pertencentes ao setor de turismo vêm alcançando aumento considerável de pessoas empregadas.

6. A escolha, por essa extensão litorânea, não se deu à-toa. Além de se tratar de localidades de grande beleza natural e sem nenhuma infra-estrutura hoteleira, o Projeto Costa Dourada contou com o respaldo das elites econômicas e dos poderes públicos municipais das áreas atingidas (ou que ainda serão) pelo programa.





nea. Dessa forma, a praia de Suape, por localizar-se na faixa litorânea sul pernambucana e possuir exuberante ecossistema costeiro, tornou-se um dos pólos de atração do turismo internacional, nacional e regional no estado, sendo escolhida para a instalação de um grande hotel, com infraestrutura rodoviária e urbanização necessárias ao seu funcionamento.⁷

A chegada do hotel veio se somar à construção do Porto de Suape, no final da década de 1970 e à sua ampliação em 1989. A implantação do Porto de Suape respondia às necessidades colocadas pelo modelo de Estado Desenvolvimentista, em uma tentativa de facilitar a exportação de mercadorias produzidas em Pernambuco e demais estados da região Nordeste, integrando suas economias aos centros dinâmicos nacionais e internacionais, e buscando atrair investimentos estrangeiros para a constituição de um pólo industrial conexo ao Porto (Governo do Estado de Pernambuco, 1978; CONDEPE, 1978). O espaço terrestre utilizado para a construção do porto foi de 500 quilômetros quadrados, tendo “27 km de comprimento ao longo do litoral e 22 km de largura máxima no sentido leste-oeste, perpendicular à costa” (CONDEPE, 1978, p. 7).

Segundo Motta (1978), havia antes da implantação do porto cerca de 800 indivíduos morando em Suape, sendo que 25% da mão-de-obra ocupada dedicava-se exclusivamente à pesca artesanal. Entretanto, Motta afirma que era preciso “ainda levar em conta o papel da pesca como insumo básico de outras categorias [...] ‘alto comércio’ e retalhistas, além do fato de que um número de outros indivíduos se volta eventualmente para a pesca” (MOTTA, 1978, p. 9-10). Numa reportagem do dia 26 de abril de 1991, o *Jornal do Commercio*, de Pernambuco, mostrou que a pesca da Vila de Suape era uma atividade valiosa do ponto de vista socioeconômico, mesmo considerando os impactos ambientais,⁸ pois havia, aproximadamente, 170 famílias de pescadores que moravam na localidade e em suas

7. A instalação desse hotel revela a própria dinâmica de apropriação do litoral dos estados nordestinos a partir de interesses econômicos empresariais locais e internacionais, visto que o hotel tornou-se fruto da relação estabelecida entre o “grupo japonês AOKI (dono da rede mundial Caesar Park) em sociedade com a empresa pernambucana Ipojuca Empreendimento e Participações S/A, juntamente com o FUNCEF (Fundo de Pensão dos Funcionários da Caixa Econômica Federal)” (OLIVEIRA, 1997, p. 4).

8. Quanto às implicações provocadas pelo Porto de Suape e pelo hotel nos ecossistemas costeiros, só a chegada do primeiro empreendimento, que contou com R\$ 200 milhões em investimentos do poder público estadual e federal, representou a devastação de mais de 600 hectares de mangue, destruição de arrecifes e a mudança no curso d’água do rio Ipojuca. O segundo, ocupou 150 hectares de área costeira, depredou cerca de 20 hectares de mangue e recebeu R\$ 40 milhões do Projeto Costa Dourada.





adjacências. Contudo, a implantação do porto e do hotel fizeram com que a pesca se voltasse, em grande parte, para o mar-de-fora (marítima), já que consideráveis áreas de manguezais foram devastadas nas últimas décadas.

O impacto dessas ações estimuladas pelas políticas públicas sobre o principal meio de produção da pesca explicita-se na queda de 65% da produção pesqueira em Suape. Estimava-se que antes da ampliação do porto a região produzia cerca de 1.400 kg de pescados ao dia, e que hoje isso caiu para menos de 1/3 (BRAGA, 1989; LIMA & LIMA, 1997). Tal fato deve-se, acima de tudo, à perda de grandes quantidades de áreas de mangue, berçário de diversas espécies marinhas.

Para entender as práticas sociais usadas pelos pescadores artesanais de Itapissuma e Suape na busca de alternativas possíveis de reprodução social, a perspectiva histórica mostra que devo interpretá-las como parte de um processo mais amplo, assim como analisa Cavalcanti (1999) ao estudar a fruticultura no Vale do São Francisco em Pernambuco, pois “dicotomizar o centro das ações entre local e global não parece ser o caminho mais promissor para explicar a riqueza das relações implicadas nesse processo” (CAVALCANTI, 1999, p. 125), principalmente quando coloca em risco o meio ambiente da pesca: o mar e o estuário.

Os núcleos de Itapissuma e Suape estão vinculados aos mais de 187 km da faixa costeira pernambucana (ver mapa) caracterizados pela profunda diversidade ecológica conforme os seus ecossistemas (estuário, mar, rio), proporcionando a utilização específica dos instrumentos de trabalho, que se clarifica na pesca praticada nas regiões estuarinas, de manguezal, cujas embarcações usadas (as conhecidas baiteiras) são movidas a vela e/ou a remo – diferenciando-se da pesca marítima que é realizada com o uso de barcos maiores – e a motor, que permite alcançar maior distância da costa. Ademais, a pescaria no ambiente marítimo faz com que os pescadores passem mais tempo no trabalho, permanecendo, no máximo, no caso de Suape, dois dias no oceano.

Em Pernambuco, 25.000 trabalhadores e trabalhadoras sobrevivem, diretamente, da pesca artesanal⁹ e usam tecnologias simples; o trabalho é realizado em regime de parceria nos mais diversos recursos naturais

9. Grupo de Apoio à Pesca (GAP). Investimentos com desenvolvimento. Relatório final. Recife, GAP, 1998.





Mapa da região metropolitana do Grande Recife, PE.

Fonte: *Diário de Pernambuco*.



aquáticos. Já a pesca industrial tem 298 pessoas ocupadas em funções ligadas ao setor¹⁰ e conta também com participação ínfima na captura de pescados no estado, já que contribui com 136,4 toneladas das 5.884,5 produzidas. O setor pesqueiro industrial vem perdendo importância no aspecto da produção, pois desceu de 11,6%, em 1981, para 2,3% em 2002 (Tabela I). Essa queda coincide com o fim da SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca) no ano de 1989, que financiava e apoiava a atividade pesqueira no Brasil, especialmente o setor industrial.¹¹

Tabela I – Produção pesqueira capturada em Pernambuco, por tonelada e setor (1981-2002)

Tipo de pesca	1981		2002	
	Abs.	%	Abs.	%
Pesca industrial	651	11,6	136,4	2,3
Pesca artesanal	4.965	88,4	5.748,1	97,7
Total	5.616	100	5.884,5	100

Fonte: Estatística da Pesca, IBGE (1981) – IBAMA (2002) – Organização do Autor.

Deve-se também ressaltar que as características ecológicas do litoral nordestino inibem o desenvolvimento da pesca industrial, porque esta faz uso de redes de arrasto, armadilha que acaba sendo inapropriada para cerca de 80% da área marítima nordestina, “uma vez que a plataforma é estreita, de fundo irregular constituída por corais” (ALMEIDA, 1997, p. 49), colocando limites ao seu uso. No caso dos estuários pernambucanos, eles, em sua maioria, não comportam barcos pesqueiros artesanais motorizados (os botes),¹² e isso se agrava no caso das embarcações de grande porte, devido à baixa profundidade e ao estreitamento das zonas estuarinas. Há ainda pouco interesse das empresas capitalistas no tipo de pesca estuarina, porque dependem de uma produção em larga escala de produtos específicos e os estuários são produtores de uma maior diversidade do que de quantidade única de um tipo de pescado.

10. IBGE. Estatística de cadastro central das empresas. Brasília, IBGE, 1998.

11. Foi sob a sombra do Estado que muitas empresas funcionaram e angariavam recursos. Com a extinção da SUDEPE pôs-se fim, conseqüentemente, a inúmeras frotas industriais pelo país (DIEGUES, 1983).

12. Para se ter uma idéia sobre essa temática, é bom dizer que, dos 209 barcos existentes em Itapissuma, em 1999, nenhum tinha motor, isto é, todos eram canoas movidas a vela e/ou a remo (IBAMA, 2000).



Distintamente da pesca industrial, esses ambientes são bem utilizados pelos pescadores artesanais, que conseguiram desenvolver técnicas e tecnologias próprias para serem usadas nesses espaços aquáticos, pois, ainda que os marítimos trabalhem com embarcações menores que se movem a motor elas são mais apropriadas para a plataforma costeira, principalmente por não usarem armadilhas de arrasto. No que se refere ao estuário, os pescadores artesanais utilizam barcos menores, as baiteiras, movidos a remo e/ou a vela, e que, por isso, se adaptaram com eficiência às qualidades náuticas desse ambiente.

Diante dos tipos diferentes de pescadores artesanais, sejam os que trabalham na beira de rios e estuários na coleta manual de mariscos, sururus, caranguejos, ostras, utilizando para captura as mãos, pés e, no máximo, instrumentos como foices, facão, físgas e outros, ou os que trabalham embarcados (dentro dos barcos), fazendo uso de rede e outras armadilhas para pescar, em mar e estuário, busquei centrar minha abordagem em um tipo de pescador artesanal que é comum a ambos os ambientes mencionados: o embarcado,¹³ aquele que desenvolve sua atividade em barco, independente da técnica de captura que emprega.

Os pescadores artesanais embarcados são sujeitos sociohistóricos que se apropriam de maneira bastante peculiar de um recurso ecológico particular – por ter seu uso livre e por sofrer mudanças ambientais constantes –, por meio de suas práticas produtivas e simbólicas, cuja organização se dá à base da experiência de um conhecimento adquirido no transcurso da vida e que tem na esfera do trabalho sua essência. Utilizam tecnologias patrimoniais/artesanais (barcos, redes), independentemente de possuí-las ou não, que permitem pouca ou nenhuma capacidade de acúmulo de capital. Ademais, produzem essencialmente para o mercado, ao qual estão subordinados por uma extensa rede de atravessadores, mas não excluem o consumo doméstico, funcionando dentro do sistema de parceria, que é regido, normalmente, pelos laços de pertencimento a uma parentela (sem que a unidade doméstica – esposa, marido e filhos(as) –

13. A utilização do termo *embarcado*, nesta pesquisa, advém da definição feita pelos próprios pescadores artesanais de Itapissuma e Suape, que o empregam no intuito de afirmar que eles pescam em barcos nas águas marítima e estuarina, de modo artesanal. Portanto, não tem o mesmo sentido usado pelos pescadores do Sul e Sudeste do Brasil, que o usam para caracterizar os pescadores assalariados que trabalham em barcos do setor industrial, no mar alto.





seja o núcleo central), aos compadres e amigos, cujo pagamento do trabalho respeita a lógica do quinhão, sendo o produto repassado, obrigatoriamente, ao dono dos instrumentos de trabalho, como revelam os nossos dados e as contribuições de Diegues (1983, 1995a), Loureiro (1985) e Maldonado (1985, 1986 e 1994).

Mesmo não sendo a principal empregadora de mão-de-obra em Pernambuco,¹⁴ a pesca é uma atividade que conseguiu possibilitar a existência socioeconômica de considerável parcela de indivíduos e seus familiares que a ela se dedicam até em condições adversas na região nordestina, principalmente nas áreas próximas à costa, nas quais ainda impera a produção canavieira e que é alvo de intensa especulação imobiliária.

2. OS PESCADORES

Estudos têm demonstrado que o trabalho da pesca, em Pernambuco e em outros estados no Nordeste, ocupou função significativa no abastecimento alimentar quando “índios e escravos africanos eram forçados a se especializar na atividade pesqueira para fornecer peixe para a população dos engenhos” (LANNA, 1995, p.139), e para que o campesinato, que surgia dentro e fora do alcance dos engenhos, “valorizasse a captura de pescados enquanto fonte valiosa de sua alimentação diária” (ANDRADE, 1965, p. 76).

Desde o início da colonização, muitos indivíduos nativos (índios) e mestiços sobreviviam da pescaria, habitando localidades que não interessavam, naquele momento, à expansão da lavoura canavieira. As referidas populações formavam, em algumas áreas, pequenas aldeias na beira das praias, com casas típicas feitas com telhados de palhas de coqueiros, dando uma ocupação socioeconômica ao litoral (RIBEIRO, 1995).¹⁵ Alguns desses

14. É válido lembrar que, de grande relevância na economia pernambucana, a cana-de-açúcar sempre ocupou papel de destaque, embora esteja, hoje, enfrentando uma grave crise que levou à falência várias usinas (Catende, Aliança, Barreiros, Serro Azul e outras) e engenhos. De acordo com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado de Pernambuco (FETAPE), havia em torno de 80.000 pessoas que foram assalariadas na cana-de-açúcar, em 2001.

15. “Comunidades especializadas e autárquicas eram formadas por pescadores que, combinando técnicas nativas e técnicas portuguesas, proviam ao mercado um produto mercantil específico e acessível. Elas se distribuíam em aldeias pelas praias, dando uma ocupação humana permanente ao litoral. Constituíam uma outra economia da pobreza, que possibilitaria maior fartura, mas não ensejava riqueza” (RIBEIRO, 1995, p. 292).





trabalhadores e seus familiares conseguiram, durante bom tempo, viver com certa “autonomia” social e econômica, tornando-se detentores de características singulares em seu modo de vida por desenvolver modos “particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica...” (DIEGUES, 1996, p. 14).

No decorrer dos séculos, negros e mulatos destacam-se, no Nordeste, na qualidade de “dominadores” das águas dos rios, estuários e mar (FREYRE, 1963), sem deixar de manter e utilizar habilidosamente as técnicas de captura e navegação anteriormente existentes, ora a canoa, a jangada (influência indígena) e as redes de emalhar e envolver (heranças portuguesas, mas algumas de emalhar feitas de *ticum*, produtos do saber nativo), ora as técnicas de captura de peixes por tapagem de algumas áreas dos rios de acordo com o fluxo das marés (prática indígena) e de navegação (portuguesa) (BONIN, 1984; MUSSOLINI, 1980).

Dessa maneira, os fatores elencados indicam que, mesmo guardadas as especificidades da pesca marítima e estuarina, os pescadores que se apropriaram dos citados ambientes aquáticos tiveram, essencialmente, as mesmas matrizes fundadoras (o índio e o português), que os aproximam, mais do que os distanciam, socioculturalmente.¹⁶

Todavia, não se pode negar que, para se reproduzirem nesses espaços naturais, os pescadores criaram particularidades de relações socioculturais, seja no caso do ambiente marinho, pela edificação de um rico imaginário de relações de solidariedade nos barcos frente aos riscos impostos pelo oceano, de trabalho num espaço extremamente móvel, “infinito” e distante da terra, seja no espaço estuarino, geograficamente limitado e próximo à terra, regido pelo fluxo diário realizado pelo movimento das marés (cheia e vazante) e dos ciclos naturais de reprodução e migração de espécies. Tais diferenças não devem ser negadas em hipótese alguma, mas descartar as semelhanças das práticas sociais adotadas pelos trabalhadores da pesca em estuário e mar é um equívoco. Elas são encontradas nos próprios laços de solidariedade presentes no sistema de parentesco, da importância do mestre e do sistema

16. Concernente à perda do domínio do homem índio em relação à pesca, a mesma se deve às perseguições e extermínios a que o mesmo foi submetido no processo de colonização.





de marcação dos pesqueiros estabelecidos, tanto em relação à pesca estuária relatada por Cordell (1989 & 2001) no sul da Bahia quanto na atividade pesqueira marítima discutida por Maldonado (1994) na Paraíba.

É válido lembrar que a pesca, de modo geral, tornou-se, ao longo do tempo, uma atividade marginal e/ou apêndice dentro da economia açucareira, segundo o perfil dos indivíduos que se mantiveram no trabalho e do papel que o setor pesqueiro exerceu, subordinadamente, em diversas situações. Na pesca, devido à pluralidade de recursos naturais aquáticos, homens e mulheres encontravam sua única possibilidade de sobreviver e, de certa maneira, “fugir” (quando possível) ao intenso controle exercido pelos senhores de engenhos sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar, tanto escravos como os moradores.

Não se pode negar que muitos jangadeiros eram escravos e exerciam essa atividade a serviço dos senhores de engenho ou de outros proprietários, pois “até 1888 muitos escravos trabalharam em jangadas, alugados por seus amos [...] À tarde, encalhada a embarcação, voltavam levando os peixes que eram vendidos em benefícios do ‘senhor’” (CASCUDO, 2002, p. 30). Todavia, não estavam na mesma situação de opressão dos negros que se vinculavam à atividade da cana e/ou afazeres domésticos, porque, além de trabalharem com maior “autonomia”, podiam tentar juntar dinheiro para comprar suas cartas de alforria (SILVA, 1993).¹⁷

Em algumas regiões, essa realidade de “fuga” foi mudando. Com o processo de urbanização, cidades como Recife e Salvador experimentaram a falta de diversos alimentos, inclusive peixes. Freyre (1968) justifica essa ausência devido ao domínio, na área de produção e comercialização de pescados, dos grandes proprietários de terra, atravessadores e donos de sobrados, que tinham suas casas em áreas próximas aos rios e praias. Como no início do século XIX boa parte dos pescadores pernambucanos não pescava em alto-mar e não possuía “redes de alto e nem armações: o peixe ou era pescado em jangadas ou em *currais*,¹⁸ formados entre as

17. “Já sugerimos em outras ocasiões que havia uma possibilidade não de todo remota para muitos pescadores escravos conquistarem sua liberdade através do trabalho. Trabalhando distantes do olhar de seu senhor, como argumentava um contemporâneo, estes escravos tinham o direito a um dia de trabalho para si mesmos, além dos domingos e dias santos que também lhes pertenciam. O que eles conseguissem pescar e vender por sua própria conta nesses dias seria deles” (SILVA, 1993, p. 37).

18. É Freyre quem nos explica sobre o que são os currais: “como morões cravados no fundo, tecidos com varas, atados com cipós; e ‘composto de 3 divisões’, ou ‘repartimentos’: o 1º, a que os pescadores chamam





praias e os arrecifes” (FREYRE, 1968, p. 172). Os *currais* eram colocados pelos (ou com a autorização dos) proprietários de terra e donos de sobrados, que se apropriavam dos espaços que iam até os arrecifes. Assim, os pescadores – com melhores condições econômicas ou os que não tinham outra alternativa de emprego para exercer seu trabalho – arrendavam os *currais* “juntamente com os sítios de coqueiros, onde levantavam seus mucambos, pagando 12 vinténs por ano por pé de coqueiro. Às vezes o arrendamento do curral era em separado, sendo a venda mais comum, de dez mil-réis, que, entretanto, variava conforme a melhor ou pior localidade” (FREYRE, 1968, p. 173).

Tudo isso só começa a sofrer alterações quando os pescadores revoltam-se contra, principalmente, os proprietários de terra e de sobrados, negando-se a pagar a renda dos *currais* e dos sítios onde moravam. Para Freyre (1968), essa revolta dos pescadores “foi talvez um dos primeiros movimentos de rebeldia de homens de mucambo ou de cabana contra os de sobrados” (idem, p. 173), que chegou a anteceder levantes populares como a Cabanagem (1835-1840), a Balaiada (1838-1841) e a Praieira (1848-1850). O clima gerado pela rebeldia dos homens, que viviam da pesca, fez com que o governo resolvesse pôr limites, nos idos de 1815, à referida opressão. Fatores esses que revelam quanto os pescadores viviam em profundos desafios em cada contexto social e econômico existente.

Sendo parte da classe subalterna¹⁹ os pescadores se assemelhavam a outros setores populares (camponeses, operários, escravos); todavia, as pessoas que se ocuparam do trabalho pesqueiro sempre possuíram um modo de vida distinto dos demais grupos, especificamente em decorrência

de sala, espaçoso, dando entrada e saída franca ao peixe; o 2º, a que chamam de ‘chiqueiro do meio’, mais apertado, porém ainda pode entrar e sair o peixe; o 3º, ‘chiqueiro de matar’, construído de maneira a não permitir a saída do peixe. Além desses compartimentos, havia mais a espia, que é ‘como uma canica, ou espaldão, muitas com os mesmos morões e varas, a qual espia serve de encaminhar o peixe para o curral’” (FREYRE, 1968, p. 172)

19. Tomo aqui emprestado o conceito de classe social de Mészáros (2002) quando diz: “a posição de classe de quaisquer grupos diferentes de pessoas é definida por sua localização no comando da estrutura do capital e não por características sociológicas secundárias, como o ‘estilo de vida’. No que diz respeito à sua localização necessariamente subordinada na estrutura de comando do capital, não há nenhuma diferença entre os trabalhadores dos países mais ‘subdesenvolvidos’ e seus semelhantes nas sociedades capitalistas mais privilegiadas” (MÉSZÁROS, István, 2002. p. 44). No caso dos pescadores artesanais, seu cotidiano mostra que estes ocupam espaço subalterno na circulação e apropriação do capital produzido por seu trabalho, que é extraído, em maior grau, por atravessadores, comerciantes e outros. Em suma, encontram-se na escala inferior de comando da estrutura do capital.





da sua própria atividade, que é completamente influenciada pelo meio natural, existência de cardumes e, principalmente, a presença das marés, fazendo com que os pescadores determinem seus horários e duração de trabalho durante o dia em função do ciclo natural das águas e do conhecimento que detêm sobre a natureza.

3. O AMBIENTE DE TRABALHO

O mar, tanto o de-fora como o de-dentro, é o ambiente de trabalho masculino por excelência, não se permitindo o emprego da atividade feminina na pesca embarcada.²⁰ Ao longo do tempo, as mulheres foram cata-deiras ou marisqueiras. Junto com seus filhos e filhas ocuparam as margens das regiões estuarinas, dos rios ou dentro dos mangues, com a pesca da ostra, siri, sururu e mariscos de modo geral.

A interação do pescador e marisqueira com o meio ambiente dá-se e é mediada pelo trabalho. Marx (1962) descreve que o trabalho humano atua sobre a natureza transformando-a, modificando-a; e ela, a natureza, oferece aos seres humanos o meio de existência “com o qual deve se manter um contínuo intercâmbio a fim de não morrer” (1962, p. 99-100). Como se observa, a partir daí trava-se uma relação dialética entre o ser humano e o ecossistema marinho, no qual os pescadores constroem e reproduzem seu mundo (material e simbólico) e mudam também a natureza. Desse contato é acrescentado o jogo das relações sociais que o circundam objetivamente, edifica uma práxis social própria.

Dessa maneira, a pesca artesanal não pode ser vista, tão-somente, como consequência de sua interação com o ambiente e o modo como os seres humanos se organizam para se apropriar do espaço natural, já que essa atividade assume configurações diante de seu contato e inserção no confronto no sistema econômico dominante, que – em muitos casos – interfere no ambiente de produção pesqueiro como fruto do desenvolvimento histórico do capitalismo.

20. Os motivos que provocam a ausência do trabalho feminino na pesca embarcada são definidos de diversos modos: alguns pescadores afirmam que dá azar; outros dizem que as mulheres não têm força e enjoariam durante a pescaria, trazendo prejuízos ao trabalho; mas há aqueles que justificam este fato pela importância da mulher no trato da casa e nos cuidados com as crianças.





A realidade sociohistórica indica que alguns pescadores artesanais encontram formas para responder, mediante sua (re)organização social, as questões colocadas pelo sistema capitalista de produção, sejam elas explicitadas pela especulação imobiliária das localidades litorâneas que levam à urbanização e ao desmatamento do ecossistema de manguezal da costa pernambucana, sejam pelos impactos da industrialização de tais regiões.

Esse contexto não é novo, pois vem se dando desde o período colonial, com a destruição da Mata Atlântica para o cultivo da cana-de-açúcar, assoreamento dos rios e estuários, poluição dos rios causada pelo surgimento de fábricas (ANDRADE, 1979) e, no século XX, o próprio processo de desenvolvimento e industrialização das unidades de produção açucareira, com o surgimento das usinas.

O monocultor rico do Nordeste fez da água dos rios um mictório. Um mictório de caldas fedorentas de usinas. E as caldas fedorentas matam os peixes. Envenenam as pescadas. Emporcalham as margens. A calda que as usinas de açúcar lançam todas as safras nas águas dos rios sacrifica cada fim de ano parte considerável da produção de peixes do Nordeste (FREYRE, 1963, p. 35).

De fato, o espaço da pesca é um local de conflitos e de constantes disputas sociais. Atualmente, a situação de precariedade é algo bastante presente no cotidiano das populações de pescadores em nosso estado. O alto índice de analfabetismo (acima de 40%) e a baixa renda familiar – já que 76% dos pescadores chegam a ganhar, no máximo, até dois salários mínimos²¹ – refletem a difícil realidade daqueles que trabalham na pesca artesanal.

Além disso, o uso desordenado das áreas litorâneas causou impacto negativo e muitas vezes irreversível ao meio ambiente costeiro e à vida dos pescadores (DIEGUES, 1995b). Há, hoje, vivendo nas cidades e município que compõem a faixa litorânea pernambucana, mais de 41% da população do estado,²² o que provoca tensões de ordem espacial e ecológica sobre os

21. PRORENDA RURAL-PE. Diagnóstico e perspectivas de capacitação e profissionalização de pescadores da pesca artesanal da Zona da Mata de Pernambuco. Relatório técnico. Recife, Prorenda Rural-PE, 1996.

22. Atualmente, há 3.247.402 pessoas – das 7.918.344 existentes em todo estado de Pernambuco – morando em \$municípios que detêm estuários e/ou mar. Ou seja, dos mais de 190 municípios, dezesseis localidades (Abreu e Lima, Barreiros, Cabo de Santo Agostinho, Goiana, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá,





recursos aquáticos e os pescadores, como a poluição, desmatamento de mangues, moradia em locais impróprios, perda das áreas tradicionais de pesca, que agravam o problema do quadro socioambiental.

Contudo, essa problemática relacionada à marginalidade socioeconômica não se fez sentir apenas nesses últimos anos, uma vez que sempre esteve presente na vida dos pescadores, historicamente, assumindo características específicas. Essa visão de um passado idílico em que os pescadores habitavam quase uma situação paradisíaca é completamente enganosa (LOUREIRO, 1985), posto que o contexto de precariedade e de depredação dos recursos naturais os acompanhou durante todo o tempo, ilustrando a capacidade que os pescadores tiveram para reproduzir-se socialmente.

As localidades pesqueiras de Pernambuco, como Itapissuma e Suape, passam por agudas mudanças em seu espaço, oferecendo questões valiosas e cobrando análises que busquem compreender sociologicamente essa situação. Nesse sentido, a relevância desta pesquisa vincula-se à necessidade de se compreender as consideráveis e significativas mudanças vivenciadas pelas regiões pesqueiras em decorrência do próprio processo de expansão do capital e do agravamento da qualidade ambiental dos espaços naturais aquáticos (mar, estuário), interferindo no modo de vida e nas práticas sociais elaboradas pelos pescadores.

Ademais, este estudo tenta suprir, ao menos em parte, a pouca produção de estudos sociológicos sobre a temática, e objetiva trazer à tona a realidade de um tipo de pescador ainda menos estudado, se comparado ao pescador marítimo – como irei mostrar através da produção acadêmica estudada –, que é o que desenvolve sua atividade em ambiente estuarino.

Uma hipótese orienta a nossa pesquisa:

A construção das estratégias de reprodução social dos pescadores artesanais, em Itapissuma e Suape, passa pela capacidade de recriar, em contextos que transcendem cada vez mais o espaço local, as relações de trabalho e pertencimento peculiares à tradição da atividade pesqueira desenvolvida artesanalmente.

Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Recife, Rio Formoso, São José da Coroa Grande, Sirinhaém e Tamandaré), que são banhadas por estuários e/ou o Oceano Atlântico, concentram mais de 40% da população pernambucana (Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000).





Podemos retirar desse pressuposto central duas importantes afirmações:

1) A sobrevivência dos pescadores artesanais de Itapissuma e Suape vai depender, fundamentalmente, das suas respostas, dadas através da lógica específica do trabalho pesqueiro (capacidade de apropriação dos recursos naturais, recriação do sistema de marcação, desbravamento de novos pesqueiros), diante das circunstâncias socioambientais encontradas, em dado momento histórico do desenvolvimento do capitalismo.

2) A relação dos pescadores de Itapissuma e Suape com uma territorialidade aquática e com uma parentela é acionada como resposta aos desafios impostos por novas condições sociais e ambientais, reorganizando os laços de pertencimento deste grupo, no intuito de melhor se apropriar do ambiente natural, na qualidade de importantes mecanismos, de mediação das alternativas que se apresentam para o trabalho da pesca.

4. O TRABALHO DE CAMPO

Os limites de uma pesquisa refletem, em grande parte, contradições, impasses e possibilidades que acompanham um estudioso em sua jornada de entrega a um determinado assunto.

Na minha experiência, os meios traçados para desvendar o rico universo dos pescadores artesanais de Itapissuma e Suape manifestaram meus limites e possíveis qualidades. A vivência com os pescadores artesanais – permitida, de modo intenso, pelo trabalho de campo – fez-me perceber, ainda mais, que estava diante de um assunto instigante e que cobrava o máximo de atenção, carinho e envolvimento com as pessoas, com o local e com seu modo de vida. Assim, ter objetividade não é o mesmo que deixar de lado qualquer relação subjetiva com o tema, isto é, objetividade e subjetividade se mesclam na construção do assunto.

A escolha dos núcleos de Itapissuma e Suape ocorreu, por um lado, pela história que eu já tinha construído com essas localidades, e que me apresentavam uma riqueza sociológica, e, por outro, pela forma de análise que busquei desenvolver ao comparar a pesca estuarina com a pesca marítima, no intuito de encontrar relações de semelhança entre ambas. Com Itapissuma, o contato era mais estreito, pois eu o mantinha desde 1996,





enquanto bolsista de iniciação científica da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), e que resultou, além das amizades concretizadas junto aos representantes da Colônia de Pesca local e demais pescadores, na feitura de uma pesquisa monográfica em 1999.²³

Minha primeira relação com Suape foi estabelecida, informalmente, em 1994, e mantida nos anos subseqüentes, quando buscava o local para desfrutar das suas belezas naturais. Assim, os anos de contato, formais e informais, em Itapissuma e Suape possibilitaram-me presenciar uma série de transformações, conflitos e problemas que atingiam os homens e as suas famílias que sempre dependeram da atividade pesqueira.

As inquietações que tais questões me colocavam, especialmente o interesse de compreender os mecanismos de resistência presentes nas estratégias de sobrevivência adotados pelos pescadores para enfrentar as adversidades, ensejaram a formulação de uma proposta de mestrado e, conseqüentemente, a oportunidade de aprofundar meu entendimento acerca dessa realidade.

A pesquisa de campo em Suape esteve cercada de maiores cuidados, particularmente devido ao número de órgãos públicos que por lá já passaram, antes e depois da construção do porto e do hotel, buscando solucionar os impasses que a implantação desses empreendimentos trouxeram, mas que apenas criaram expectativas na população suapense. Nesse cenário, a desconfiança com os “de fora” era, no mínimo, considerável.

Um fato que se somou às minhas preocupações é que, durante o tempo em que freqüentei Suape e em razão de minha aproximação ter sido feita através de terceiros²⁴ não estabeleci relações sólidas com a comunidade,

23. RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. *Pescadores artesanais e o poder público: um estudo de caso sobre a Colônia de Pesca, de Itapissuma, PE*. Monografia em Ciências Sociais (Ênfase em Sociologia Rural). Recife, UFRPE, 1999. Trabalho esse que foi orientado por Tarcísio Quinamo, economista e pesquisador da FUNDAJ.

24. Devo, acima de tudo, a minha aproximação junto aos pescadores de Suape ao respeito que os mesmos possuem ao advogado José do Egito Negreiros, que defendeu uma causa para um ex-pescador muito querido no povoado (Totonho), obtendo êxito na justiça em relação aos direitos por serviços prestados e que haviam sido desconsiderados por uma empresa do setor de construção civil, de Recife. Consegui chegar ao referido advogado por intermédio de seu filho, Emílio Negreiros, amigo inestimável da turma do mestrado. Feito o contato, o ex-pescador Totonho apresentou-me aos trabalhadores da pesca de Suape e, dessa maneira, pude fazer minha pesquisa referendada, inicialmente, pela admiração dos pescadores ao dr. Egito e, posteriormente, aos laços de amizade que consegui efetivar com os mesmos. Todavia, tive o cuidado de não transformar a aludida admiração em uma exigência, embora implícita, para que os pescadores me dessem entrevistas. Sempre que podia, omitia o nome do contato que me fizera





pois conversava esporadicamente com pescadores – situação distinta da que eu tinha com Itapissuma devido ao trabalho de estudo que realizei na região.

Antes mesmo de começar as entrevistas, fui a Suape algumas vezes para observar o dia-a-dia das pessoas que sobreviviam da pesca na localidade, suas saídas para o mar e suas chegadas. Em Itapissuma, esta fase da pesquisa já estava mais adiantada em decorrência do trabalho anterior.

O trabalho de campo (entrevistas e observações diretas) durou de julho de 2001 até o mês de fevereiro de 2002, iniciando por Suape. Lá trabalhei quase sempre nos finais de semana. Após o término das visitas de campo em Suape no mês de novembro, voltei as minhas atenções, logo em seguida (no próprio mês de novembro), para Itapissuma, utilizando a mesma lógica do uso do tempo para desenvolver minha pesquisa, indo sempre nos instantes possíveis. Todas as entrevistas foram realizadas até fevereiro do ano em curso. Sempre que podia, estava nas localidades entrevistando, conversando informalmente e observando tudo que estava ao meu alcance.

Vale lembrar que esclareci o que estava fazendo a todos os entrevistados, revelando a natureza e o objetivo de minha ida às áreas pesquisadas e deixando à vontade quem queria, ou não, responder às minhas perguntas, especialmente pelo fato de usar gravador nos diálogos. Alguns preferiram não ter seus nomes revelados e, então, mudei-os para nomes fictícios (Manuel, Josué e Graciliano), mantendo as idades e o local dos entrevistados. Uma pesquisa que se propõe a ser ética, não pode utilizar-se de expedientes impróprios para a coleta de informações, visto que é preciso ter “em mente que a busca das informações que pretendemos obter está inserida num jogo cooperativo, em que cada momento é uma conquista baseada no diálogo e que foge à obrigatoriedade” (NETO, 2002, p. 55).

Os colóquios foram efetivados nos momentos em que os pescadores estavam descansando, junto às caixas, nas suas casas, na beira da praia ou do estuário, ou reparando as redes e barcos.

Uma perspectiva comparativa foi adotada no trabalho, por entender que a mesma permite um enriquecimento da pesquisa qualitativa ao

chegar até Totonho e, posteriormente, a eles, e esclarecia a autonomia de meu trabalho e a liberdade que eles tinham para conversar comigo sem que uma escolha negativa gerasse qualquer constrangimento.





descrever, analisar e, acima de tudo, comparar os processos sociais presentes em dadas realidades (TRIVIÑOS, 1987). Ao me respaldar numa leitura comparativa não só busquei interpretar as semelhanças que existem entre a organização do trabalho e do modo de vida dos pescadores itapissumenses e suapenses, na edificação de estratégias de reprodução social, mas tentei interpretá-las e enlaçá-las numa dinâmica social comum, o sistema capitalista. Com isso, o que pretendo é evitar uma falsa dicotomia entre agência e estrutura, ora descolando o particular do universal ora impondo um caráter determinante do todo sobre a parte.

A opção por focalizar as semelhanças não me conduziu à homogeneização das comunidades nem à minimização das diferenças entre os pescadores marítimos e estuarinos, pois estas me foram sendo apresentadas passo a passo pelo cotidiano dos próprios pescadores. Portanto, estavam ali diante dos meus olhos e cobravam uma leitura sociológica. Por isso, acabei dando grande ênfase às falas dos pescadores ao longo do trabalho.

Dessa maneira, respaldei meu trabalho de campo no método etnográfico, enquanto registro de práticas cotidianas em seu sentido simbólico e material e que objetiva identificar os traços essenciais de uma dada população, grupo social e/ou localidade (GODOI, 1999; MALINOWSKI, 1976). Sendo assim, é papel da pesquisa etnográfica buscar entender “os modos de pensar e sentir típicos, correspondentes às instituições e à cultura de determinada comunidade” (MALINOWSKI, op. cit., p. 36).

Frente ao que havia percebido, decidi privilegiar as práticas sociais de *trabalho e pertencimento* em movimentos reais como elementos construídos e construtores dos atos dos trabalhadores pesqueiros e, conseqüentemente, da reprodução social numa interface com o todo, ancorando-me na teoria marxiana, especificamente a lukacsiana. Desse modo, alinho minha reflexão à qual o sociólogo deve entender que:

Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto. Isso conduz a duas conseqüências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são lidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: “formas do existir, determinações de existência” (LUKÁCS, 1978, p. 2-3).





Para transformar o que foi exposto em algo concreto, foi necessário fazer uso dos seguintes instrumentos de pesquisa:

Realizei 20 entrevistas (10 em Itapissuma e 10 em Suape). A escolha dessa amostra deve-se à opção por uma pesquisa qualitativa, com o uso de entrevistas *semi-estruturadas* e em *profundidade*, pois “recomenda-se que, para uma pesquisa que utiliza entrevista em profundidade, não se entrevistem mais de 20 pessoas” (RICHARDSON, 1999, p. 218). A escolha das pessoas pesquisadas deu-se por um critério aleatório, respeitando-se atingir, somente, as pessoas com no mínimo 18 anos, que, evidentemente, se dispuseram a conversar comigo.

A *observação direta* foi um mecanismo valioso para tentar entender as dinâmicas presentes na vida dos pescadores, nas suas representações sociais, nas comemorações e festividades locais (por exemplo, festa de São Pedro e São Gonçalo) e nos processos de trabalho (infelizmente, só consegui acompanhar embarcado, por duas vezes, pescarias realizadas em Itapissuma);

Utilizei a *história de vida* na qualidade de “um instrumento de pesquisa que privilegia a coleta de informações contidas na vida pessoal de um ou vários informantes” (CHIZZOTTI, 2000, p. 45).

A *pesquisa indireta* foi feita a partir do uso dos dados do IBAMA, PRO-RENDA RURAL-PE, IBGE, FIDEM.

Aprender a realidade dos pescadores artesanais tornou-se um desafio que resolvi enfrentar ao longo dos 30 meses de pesquisa e escrita deste trabalho. Enfim, a concretização do meu estudo não termina com minha história junto aos pescadores nem faz da vida desses trabalhadores uma questão completamente apreendida por mim, pois ela é bem maior e mais rica dos que as palavras e páginas reunidas neste texto.





Capítulo 2

As ciências sociais e a pesca artesanal: bases teóricas

O que importa para o dialético é trazer o vento da história mundial para as suas velas. Pensar para ele significa: içar as velas. O importante é o modo como elas são içadas. As palavras são as suas velas. O modo como são içadas as convertem em conceitos.

Walter Benjamin

1. REVISÃO DE LITERATURA

Há algum tempo as ciências sociais, no Brasil, têm estudado as populações que vivem do trabalho da pesca. A busca por explicações sobre os pescadores suscitou, dessa maneira, abordagens plurais e ricas de argumentações que procuraram evidenciar características dos grupos sociais ligados à atividade pesqueira artesanal, seja desenvolvida em estuários e rios, seja em locais como oceano e lagoas (CUNHA, 2000; DIEGUES, 1973 e 1983; MALDONADO, 1986 e 1994; SILVA, 1989).

A complexidade e a especificidade da forma de organização do trabalho da pesca sempre foram valorizadas nos registros contidos nos estudos. É possível encontrar no estudo etnográfico realizado pelo folclorista Cascudo (1957) uma rica descrição sobre o cotidiano, o modo de vida e a tradição pesqueira. Tal tradição vincula-se ao próprio estilo de vida e trabalho dos jangadeiros, que, para ele, continuavam a desenvolver sua atividade “como há dois séculos passados”, ao afrontarem “o mar na ausência dos mesmos elementos de segurança e conforto, talqualmente seus avós distantes nas manhãs coloniais do Brasil menino” (CASCUDO, 1957, p.15). Esse olhar também transmite uma percepção heróica dos pescadores artesanais nordestinos, especialmente os jangadeiros.





Outra pesquisa interessante, na linha de estudos de comunidades, foi efetivada por Aguiar (1965), ao abordar os jangadeiros da praia de Pontas de Pedra, pertencente ao município de Goiana, na área norte pernambucana. Esse texto centrou sua análise nas condições socioeconômicas e nos impactos da modernização da pesca no cotidiano dos trabalhadores do mar, chegando a concluir – a meu ver, de modo equivocado – que os pescadores da localidade estudada eram portadores de uma inferioridade sociocultural.

O pescador aparentemente autônomo e livre atravessa a sua mocidade. Na velhice, em geral, morre na miséria porque não soube guardar um pouco para o amanhã incerto. Os filhos quase sempre, sustentam o “velho”. Para ajudar na “bóia” ele arranja uma forquilha e vai pegar caranguejo no mangue, botar “covinho” ou pescar siri na beira da praia. Quando não tem filhos termina, em geral, com uma cuia de queijo pedindo esmola. A cegueira é o seu desgosto, a fome e o desconforto uma constante (AGUIAR, 1965, p. 53).

Certos estudos estabeleceram uma profunda similitude entre pescadores e camponeses por acreditarem que aqueles eram por excelência os camponeses do mar.

Vários defensores desse argumento em nosso país, apoiaram-se nas concepções construídas por Firth (1964), ao estudar pescadores malaios, e Forman (1970), ao pesquisar jangadeiros alagoanos. Sustentando seu debate nessas leituras, Brasil (1973) acredita que existem semelhanças entre os camponeses e os pescadores artesanais, seja estruturalmente, seja economicamente.

O produto da atividade econômica dessas populações não é integralmente consumido pelos grupos locais. Grande parte destina-se ao abastecimento de aglomerados urbanos de maiores proporções, de quem as populações pescadoras também dependem para o suprimento de produtos industrializados que fazem parte do seu equipamento de trabalho e do seu consumo diário. Assim, podemos, sem grandes receios, enquadrar os pescadores litorâneos dos Estados Nordestinos na categoria dos camponeses (BRASIL, 1973, p. 7).





Também associado à citada concepção de similitude, Timm (1977) afirma que “seria mais pertinente atribuir ao artesanato pesqueiro alguns traços que Maria Isaura Pereira de Queiroz¹ identifica no camponês: o destino primordial da produção para o sustento da própria família com a venda ou não do excedente da colheita” (TIMM, 1977, p. 186).

Para entender, então, a pesca, esses estudiosos tomaram emprestados instrumentais teóricos elaborados para interpretar o modo de organização campesino, fato que prejudicava a elucidação de um universo de questões particularmente contidas na lógica da pequena produção pesqueira. Contudo, a transposição das categorias analíticas explicadoras da produção campesina, ao tema da pesca, colaborou enormemente para que fosse alimentada a discussão acerca dos elementos diferenciadores dessas duas formas de produção social, permitindo, com isso, aprofundar o debate teórico-metodológico relativo à organização social dos pescadores, fato que começa a ter força na década de 1980, principalmente a partir do valioso trabalho realizado por Diegues (1983).

Ao meu ver, é esse autor quem primeiro rompe, no Brasil, com a idéia da semelhança, que fazia dos pescadores camponeses marítimos, com base na construção de categorias analíticas que mostram diferenças entre os próprios pescadores. Para Diegues (1983), só os pescadores-lavradores – que utilizam a atividade da pesca como elemento complementar à agricultura, principalmente no que concerne à questão alimentar da família, e não possuem grande conhecimento sobre os recursos aquáticos – podem ser alvo da mencionada semelhança. Já os pescadores artesanais, que sobrevivem unicamente da pesca – e do conhecimento que possuem sobre os recursos naturais, não têm relação produtiva com base no trabalho da família nuclear, lidam com um meio natural completamente distinto dos agricultores (o mar), e fazem da atividade pesqueira seu ofício.

A distinção maior, no entanto, entre a pesca dos pescadores-lavradores e a dos pescadores artesanais está no surgimento, entre esses últimos, do que podemos chamar de corporação de ofício. Os pescadores artesanais se identificam com um grupo possuidor de uma profissão (ibid., p. 197).

1. Timm refere-se ao seguinte clássico das ciências sociais brasileira da citada autora: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, *O camponato brasileiro*, 2ª edição, Petrópolis, Vozes; São Paulo, Edusp, 1976.





No que diz respeito a outras produções acadêmicas dos anos de 1970, algumas partiram para desmistificar o universo da produção e reprodução social dos pescadores ao privilegiar uma diversidade de aspectos. Em tese de doutorado defendida em 1971 e cuja publicação saiu recentemente, Fernando Mourão (2003), ao estudar populações caiçaras do litoral sul de São Paulo, discute a emergência de uma ideologia da pesca artesanal entre eles que se origina de uma maior racionalidade decorrente da inserção da atividade no mercado e da utilização de novas tecnologias de captura, capaz de formar um estrato social distinto de trabalhadores da pesca mais profissionais² e aptos para pescar no mar-de-fora. Além disso, outros trabalhos tinham como cerne os impactos socioeconômicos na pesca artesanal – em decorrência da competição estabelecida frente aos barcos de empresas capitalistas – e as formas de manipulação estabelecidas pelo capital em relação ao modo tradicional de trabalho na pesca, explicitando, assim, a inclusão dos pescadores, de modo subordinado, no jogo das relações sociais (DIEGUES, 1973; DUARTE, 1999;³ PESSANHA, 2003⁴).

Nos anos de 1980, apareceram obras importantes, além do já citado texto de Diegues (1983), sobre as populações de pescadores no Brasil. Questões como o agravamento das condições socioeconômicas, pauperização dos recursos naturais aquáticos, avanço do capital sobre a produção pesqueira, proletarização dos pescadores, identidade, modernidade e tradição, permearam durante esse período as discussões nas ciências sociais (BONIN, 1984; MALDONADO, 1986).

Pesquisas significativas em diversas localidades sobre pescadores foram realizadas: na região amazônica, destaco algumas obras, através

2. “Uma racionalidade, quanto a orçamento de produção e mesmo a orçamento familiar, emerge desse estrato, em oposição ao estrato tradicional que não tem noção mais ou menos clara dos custos, nem da relação de mercado. Só nesse período, é que se assinala a emergência do que convençionalmente chamamos de ‘ideologia da pesca’, entre os próprios pescadores. Embora a maioria não externar seus sentimentos, uma observação mais profunda mostra certa admiração e mesmo respeito por pescadores que, na posse de nova tecnologia, dominam o desconhecido, o mar oceânico, e fazem melhorias nas pescarias” (MOURÃO, 2003, p. 61).
3. Esse livro, de 1999, é fruto da dissertação de Mestrado em Antropologia Social defendida por Luiz Duarte em 1978, no Museu Nacional (UF RJ).
4. Assim como a pesquisa de Luiz Duarte (op. cit.), o livro de Elina Pessanha resulta de sua dissertação de Mestrado em Antropologia Social, que foi defendida em 1977 na UF RJ, com o título *Os companheiros, trabalhadores na pesca de Itaipu*.





do Museu Emílio Goeldi – Furtado (1993), Loureiro (1985) e Manechy (1988) –, versando sobre os impactos da pesca industrial, especialmente no caso do trabalho de Furtado (1993), para entender as especificidades de transmissão, funcionamento e conflitos da tradição dos pescadores artesanais.

Loureiro traz como pressuposto central de sua pesquisa a idéia de que, para sobreviver como categoria social, os pescadores do município de Vigia, no estado do Pará, encontram-se ligados e subordinados ao capital. Essa relação não significa um vínculo direto, mas indireto, fato que se fez necessário para a própria existência dos pescadores na localidade, assumindo particularidades ao longo do tempo. O que Loureiro nos mostra é que:

A inexistência de uma dependência da pesca ao setor industrial, visto que não havia um custo mínimo adiantado pela absorção de meios de produção para o da circulação de mercadorias, ou seja, a articulação se fazia indiretamente e não mediante os custos de produção. E em virtude da autonomia desses pescadores, a exploração e subordinação do trabalho situam-se igualmente ao nível da comercialização e não do processo produtivo (LOUREIRO, 1985, p. 34-5).

Tal fato assume contornos, portanto, valiosos no que concerne à adoção de uma estratégia para a reprodução social dos pescadores. Vincular-se, embora de maneira subalterna ao capital, não representa o fim da pequena produção pesqueira, mas a possibilidade para que ela continue a existir mesmo precariamente.

No Nordeste, são significativas as pesquisas na área de comunicação e extensão pesqueira como as de Callou (1986 e 1994), cujas abordagens priorizaram o papel do Estado na formação das entidades representativas dos pescadores, os impactos provocados pela industrialização das regiões litorâneas, a agudização dos problemas sociais e algumas reações dos pescadores, mediante a construção de seus movimentos sociais, em Pernambuco; e o estudo de Almeida (1997) sobre recepção e interpretação das mensagens modernizadoras e hegemônicas por parte dos pescadores da praia de São José da Coroa Grande, PE.





Outro texto valioso é construído por Miller (1992), que se deteve em observar as interferências do turismo numa comunidade de pescadores-agricultores no litoral sul do Rio Grande do Norte, dando um recorte antropológico a sua leitura.

Maldonado (1986, 1994 & 2000) ocupa um lugar de destaque, por ser a que mais se aprofundou no estudo das relações de maritimidade, tradição, mestrança e territorialidade na vida dos pescadores artesanais, sendo referência importante nacionalmente.

Boa parte dessas reflexões demonstra uma relação de poder mais intenso advinda de fatores externos à vida dos “povos do mar” capazes de redefinir formas de organização do próprio pescador. Assim, o pescador é moldado pelas estruturas sociais mais amplas e sua permanência, “enquanto produtor independente, passa também pela sua habilidade de viver na corda bamba, na ameaça de proletarização ou da miséria...” (DIEGUES, 1983, p.18). Isso faz com que a apropriação do espaço de produção pesqueira e o modo como os pescadores se organizam estejam elencados, por muitos dos trabalhos já referidos, como resultados das transformações estruturais do desenvolvimento do sistema de produção capitalista, que se traduzem também na incorporação de novas tecnologias no trabalho da pesca (barcos mais potentes, melhores armadilhas e condições de armazenamento do produto e outros) e mudanças no tipo de pescado a ser priorizado.

Essa questão se torna mais clara quando Maldonado (1986) e Diegues (1995a) descrevem as particularidades que cercam e definem as diversas formas de organização social dos pescadores. Para ambos, há três tipos de pescadores que se encontram classificados do seguinte modo: pescadores-agricultores, pescadores artesanais (já analisados) e pescadores industriais.

No que diz respeito ao pescador industrial, o pescador é apenas um trabalhador especializado e assalariado das grandes embarcações empresariais, obedecendo à dinâmica da relação patronal. Assim, “diferentemente da pesca artesanal, a produção pesqueira industrial se caracteriza pela dissociação entre o pescador e o pescado. Sua atividade visa tão-somente à produção de mercadorias” (MALDONADO, 1986, p. 17).

No entendimento de Diegues (1995a), essa passagem tem como causador o avanço da lógica urbano-industrial sobre a vida dos pescadores. O





pescador-agricultor passa a ser pescador artesanal quando ele perde suas terras devido à especulação imobiliária nas regiões litorâneas, dedicando-se unicamente ao trabalho da pesca.

A expulsão das terras onde viviam, a conseqüente urbanização os afasta cada vez mais das atividades agrícolas de subsistência. Na verdade, ele não tem mais a alternativa de cultivar seu pequeno pedaço de terra de onde, com a ajuda do trabalho “familiar”, pode retirar sua subsistência quando o mar não lhe permite ir ao trabalho (DIEGUES, 1995a, p. 61).

A falta de opções também os leva a trabalhar nas grandes unidades de capturas empresariais, pois a atividade da pequena produção mercantil não mais possibilita a eles viver na qualidade de pescador artesanal. Contudo, as passagens citadas de transformação e o aumento da exclusão social não são lineares; podem coexistir, em um mesmo momento histórico e espacial, esses vários tipos de pesca.

Para Teixeira (1988), “os ‘cercos capitalistas’ produzem sérias conseqüências em aspectos altamente relevantes da pesca artesanal e terminam colocando os pescadores num ‘beco sem saída’, situação objetiva da subordinação frente ao desenvolvimento capitalista” (ibidem, p. 44).

Fica evidente, portanto, que a organização social dos pescadores passa a ser configurada pela dinâmica de expansão colocada pelos elementos externos à pesca, principalmente o modo pelo qual o processo capitalista se apropria dos espaços e grupos sociais. Bonin (1984), ao pesquisar uma comunidade pesqueira em Santa Catarina, chega a ser mais radical no que concerne à manipulação do capital sobre a pesca artesanal, ao ver o trabalhador desse ramo como um veículo de ligação entre a condição de agricultor familiar para a condição de assalariado, que começa no instante em que a pesca deixa de ser um complemento da atividade agrícola. Nesse sentido, “a partir do momento em que ela se desvincula da agricultura, não apenas se recria enquanto pequena produção e ganha especificidade, como se constitui numa ‘passagem’ entre o campesinato e o assalariamento, que vai afinal se realizar quando o pescador se torna embarcado” (BONIN, 1984, p. 62-63), entrando, desse modo, na pesca industrial.





Há, de certo modo, na análise construída, tanto por Teixeira (1988) quanto por Bonin (1984), uma idéia da quase total incapacidade que os pescadores possuem para elaborar respostas diante do universo societário mais abrangente, já que as configurações e metamorfoses vividas pela atividade pesqueira são entendidas como demandas estruturais da sociedade capitalista, principalmente quando se observa a ruptura causada na transição do tipo de pescador-agricultor para a de pescador artesanal. Ou seja, tomou-se a questão a partir de uma extremidade, vendo os pescadores como elementos passivos diante dos imperativos definidos pelo universo macrosocial/estrutural, em vez de observar a realidade de acordo com a relação dialética, entre o particular e a totalidade; colocaram a agência, praticamente, como reflexo da estrutura.

Por outro lado, não se pode supervalorizar as ações e práticas dos pescadores de modo fragmentado sem perceber sua interação com a totalidade social, pois isso pontua outra extremidade ao colocar as práticas sociais dos pescadores em uma certa “redoma” discursiva, porque quando se faz isso se acaba isolando ou colocando um peso enorme à funcionalidade interna, através das ações e representações sociais dos grupos de pescadores, em detrimento das relações que emergem dentro de um contexto interativo e integrado com a sociedade de um modo geral, como uma síntese entre o todo e a parte. Por isso, acabam dicotomizando e compartimentalizando também a idéia de tradição e modernidade como duas esferas quase opostas.

Um fato extremamente relevante que tem contribuído, atualmente, para o intercâmbio, avanço e surgimento de novas interpretações acadêmicas sobre a pesca artesanal em nosso país (assim como tem feito o Museu Emílio Goeldi) foi a criação do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB) pela USP, em São Paulo, na segunda metade dos anos de 1980. Esse núcleo, sob a coordenação de Diegues, tem difundido a importância de uma Sócio-Antropologia Marítima para se entender as especificidades socioculturais e econômicas vinculadas às populações que retiram seu sustento do oceano. A presente particularidade deve-se, principalmente, à distância do espaço terra do espaço marítimo, que provoca o surgimento de representações, relações sociais, segredos, riscos, etc., conferindo a estruturação de uma



cultura própria ou de uma cultura marítima por parte desses trabalhadores da pesca (DIEGUES, 1995a). Vale também frisar que “esses estudos se reúnem na Europa sob o título de Etnologia Marítima” (MALDONADO, 1994, p. 14).

Valioso, nesse campo do conhecimento, é o trabalho realizado por Maldonado (1994), no qual se mostra como os pescadores marítimos se apropriam do espaço indiviso, que é o mar, a partir da construção de uma territorialidade regida pelas percepções, conhecimentos sobre o oceano – que é encarnado pelo mestre em maior grau – e uma ética pesqueira igualitária, interpretando a vida destes em dois “mundos” (terra e mar). Anteriormente, a própria Maldonado (1985) já havia chamado o olhar teórico que desenvolvia sobre a pescaria marítima artesanal de uma antropologia da pesca.

Essas análises mostram uma tradição complexa que está engendrada na própria vida dos pescadores do mar-de-fora ou marítimos. Mesmo concordando com essa riqueza de relações sociais edificadas como local de trabalho – especialmente, fruto da separação da terra com o mar –, acredito ser importante não deixar de valorizar a pesca praticada em outros ambientes, como, por exemplo, rios e estuários, que geram também, segundo Cordell (2001), tradições e ideologias pesqueiras (diálogos com a natureza, segredos, sistema de marcação, simbologia). Cordell (ibidem), ao estudar pescadores estuarinos, vê que essas questões se explicitam em normas éticas, formas de apropriação do ambiente pesqueiro, importância do mestre e da solidariedade entre os pescadores. Furtado (1993) observa alguns aspectos semelhantes nos trabalhadores da pesca que exercem sua profissão nos rios da região amazônica, ressaltando particularmente a marcação do território e a forte tradição dessas comunidades.

Ao se reconhecer as diferenças é fundamental que se reconheçam características comuns entre esses pescadores, que podem ser universais independentemente do ambiente de trabalho ao qual se vinculam. Desse modo, prefiro referir-me, no caso de Itapissuma e Suape, a uma *sociologia da pesca* em vez de uma sócio-antropologia marítima, pois categorias como *trabalho* e *pertencimento* podem ser encontradas como peças-chave no âmbito da pesca, seja estuarina, seja marítima nos locais aludidos, para efeitos comparativos.



2. POR UMA SOCIOLOGIA DA PESCA:

TRABALHO E PERTENCIMENTO COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE

As agudas mudanças que vêm ocorrendo na esfera produtiva do sistema capitalista, tanto nas relações de trabalho e incorporação de tecnologias quanto nos indicadores que explicitam o aumento do desemprego, têm provocado calorosos debates sobre a importância e a centralidade do trabalho não só no mundo contemporâneo como na organização da sociedade que está sendo gestada a partir desses novos contextos de quebra da hegemonia do trabalho industrial.

No entendimento de Lessa (1997a),

As tensões sociais geradas pela justaposição entre o desenvolvimento das forças produtivas e desemprego terminaram por colocar a categoria trabalho no centro do debate contemporâneo. Ainda que o tenha feito pela, digamos assim, mediação negativa do “desemprego”, a pergunta pelo lugar que caberia ao trabalho na sociabilidade que estaria emergindo da atual crise se transformou numa das questões centrais das ciências humanas (LESSA, 1997, p. 13).

Sendo um dos mais fortes defensores da idéia que exprime a percepção na qual o trabalho perde sua centralidade a cada instante na vida das pessoas, Domenico De Masi (2000) diz que:

O tempo sem trabalho ocupa um espaço cada vez mais central na vida humana. É preciso, então, projetar a família, a escola, a vida, em função não só do trabalho mas também do tempo livre, de modo que ele não degenere em dissipação e agressividade, mas se resolva em convivência pacífica e ócio criativo (DE MASI, 2000, p. 25).

Como se vê, para De Masi (2000) a sociedade que surge dos impasses insolúveis da sociedade industrial se caracteriza pelo tempo livre, fato que merece profunda atenção para que se possa construir e entender os elementos que permitam um ócio criativo. Essa realidade vai ser denominada de sociedade pós-industrial, cuja essência inscreve-se no rompimento do trabalho como característica de elemento fundante do ser social.



Com um ponto de vista distinto dessa análise, Antunes (2000) argumenta que o trabalho continua a manter a sua importância no mundo contemporâneo, como categoria de extrema relevância, que dá sentido à vida humana. Entretanto, “dizer que uma vida cheia de sentido encontra na esfera do trabalho seu *primeiro momento* de realização *é totalmente diferente de dizer que uma vida cheia de sentido se resume exclusivamente ao trabalho, o que seria um completo absurdo*”⁵ (ANTUNES, 2000, p. 143). Decerto que Antunes não nega a crise e as profundas repercussões vividas pelo “mundo” do trabalho, mas constrói sua análise tendo como enfoque o papel relevante que o trabalho ainda ocupa no processo de sociabilidade e nas mudanças desta no contexto atual, posição com que também concordo.

O significativo a ser compreendido nesse debate é que as visões acerca do universo do trabalho, seja na perspectiva da continuidade de sua relevância (ANTUNES, 2000), seja na perda de seu grau de relevância na sociedade (DE MASI, 2000), centram-se, fundamentalmente, na forma do trabalho industrial. Ou seja, o “mundo” do trabalho para esses estudiosos resume-se ao “mundo” do trabalho existente nas indústrias, nas cidades.

A idéia de crise do trabalho está muito mais vinculada à crise de um paradigma científico que se estruturou com base no trabalho industrial como elemento central. Por isso, quando num contexto de desindustrialização, muitos correm em afirmar o seu fim. No entanto, mesmo guardando diferenças fundamentais, Antunes (2000) e De Masi (2000) se encontram num ponto: suas análises partem do trabalho industrial. Nesse sentido, o que está em crise é a construção sociológica, especialmente a existente na sociologia do trabalho, que se tornou refém, unicamente, do “mundo” do trabalho industrializado.

Mas outros tipos de trabalhos existentes na sociedade se colocam, atualmente, como experiências marcantes.⁶ Portanto, é crucial entender a organização do trabalho que é desenvolvida pelos sujeitos sociais; especi-

5. Grifos do próprio autor.

6. Basta citar as formas de sociabilidade que são gestadas pelo trabalho dos agricultores familiares em áreas de assentamento rural, algumas organizações cooperativas – tanto em áreas urbanas quanto rurais – e a lógica de uso sobre os recursos naturais comum realizado pelos remanescentes de quilombos e caiçaras, por exemplo.



ficamente, no caso, pelos pescadores artesanais e a importância que o trabalho sempre teve na construção da vida societária destes.

2.1. A lógica do trabalho na pesca artesanal

É impossível discutir a realidade da produção e da reprodução social dos pescadores, ao longo do tempo, sem valorizar a questão pertinente ao universo do trabalho, de sua estruturação e desenvolvimento. O trabalho é peça-chave para se compreender as estratégias de reprodução social adotadas pelos pescadores artesanais embarcados de Itapissuma e Suape, no estado de Pernambuco.

A essência do ser social tem como característica ontológica o trabalho, pois a existência e reprodução social da vida humana encontram no trabalho o instrumento criador e possibilitador de condições para a sua continuidade como espécie. O trabalho é direcionado para que se criem valores-de-uso, sendo mecanismo prioritário para uma constante apropriação do ser social em relação à natureza. Assim, “é condição necessária do intercâmbio material entre homem e natureza; é condição eterna da vida humana” (MARX, 1982, p. 208). Como se vê, ele ocupa e cumpre papel crucial na construção e organização da sobrevivência de homens e mulheres.

Esse intercâmbio não só transforma a natureza como também modifica as relações sociais nessa construção dialética, conferindo utilidades humanas aos recursos naturais. Lukács (1992) afirma:

Através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado por seu trabalho, atua sobre a natureza externa e muda ao mesmo tempo sua própria natureza, “desenvolve as potencialidades que estão adormecidas na natureza” e submete as forças dela “ao seu próprio poder”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformadas em meios, objetos do trabalho, em matérias-primas, etc. (LUKÁCS, 1992, p. 92).

O trabalho é, acima de tudo, uma abstração que se objetiva em um produto, o resultado do trabalho. É um elemento de elaboração teleológica (etapa planejadora na qual a consciência cumpre função central), que





se confronta com o universo da causalidade social e se faz presente nas contingências existentes na sociedade. Ou seja, a capacidade de elaboração teleológica, que está contida no universo da liberdade criativa, interage com a causalidade das determinações objetivas presentes na sociedade. Os fins pensados, inicialmente, na etapa planejadora (teleológica), muitas vezes encontram limites que redefinem a ação do trabalho em seu produto alvo, no sentido de melhor construir sua ação. Pode-se dizer, então, que sem os fatores causais desenvolvidos socialmente não seria possível ao ato teleológico operar.

Tal contexto tem no ato da escolha humana, contida e expressa no ato de realização do trabalho, uma objetivação conduzida pelo pôr teleológico, resultante de interesses, carências e necessidades humanas relativas às diversas esferas, que podem ser sociais, culturais e/ou econômicas, diante de diversas alternativas possíveis. Assim,

Embora todos os produtos do pôr teleológico surjam de modo causal e operem de modo causal com o que sua gênese teleológica parece desaparecer no ato de sua efetivação, eles têm, porém a peculiaridade puramente social de se apresentarem com o caráter de alternativa (LUKÁCS, 1979, p. 81).

A alternativa é capturada pelo ato de planejar e efetivada no âmbito da concretização do trabalho. Tudo isso se encontra, essencialmente, vinculado à totalidade social, ao desenvolvimento histórico-social, à própria existência do ser social que expressa realidades e a uma processualidade sociohistórica, definindo, sobretudo, a intrínseca ligação entre o teleológico e a causalidade, entre o específico e o geral, entre a parte e o todo.

Para Lessa (1997b), que toma como referência de análise Lukács para discutir a essência do trabalho, “nada existe fora das relações com a totalidade do ser” (idem, p. 30). Isso acaba sendo crucial para se compreender a questão da processualidade do trabalho, inserida num vasto tecido das relações sociais, mostrando que a relação dialética entre teleologia (prévia ideação) e causalidade (geradora de novos contextos causais) significa, de fato, a essência do trabalho.

Desse modo, a própria teleologia recria-se, refazendo-se na tentativa de capturar o real em sua constante e rica transição. O produto do traba-





lho e as novas realidades sociais por ele criadas colocam perspectivas de construção da base ontológica do próprio ser social. O resultado da causalidade não é um elemento teleológico, porque é pura contingência, mas confere a este as bases fundamentais de sua (re)elaboração.

A forma de posição teleológica enquanto transformação da realidade material é, em termos ontológicos, algo radicalmente novo. É óbvio que, no plano do ser, essa forma deve ser geneticamente deduzida de suas formas de transição. Mesmo essas, porém, só podem receber uma interpretação ontológica correta quando for apreendido, em termos ontológicos corretos, o seu resultado, ou seja: o trabalho em sua forma explicitada; e quando se tentar compreender essa gênese, que em si não é um processo teleológico, a partir do seu resultado (LUKÁCS, 1992, p. 93).

Diante do exposto, vale mencionar que a captura do ser humano na configuração do seu processo teleológico em relação à realidade social não significa, especificamente, a compreensão plena de uma realidade total em seus profundos complexos de relações societárias, mas sim um determinado setor do real sobre o qual volta seu ato. Contudo, mesmo diante dessa ação particularizada, o trabalhador não tem controle sobre as situações que seu ato produziu ao possibilitar o aparecimento de novas causalidades. As causas sociais não são resultado de sua vontade particular, ainda que o ser humano tenha função valiosa nesse processo, pois a mesma realidade criada pelo ser humano se mostra, muitas vezes, como algo que independe dele e que interfere em sua vida, especialmente em seu trabalho. Produz-se, com isso, o estranhamento frente à sua própria atividade e ao produto resultante da ação humana.

Diante desse elenco de aspectos, percebe-se que a categoria trabalho – como aspecto ontológico do ser – é fundamental para interpretar o processo de construção de estratégias de reprodução social, podendo servir, de modo enriquecedor, também para o universo da pesca artesanal, desde que se ressalve as características dessa atividade.

Ao observar o pescador artesanal percebe-se que há uma profunda especificidade em sua lógica de trabalho. O espaço crucial, que define sua singularidade, encontra-se presente na própria existência de seu principal meio de produção. Ou seja, é a partir do espaço livre mar/estuário que se





elabora e constrói esse trabalhador forjado na interação constante com os recursos naturais aquáticos, permitindo-lhe distinguir-se de qualquer outro grupo socioeconômico e cultural ao edificar uma organização social bastante peculiar.

A própria liberdade que os pescadores acreditam possuir plenamente tem a ver com a percepção de sua relação com o tempo natural do ambiente aquático (mares e rios), levando-os a não serem reféns de horários rigorosos de trabalho como funcionários de empresas. Seus horários são determinados pela precisão das leituras que fazem acerca dos ritmos e movimentos das marés e cardumes resultantes do seu espaço ecológico de trabalho, posto que, mesmo quando a pesca artesanal encontra-se subordinada ao mercado, às necessidades capitalistas, “o elo com o tempo natural parece persistir, regulando, ainda de modo relativo, as atividades do pescador artesanal” (CUNHA, 2000, p. 104), cobrando deles entendimento das peculiaridades do recurso natural.

Soma-se também sua condição de trabalhadores “livres”, no que diz respeito às suas escolhas sobre com quem vão pescar, quando e como, já que não são pessoas que devem respeitar a rigidez imposta por outros concernentes a esses aspectos.

Mesmo que os camponeses necessitem de um meio natural para existir (no caso a terra), os ambientes aquáticos (mar, estuário) sofrem, de modo mais forte, profundas alterações sazonais com as mudanças de cardumes, ventos, reprodução e migração de pescados, correntes marítimas, ciclos de marés, que os tornam mais imprevisíveis e incontroláveis que o recurso natural terra. Essas características do principal meio de produção da pesca exigem dos pescadores uma profunda capacidade de apreensão do ambiente pesqueiro e de suas inerentes causalidades naturais, que se somam às sociais, cobrando, quase diariamente, uma constante elaboração do trabalho a partir de seu universo teleológico, de seu conhecimento prévio para atuar/intervir na natureza, tendo como mediador o trabalho.

Além disso, o termo artesanal vincula-se à idéia de artesão, diferenciando o pescador do camponês, porque este “é dono da terra que cultiva, o artesão, dos instrumentos que maneja com perícia” (MARX, 1982, p. 880). Desse modo, sua habilidade e talento circunscrevem-se em seu conhecimento e na utilização dos instrumentos de trabalho (redes, mudanças de





rotas de navegação), em momentos precisos. Todavia, o objeto da ação do seu trabalho, diferentemente de um artesão, não é estático, exigindo um constante saber-fazer dos trabalhadores da pesca artesanal sobre um meio em constante movimento e transformação.

De fato, ser pescador artesanal é tornar-se portador de um conhecimento e de um patrimônio sociocultural, que lhe permite conduzir-se, ao saber o que vai fazer nos caminhos e segredos das águas, e amparar seus atos em uma complexa cadeia de inter-relações ambientais típicas dos recursos naturais aquáticos. Na compreensão de Diegues (1983), “o importante não é conhecer um ou outro aspecto, mas saber relacionar os fenômenos naturais e tomar as decisões relativas às capturas” (DIEGUES, 1983, p. 199). Isso ganha uma singular característica na pesca estuarina, pois o trabalho dos homens que vivem dessa atividade orienta-se pelas fases lunares e, conseqüentemente, pelos ritmos das marés (CORDELL, 1989).

Como se percebe, o pescador artesanal é aquele que detém consciência sobre os ciclos e o meio ambiente onde realiza seu trabalho, sabendo discernir tipos de ventos, cardumes, períodos relativos ao calendário lunar e mais aptos à captura de certos tipos de pescados, melhores locais de pescaria e outros. Sem esse conhecimento, que é adquirido pela experiência de vida, não se faz pescador.

A pesca artesanal não depende apenas da posse de condições materiais necessárias à sua realização. O ato de saber pescar envolve um conjunto de conhecimentos, experiências e códigos culturais transmitidos de pai para filho, recriados individual ou socialmente, através dos quais a parceria se realiza (CUNHA, 1988, p. 57).

É valioso ressaltar que nenhum meio natural é um meio de produção dado ao ser humano, na qualidade de algo pronto e acabado, pois, para que os recursos naturais assumam essa função essencial para a sobrevivência da vida humana como “condição ineliminável de todo pôr teleológico no trabalho, é que essas propriedades e leis do objeto sejam conhecidas de modo adequado” (LUKÁCS, 1979, p. 101).

Todavia, os fins presentes na etapa de planejamento do trabalho, que são subjacentes ao processo de conhecimento do pescador sobre os recursos naturais, em que vai incidir a sua ação, encontram nos meios possíveis



para a sua realização e na capacidade de pô-los em execução, diante de fatores causais não dominados pelos pescadores artesanais, um fator preponderante para a efetivação do ato de sua reprodução como grupo socio-cultural.

A tecnologia vigente, na atividade pesqueira em toda parte do estado de Pernambuco, acaba exigindo dos trabalhadores da pesca uma enorme capacidade de compreensão dos recursos naturais aquáticos, enquanto parte do seu patrimônio cultural. Prova disso é o estudo realizado pelo PRORENDIA RURAL de Pernambuco, em 1996, que constatou o “pouco avanço no desenvolvimento dos equipamentos ao longo dos anos, pois, na maioria, são os mesmos utilizados há 50 anos” (op. cit., p. 24). Tal situação traduz-se no tipo de rede e embarcações usadas pelos pescadores. Por exemplo (nos núcleos de pescadores estudados), em Itapissuma, que tem sua pesca em área estuarina, predominam as embarcações chamadas bai-teiras (canoas menores), que funcionam com a propulsão de ventos ou a remo; já em Suape, que tem pesca marítima, utiliza-se navegações de maior porte e que se movem pelo uso do motor, pois precisam alcançar maior distância da costa para praticar sua pescaria. Esse contexto mostra tecnologias de apropriação do espaço natural específicas graças à própria particularidade natural dos ambientes estuarino e marítimo.

Esse nível tecnológico decorre do também módico ou nulo excedente de capital produzido pelo trabalho da pesca, fato citado em diversos estudos (DIEGUES, 1983 & 1995a; LOUREIRO, 1985), mostrando que há importantes similitudes entre pescadores de mar e estuário. A simples tecnologia e a subordinação aos atravessadores gera uma auto-exploração dos trabalhadores da pesca, já que “a maior parte da jornada de trabalho é empregada para que o pescador, seja em produto, seja em dinheiro, reproduza sua própria subsistência, num nível sempre baixo” (LOUREIRO, 1985, p. 200).

Tudo isso evidencia que a pesca artesanal não pode ser vista, tão-somente, como consequência de sua interação com o meio ambiente e o modo como os seres humanos se organizam para se apropriar do espaço natural, já que essa atividade assume respostas diante da sua – cada vez maior – inserção no jogo das relações sociais, que transcendem o espaço local e interferem no ambiente pesqueiro como resultado histórico do desenvolvimento capitalista. Além o mais, as próprias alternativas construídas pelos grupos e/ou indivíduos, na qualidade de estratégias de sobrevivência, acabam sendo



um diálogo com as causas colocadas pelo jogo das relações sociais gerais. Então, o ser humano “torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los” (LUKÁCS, 1978, p. 5), permitindo uma transformação e atualização no devir-ser, da sua sociabilidade e tradição.

A exemplo disso, em Suape, a construção do porto, que desde então vem causando mudanças nos recursos naturais da pesca, e que, somado ao crescimento do turismo na região, explicitado na construção de um grande hotel, provocaram impactos consideráveis no ambiente natural. Em Itapissuma, essa realidade também não é diferente, posto que o impacto ambiental causado pelos despejos industriais nos rios que deságuam no Canal de Santa Cruz provoca transformações sensíveis no estuário. Esses fatores incidem sobre as possíveis alternativas e respostas efetivadas pelos pescadores artesanais, no que se refere à sua reprodução social.

Portanto, tudo isso demonstra que não se pode entender a pesca artesanal e as ações desenvolvidas pelos pescadores sem as colocar dentro de uma universalidade social da qual fazem parte e são definidas. Decerto que os argumentos realizados buscam dar conta de que as estratégias de reprodução social, adotadas pelos pescadores artesanais, não são meros reflexos dos aspectos macrossociais, que condicionariam mecanicamente o sujeito social, mas, ao contrário, tais estratégias resultam de relações dialéticas entre o indivíduo/grupo e a totalidade social, e os seus atos acabam, com isso, representando uma síntese dessas interações sociohistóricas. Todavia, em certas situações, às respostas elaboradas em busca da sobrevivência pode vincular-se também a possibilidade de abandonar a pesca artesanal, tendo em vista que inúmeros impactos ambientais acabam por inviabilizar a produção pesqueira, como aconteceu com alguns pescadores suapenses.

2.2. *Os laços de pertencimento na pesca artesanal*

Diante do que foi exposto, o trabalho confere sentido à própria existência do ser social e à vida cotidiana, colocando-as num constante e rico



intercâmbio com a sociedade e as forças da natureza. Contudo, há aspectos que interagem com o trabalho na qualidade de mediadores, como parte de uma processualidade e de uma construção dialógica. Assim sendo, o ser social não pode, nem deve, ser compreendido apenas pela lógica do trabalho, mesmo que esta represente sua categoria fundante, pois isso reduziria a percepção da realidade humana a uma questão meramente mecanicista, em que o trabalho sobreviveria incólume diante de outros fatores que compõem a existência do ser social.

O trabalho é uma categoria definidora e definida no jogo das tramas societárias. Por isso, ele sozinho não explica a complexidade da formação e desenvolvimento do ser social, em sua configuração decorrente de situações sociais, culturais, ambientais, políticas, econômicas e históricas.

De fato, dizer que o trabalho é uma categoria essencial para a existência do ser social não é o mesmo que afirmar que a realidade da pesca só pode e deve ser explicada pelo trabalho, visto que os valores socioculturais sempre desempenharam papel significativo de influência nas escolhas/alternativas edificadas pelos grupos na construção de sua sobrevivência. Nesse sentido, a consciência assume função considerável como possibilidade de elaboração das estratégias de reprodução social, pois é mediante o lado subjetivo que se apreende a realidade e se encontram respostas objetivas, concretas, diante de todo um complexo social que permite ao ser humano continuar vivo. Portanto, a consciência, o pensado, a representação, “é um momento da processualidade do trabalho; no contexto da busca dos meios, é um momento essencial à captura do real pela subjetividade” (LESSA, 1997a, p. 90).

Colocar isso é eliminar a imagem, quando se focaliza o trabalho como categoria analítica central, de que o ser social é mero reflexo passivo do mundo da produção material da vida em sociedade. No entanto, é inegável que o mundo da produção assume fator preponderante na sobrevivência humana, pois “o que está aqui em jogo são os homens, cujas capacidades, hábitos, etc., tornam possíveis modos de produção, porém, são por seu turno geradas sobre a base de modos de produção concretos” (LUKÁCS, 1979, p. 72-3).

Percebe-se, com isso, que nem a representação, nem o imaginário, nem o modo de produção determinam a vida dos grupos sociais. O que há é uma relação dialética entre essas esferas, que não podem ser analisadas



de modo fragmentado e/ou isolado, fato que limitaria uma apreensão da riqueza das interações sociais. Por isso tudo, vejo que o trabalho, mesmo sendo peça-chave, só pode existir e “ter lugar com a ajuda de uma cadeia de mediações” (LUKÁCS, 1978, p. 5). Diante disso, é importante inter-relacionar *trabalho* com a noção de *pertencimento*.

Tomei, nesse sentido, como apoio, a idéia de pertencimento que inicialmente foi definida por Mendras (1978) ao estudar o campesinato, pois acredito que esse conceito é útil para se compreender os pescadores artesanais.

A coincidência entre laços de parentesco e território, completada pela posse de uma fração desse território, pode fazer com que o pertencimento à aldeia e o pertencimento a uma parentela sejam indissociáveis: “aqui” é “uma só família” e todos estão “em casa” (MENDRAS, 1978, p. 88).

Esse debate dialoga com Godoi (1998 & 1999), ao estudar camponeses no sertão do Piauí; a autora busca entender as práticas de uso e posse da territorialidade a partir da memória coletiva de um grupo de camponeses, já que “essa memória passa a atuar como criadora de solidariedade, produtora de identidade e portadora de imaginário, erigindo regras de pertencimento e exclusão que delimitam as fronteiras sociais do grupo” (GODOI, 1999, p. 15). A memória desses camponeses, que se ampara numa ética do sistema de posse da terra, vai ser atualizada em suas práticas para referendar a ocupação do território diante de situações de pressão.

A recriação dos laços de pertencimento, que permitem a sobrevivência dos camponeses no sertão do Piauí, também constitui estratégia de reprodução adotada pelos pescadores artesanais, estruturada de acordo com um código de ética que orienta e ordena a apropriação do ambiente pesqueiro, segundo Cordell (2001).

É claro que há agudas diferenças no que se refere à noção de posse de um território por parte dos camponeses em relação aos pescadores, posto que os últimos lidam com um recurso que é de acesso livre. Entretanto, o território mar/estuário é apropriado e dividido de acordo com o conhecimento que esses trabalhadores têm sobre o ambiente pesqueiro e seus melhores locais de pesca.





Pescador é aquele que conhece os caminhos e segredos do mar e do estuário, o que produz um sentimento de pertença a um grupo e, conseqüentemente, a um território. O ordenamento e uso dos espaços naturais aquáticos são resultados da experiência e conhecimento de vida.

No mar, os territórios são mais do que espaços delimitados. São lugares conhecidos, nomeados, usados e definidos. A família de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas cria territórios que são incorporados à sua tradição. Na mesma medida em que é recurso ou espaço de subsistência, o território encompassa também a noção de lugar, mediante a qual os povos marítimos definem e delimitam o mar. Sob este aspecto, podemos dizer que território é conhecimento... (MALDONADO, 1994, p. 105).

Tal fato pode ser mais bem compreendido de acordo com o processo de marcação realizado pelos pescadores para servirem de “porto seguro” em sua navegação. Apesar de ser diferente em seus espaços, há sistemas de marcação desenvolvidos também pelos pescadores estuarinos, permitindo encontrar melhores locais para pescar, os chamados pesqueiros,⁷ como constatou Cordell (1989). Essa técnica de leitura do território é elemento tradicional, visto que isso já era detectado por Cascudo (1957) há cinco decênios em relação aos jangadeiros:

Saindo de madrugada o jangadeiro não pesca a esmo, mas se dirige a lugares determinados, zonas mais ou menos extensas, com distâncias e funduras conhecidas, onde vivem certos peixes em presença normal. São os pesqueiros e têm nomes populares, tradicionais e sabidos. São chamados TACI, CORUBAS, CARREIRA DAS PEDRAS, RAZINHO, RASO, RISCA E PAREDES na relação de profundidade e tempo de navegação para alcançá-los (idem, p. 25).

Ou seja, sem marcação não há pescaria. Portanto, pertencer a um grupo significa, dentre outras coisas, partilhar elementos que lhes são comuns. O conhecimento é um desses fatores, que se (re)cria ao longo do

7. Local em que os peixes protegem-se e se alimentam.





tempo e confere referências amparadas na tradição, valores e hábitos, que são (re)elaborados/transformados de acordo com as novas necessidades dos pescadores, no intuito de aplicá-los frente aos contextos de pressão socioeconômica.

Como o principal meio de produção da atividade pesqueira é de acesso livre, o mesmo acaba sofrendo impactos de diversos fatores externos à pesca, nas regiões litorâneas, que irão interferir em seu universo. Por exemplo, a instalação de um porto, a crescente e desordenada urbanização, os aterros de mangues e a poluição industrial provocam mudanças nas rotas e nos melhores locais de pescaria, exigindo dos pescadores (re)leituras de sua ação na construção de um novo ordenamento da territorialidade aquática. Nesse sentido, a tradição e a modernidade não vão se excluir, visto que o pôr teleológico é uma síntese desses elementos, que orientam os pescadores na busca das estratégias de sua sobrevivência. Assim sendo, ambas se encontram (tradição e modernidade) e se articulam, como feixes de situações que integrarão os pescadores em novos momentos sociais.

É por isso que mesmo diante de novas respostas o papel do mestre – aquele que lidera e conduz a embarcação e os tripulantes durante o trabalho, além de ser um guardião dessa tradição pesqueira – acaba sendo essencial para o mapeamento (e remapeamento) do ambiente estuarino e marítimo e, com isso, para o sucesso de uma boa jornada de pescaria. Afinal de contas, “cada bote, cada ‘parelha’, cada ‘rol de pesca’ tem roteiros que seguem os cardumes em seus ciclos sazonais, dependendo, em termos de segurança e de renda, da capacidade de marcar do mestre” (MALDONADO, 2000, p. 98).

Ademais, no que se refere ao problema da parentela, não existe como no campesinato uma unidade doméstica de produção que seja ao mesmo tempo produtora e consumidora (MENDRAS, 1978). Se o trabalho da família nuclear (grupo doméstico) não assume na pesca artesanal o papel central, já que as mulheres não participam das pescarias embarcadas, isso não significa que os sistemas de parentela, compadrio e amizade não sejam utilizados.

Por ser uma atividade caracterizada pela condição de risco e pela necessidade de se ter segredo em relação às rotas aquáticas para se atingir os melhores locais de pescaria, pescar com a família (pai, irmãos, primos), amigos e compadres, acaba sendo fundamental para que a atividade alcance os fins almejados. Ademais, o trabalho da pesca requer profunda con-



fiança, sincronia e companheirismo entre os que estão embarcados e, por isso, nada melhor do que utilizar os laços familiares e de amizades de longa data como mecanismos valiosos de trabalho, porque “a pesca é um ‘ofício’ no qual a confiança, a cooperação e a competência dos participantes constroem condições de trabalho e de produção” (MILLER, 1992, p. 74).

Isso demonstra que há uma certa recorrência em se definir e fazer uso de um grau de solidariedade capaz de estruturar e organizar os grupos de trabalho que vão sair em pescaria, reproduzindo, no espaço aquático, os laços existentes no espaço terrestre, e mostrando que não há uma dicotomia, uma extrema e rígida separação entre esses ambientes. Contudo, não é só isso, pois se vê “aquí uma clara alusão a dois fatores: o primeiro, a socialização no conhecimento técnico e naturalístico, realizada ‘de pai para filho’; o segundo, a necessidade de manutenção ‘em segredo’ desse conhecimento” (LIMA, 1997, p. 91).

Por outro lado, vale dizer que a pesca embarcada, tanto em estuário quanto no mar, é um trabalho por excelência masculino, no qual não se permite a presença feminina – por via de gênero, como já relatei –, devido às representações de que a mesma não possui força física suficiente, de que deve ficar em terra cuidando da criação dos filhos e filhas, de que sua presença em uma embarcação repleta de homens simplesmente “não daria certo”, dentre outras coisas. Diante disso, coube às mulheres, no decorrer dos anos, o papel de catadeiras, coletadoras ou (como são mais conhecidas) marisqueiras, que dominam junto com os filhos e filhas, as margens das regiões estuarinas, dos rios ou dentro dos mangues, com a pesca da ostra, marisco, siri, sururu, etc.

Mas as mulheres chegam a ter participação na pesca; Loureiro (1985) externa que na região amazônica, quando os pescadores chegam depois de uma intensa e cansativa jornada de trabalho, a atividade adicional de reparo dos aparelhos de pescaria acaba sendo realizada pelas mulheres e filhos menores, enquanto o pescador descansa.

Os laços de pertencimento têm como base uma ética pesqueira que fundamenta e informa as lógicas de sua organização – a divisão de papéis, relações de autoridade do mestre, sistema de igualdade e companheirismo – que são resultados da idéia do segredo e de segurança das pessoas, no momento de trabalho. O que acaba reforçando esses dois últimos itens é o que Maldonado (1994) vai chamar de ideal igualitário no trabalho da



pesca que “se alia ao espírito cooperativo e à coordenação necessários às operações pesqueiras, em proteção ao espaço tecnológico e social do bote e à estabilidade da tripulação” (idem, p. 47), sendo o valor do mestre crucial para pôr em funcionamento acordos morais, relações de afetividade, circulação de informações sobre pesqueiros e rotas, sempre sob o imperativo de forte solidariedade.

Essa ética se faz presente no trabalho das pessoas que têm na pesca estuarina seu meio de existência, porque “um código de honra que os pescadores chamam de respeito, intimamente ligado à reciprocidade, forma e controla as relações pessoais na pesca local. A ética associada ao respeito vai além de um cerimonial da pesca: ela se liga às consciências” (CORDELL, 2001, p. 144).

A ética pesqueira não só ordena a funcionalidade dentro da embarcação em suas relações pessoais, intrinsecamente ancoradas no sistema de parentesco e compadrio, mas delimita também os espaços a serem “apropriados” pelo grupo de trabalho no ambiente marítimo e estuarino, de acordo com o acervo de segredos, (re)organizando essas características no sentido de responder e atualizá-las no jogo do encontro do universo particular, a pesca, e do geral, o desenvolvimento capitalista de produção.

Essa questão do segredo merece algumas considerações, no sentido de classificá-lo como um dos elementos voltados à idéia de pertencimento entre pescadores, visto que aparenta algo negador à própria noção de pertença, sua esfera antagonica. Todavia, a necessidade do segredo praticado pelos grupos de pescaria, em grande medida pelos mestres, sobre os melhores locais para pescar é socialmente permitido e processado como mecanismo fundamental ao trabalho do pescador artesanal, sendo crucial para o exercício da atividade. Deve-se isso à situação de acesso ao meio de produção da pesca (o mar e o estuário, por exemplo), que gera competição e disputa pelos pesqueiros, possibilitando um certo sistema de “posse” e patrimônio territorial.

Outra característica relevante do pertencimento é a existência da idéia de igualdade no trabalho da pesca, uma vez que esta se sustenta em uma cooperação voluntária daqueles que nela ingressam. Até mesmo o papel exercido pelo mestre não retira tal caráter igualitário, devido ao fato de que sua função é aceita como necessária – não sendo, dessa maneira, imposta – por este ser portador, em maior grau, de um conhecimento





náutico, que é praticado e posto à prova durante as pescarias. Entretanto, para fazer valer nas jornadas de trabalho em água, estrutura-se na ajuda mútua e cooperada entre todos os que estão no barco. Há uma certa hierarquia no lugar ocupado pelo mestre no desenvolvimento da pescaria (guardião de um cabedal de segredos), mas essa característica apóia-se em relações de igualdade, horizontais, porque “as atitudes cooperadas facilitam a coordenação da ação prática e viabilizam a produção pesqueira tradicional” (MALDONADO, 1994, p. 46).

Assim sendo, a igualdade e a profunda cooperação das pessoas que desenvolvem seu trabalho embarcado é um imperativo resultante da situação de perigo, imensidão do local de produção e separação com o espaço terrestre imposto pelo espaço marítimo (idem, ibidem). A relação de igualdade e cooperação não é um atributo exclusivo da pesca marítima, pois faz parte também da pesca estuarina. Todavia, é bom lembrar que os laços de pertencimento de um grupo, especificamente no caso dos pescadores, só se constroem a partir de suas práticas simbólicas e concretas edificadas dentro de uma esfera relacional frente a outros setores/sujeitos sociohistóricos, não podendo ser fragmentados e separados dessa dinâmica interativa.

Tal intercâmbio gera uma consciência genérica do ser social fruto de relações mais gerais, em razão de um diálogo ativo que o ser humano e/ou grupo do qual faz parte mantém, através da cooperação (material e simbólica), como sujeito e objeto, no seu envolvimento com o mundo da sociedade, tornando-se produto e gênero com conteúdo plenamente social, resultantes das ações e reações que a consciência lhe fornece, de modo a mostrar sua integração a esse processo relacional societário.

Isso não quer dizer, naturalmente, que se trate de mero fenômeno de consciência. A consciência é, antes de mais nada, a forma da reação (de caráter alternativo) a relações concretas objetivamente diversas no plano social; e também o campo de ação das alternativas possíveis em cada oportunidade é objetivamente delimitado no plano econômico-social. É a reação – freqüentemente, obscura, puramente emotiva – do indivíduo ao mundo social ambiente, que lhe apresenta como algo dado (LUKÁCS, 1979, p. 146-7).





Diante disso, podemos compreender que tanto as categorias aqui utilizadas para entender os trabalhadores da pesca, que estabelecem interações dialógicas com uma dada realidade, como a própria existência destes (no caso os pescadores), fazem parte de uma processualidade histórica, de um complexo concreto, no qual a interação *trabalho e pertencimen-* *to* permitem entender o processo de reprodução social dos pescadores artesanais embarcados, ao longo do tempo, em Itapissuma e Suape.





Capítulo 3

“Quem me navega é o mar”:¹ os trabalhadores pesqueiros e a pesca em Suape e Itapissuma

[...] homens e mar interpenetram-se, por assim dizer – o mar entrando na vida das pessoas, e os homens sabendo algo ou tudo sobre o mar, por diversão, viagens ou ganha-pão.

Joseph Conrad

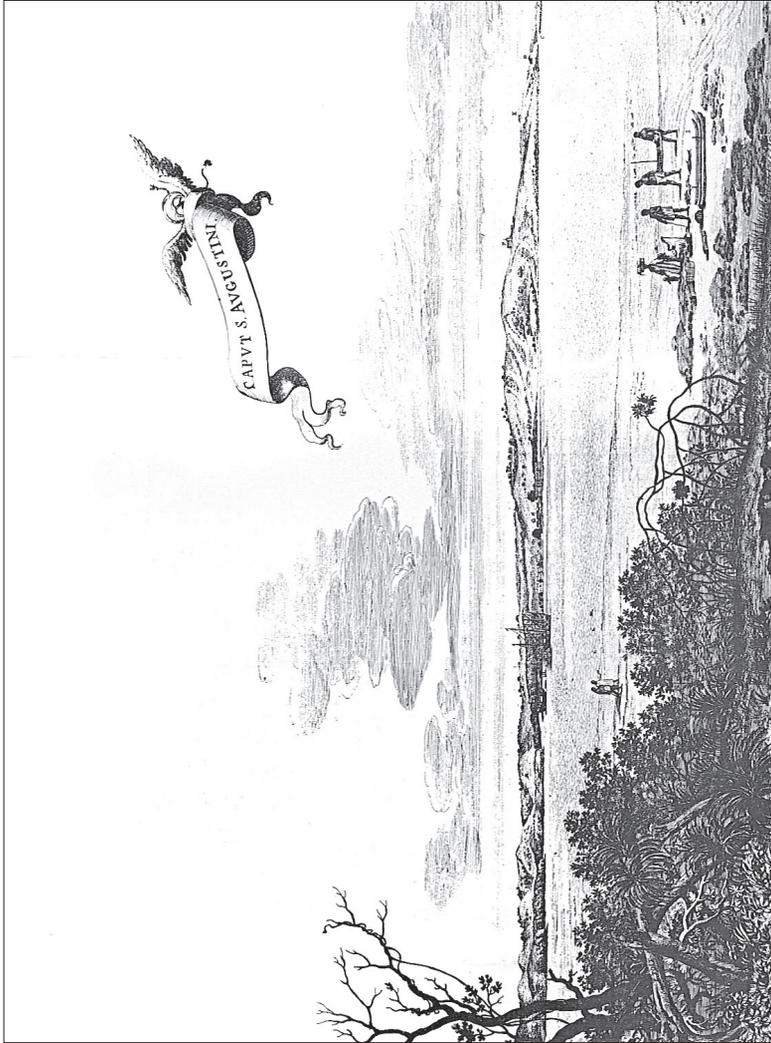
1. A ATIVIDADE DA PESCA ARTESANAL E SEUS PROFISSIONAIS EM SUAPE: UM BREVE RELATO HISTÓRICO

Em fevereiro de 1500, chegava à costa brasileira o navegador espanhol Vicente Yáñez Pinzón, o primeiro europeu a pisar em solo do estado de Pernambuco. Devido a sua localização, “o Cabo de Santo Agostinho era o primeiro acidente geográfico, situado a oito graus e meio, avistado pelo navegador procedente da Europa na costa brasileira” (DANTAS SILVA, 1993, p. XII) e denominado de Santa Maria de la Consolación pelos espanhóis, passando, logo depois, em decorrência do domínio português estabelecido através do tratado de Tordesilhas, a ser conhecido como Cabo de Santo Agostinho (ver Gravura 1). Pinzón aportava na praia de Suape, que se situa na parte sul do município do Cabo, dois meses antes da “descoberta” do Brasil pelo navegador português Pedro Álvares Cabral.

No início da colonização, Suape vai ter relativa importância na conquista e expansão econômica do Cabo, pois sua região costeira permitia, pela série de rios de que dispunha, a constituição de um porto natural “do tipo de fundo de estuário” (ANDRADE, 1979, p. 87). Como o mais

1. Trecho da música “Timoneiro”, composta por Paulinho da Viola e Hermínio Bello de Carvalho.





Gravura 1 – Vista do Cabo Santo Agostinho, tomada da praia Suape, segundo o traço de Frans Post (1645).

Fonte: Mator, Silva, 1993.





significativo dos rios que deságuam na baía de Suape, o Ipojuca vai ser descrito – por Joaquim Nabuco (1993) – como o caminho de acesso usado pelos senhores de engenho para embarcar o açúcar para Recife e trazer de lá outras mercadorias.

Dependente do ciclo açucareiro, Suape vai enfrentar os impasses econômicos comuns a esse setor produtivo. Além disso, a localidade, mais do que uma região produtora de açúcar, era um espaço de passagem dessa produção, através de seus recursos aquáticos. Foi por isso que, com o desenvolvimento da malha rodoviária e a perda do valor do transporte marítimo, Suape sofreu um refluxo socioeconômico, principalmente pelo fato de ser uma região mais afastada.

Suponho que tal refluxo foi tão impactante que permitiu o florescimento de pequenas unidades de produção camponesa – surgidas a partir do sistema de aforamento e posse relatado por Sobrinho (1978) – em terras antes destinadas ao cultivo da cana e que entraram em decadência, levando Suape ao ostracismo socioeconômico no que se refere à sua integração aos grandes centros de produção e comercialização de Pernambuco e do Brasil.²

Mas a pesca artesanal sobreviveu a todos esses percalços, fazendo-se elemento significativo de obtenção de renda para homens e mulheres suas-penses. Contribuiu para isto o estabelecimento, em 1831, da linha de preamar que tinha em média 33 metros de comprimento em beira-mar, tornando-se domínio exclusivo da União. Foi nesse espaço que grande parte dos pescadores construíram suas habitações e se fixaram em Suape até meados dos anos de 1990.

1.1. A pesca no povoado de Suape, ontem

A situação de relativo “isolamento” que viveu a praia de Suape até os anos de 1990 deveu-se ao difícil acesso à localidade – em decorrência das

2. Essa situação contribuiu, de certa maneira, para a formação, em abril de 1963, da Cooperativa Mista de Tiriri, nas terras do engenho Tiriri, que tem parte de sua propriedade em Suape. Essa cooperativa foi fomentada, desde seu surgimento até 1968, pela SUDENE, com o intuito de ser uma área de produção açucareira a partir do trabalho exercido por pequenos parceiros. Entretanto, Tiriri não trouxe a dinâmica antes vivida e perdida por Suape há décadas.





péssimas estradas – e do seu maior distanciamento da sede do município, Cabo de Santo Agostinho,³ se compararmos a outras praias que formam o litoral cabense.⁴ Contexto que fez com que a sua população tivesse menos contatos com os centros mais urbanizados (Cabo, Jaboatão, Recife) e sua praia fosse menos freqüentada por turistas durante boa parte das décadas.

A estrutura fundiária da região – cercada por engenhos e outras áreas particulares –, a economia apoiada principalmente na pesca artesanal e o difícil acesso à localidade, de certa maneira, moldaram o ritmo dos contatos entre os próprios suapenses e destes com as áreas mais urbanizadas de Pernambuco. Dessa maneira, o cotidiano das pessoas funcionava de acordo com a citada dinâmica, que impunha demandas e necessidades socioeconômicas não tão subordinadas às influências da sociedade de consumo. Era bastante comum o uso do escambo entre pescadores, trabalhadores de cana e agricultores como mecanismo de troca para se adquirir gêneros de primeira ordem, como frutas, verduras, legumes, farinha, peixes, crustáceos, mariscos e outros já listados por Andrade (1997), por meio da “troca de ‘produtos do mar’ por ‘produtos da terra’ entre pescadores e lavradores” (idem, p. 70), e, pelas informações colhidas junto aos nossos entrevistados, mostrando a importância do intercâmbio de bens para superar as dificuldades e melhorar a qualidade de vida dos pescadores envolvidos.

O pescador vivia melhor, porque mesmo que ele não tivesse a quem vender ele consumia, ele trocava. Às vezes, o pessoal em Tiriri e Algodois fazia farinha e o pessoal levava o peixe e trocava por farinha. (Alberis José de Paula, 47 anos, pescador)

O povoado de Suape não vivia isolado, como se estivesse num estágio anterior ou à parte do modo de produção capitalista, sem estabelecer relações comerciais, culturais e sociais com as cidades e metrópoles. Havia formas de intercâmbios mantidas com os centros urbanizados que eram dimensionadas de acordo, principalmente com as necessidades materiais das pessoas que habitavam a localidade e, em menor grau, necessidades de diversão.

3. A sede detém o mesmo nome da cidade e se encontra a 12 km do povoado.

4. Paiva, Itapoama, Xaréu, Enseada dos Corais, Gaibu, Calhetas.





Tinha que sair de Suape pra comprar roupa no Cabo e em Recife, porque ninguém vinha trazer na porta, não. (Milton de França, 63 anos, pescador)

Sempre saí de Suape pra comprar fora. Comprar náilon e comida, saía pra fora, lá pro centro do Cabo, centro do Recife. Agora é que tá chegando um mercadinho. O que Suape teve toda vida foi padaria. (Seu Neneu, 62 anos, pescador)

Naquele período, eu saía, no máximo, até o Cabo pra negociar. Vendi peixe mais meu pai. Mãe negociou uns 30 anos em Prazeres (Jaboatão dos Guararapes). Aqui, em Suape, o sistema era o seguinte: pescou de segunda à sexta-feira, no sábado, a maioria que pescava levava o que pescou para o Cabo ou para Prazeres e lá fazia compras. Já voltava com as compras prontas para passar a semana. Teve período aqui, também, que o pescador nem saía pra vender a pesca nem para fazer compra, porque, antigamente, chovia e não tinha para quem vender, devido à situação da estrada. (Alberis José de Paula, 47 anos, pescador)

Saía pra me divertir, porque eu tava com 18 anos. Às vezes, eu curtia fora daqui como no Clube Líbano Brasileiro, no Pina (Recife). Saía pra cidade do Cabo e pra Mercês (antiga usina, que hoje está desativada) pra jogar futebol. (Manuel, 34 anos, pescador)

Se fosse pra sair daqui, era pra alguma obrigação que eu ia fazer: pagamento, comprar um remédio numa farmácia ou ir à casa de um amigo. (Luiz Augusto da Silva, 62 anos, pescador)

O destino conferido pelos trabalhadores à produção pesqueira revelava a lógica que ordenava os seus objetivos de produção, que ia a favor das necessidades básicas de alimentação familiar e que também se voltavam à venda, num diálogo entre autonomia e subordinação como parte das estratégias dos pescadores.

Pra comer, a gente tirava uma parte. Vamos supor, a gente tinha 10 peixes e 2 já iam livres, né, pra comida. (José Severino da Silva, 38 anos, pescador)





A inexistência de outras opções de inserção econômica – fora a atividade açucareira e o cultivo, em menor medida, de pequenos roçados na condição de posseiros – fazia com que a vida local se confundisse com o próprio trabalho da pesca. Ser pescador acabava sendo um caminho, em alguns casos, a ser perseguido e desejado pelos filhos do local ou a única possibilidade de trabalho e, conseqüentemente, sustento. Ademais, a pesca representava algo tão comum e natural no cotidiano dos jovens, que compunha também o lado lúdico, as brincadeiras, vontades, atraindo-os para o mar.

Rapaz, era bom, porque você vê pegando os peixes... e atrai muito as pessoas, e aquilo vai te atraindo. Depois de tomar um jeito lá pros 17, 18 anos de vida é que você vai saber que tá. Era mais divertimento. Entrava e gostava. Todo mundo era moço. Os colegas da gente tudo pequeno. Todo mundo morava aqui. (José Sebastião de Santana, Zé Véio, 38 anos, pescador)

Vontade mesmo da pessoa. Quando não se quer pescar, sai pra outro serviço. Eu não saí. Fiquei nela mesmo (na pesca). (Seu Neneu, 62 anos, pescador)

A necessidade. Na praia, a pessoa pra ganhar algum dinheiro tinha que pescar. Emprego não tinha. (Graciliano, 32 anos, pescador)

Mais do que os aspetos lúdicos e simbólicos, de maneira geral, o que levava as pessoas a exercer o trabalho da pesca eram as condições concretas de existência, pois “na época, aqui, mesmo só existia a pesca” (Luiz Augusto). Contudo, era inegável que a pesca tinha seus atrativos imateriais e uma capacidade de sedução articulada ao imaginário das pessoas, especialmente quando se está em processo de formação. Assim, quando “você vê os outros pegando peixes... e atrai muito as pessoas, e aquilo vai te atraindo” (Zé Véio).

Vale dizer que havia homens que não se dedicavam com exclusividade à pesca; os trabalhos agrícolas e a venda de peixes eram mecanismos essenciais para a manutenção de suas vidas em períodos de baixa produtividade dos pescados; e mesmo aqueles que tinham no setor pesqueiro





uma atividade complementar a outros ramos produtivos, transformaram essa atividade econômica principal num veículo estruturador do projeto de virem a ser pescadores no futuro, ou seja, homens mais livres, que pudessem desfrutar de melhorias em suas histórias cotidianas ou, no mínimo, abandonar uma situação de maior precariedade.

Então, entrar na pesca representava deixar algo menos vantajoso e sem chances de melhorar seus dias. A pesca, por outro lado, significava possibilidades e não limites, se comparada às demais ocupações. Como revelam os informantes:

Eu trabalhava em padaria e pescava. Mas antes trabalhei – junto com a pescaria – em serviço braçal mais meu pai. Trabalhei muito cavando araruta e cortando lenha com ele. Era aqui em Suape. Aí, o que me levou a ser pescador? É que eu trabalhei muito pros outros e comecei a pescar com meu próprio material. Foi o que me levou a ser pescador. Aí foi melhor do que tá empregado pros outros. Eu comprei o material de pesca com o dinheiro que eu ganhei trabalhando em outras coisas. (Milton de França, 63 anos, pescador)

Aqui, em Suape, na época em que batia o mês de Santana, era o tempo em que a pescaria tava muito ruim, a gente pegava a enxada e ia cavar a araruta. Araruta é um mato que nasce e que eles plantam na terra e tem umas batatas aranas bem compridas. Aí tira aquelas batatas aranas, aquelas ararutas, descasca – tinha muitas mulheres para descascar – e tinha uma casa grande, uma fábrica, com motor e um rodete. Aí botava a araruta e diluía ela todinha pra depois botá-la nos tanques. Aí ficava goma. Tirava o bagaço e ficava a goma. (Luiz Augusto da Silva, 62 anos, pescador)

Eu assava o peixe para conservar, no intuito de vendê-lo em Ipojuca e no Cabo para ganhar mais. (José Sebastião de Santana, Zé Véio, 38 anos, pescador)

Para muitos, ser pescador era um projeto de vida. Continuar em outra profissão era apenas um passo para conseguir comprar os materiais de pescaria, pois trabalhar na pesca é “melhor do que tá empregado pros



outros” (Milton). Ter outro serviço não era o mesmo que ter uma passagem de saída da pesca. Ao contrário, era um mecanismo de gerar ganho em épocas mais adversas e/ou de agregar renda a partir da venda do próprio pescado, no intuito de “ganhar mais” (Zé Véio).

A pluriatividade era um mecanismo comum e fundamental na vida dos pescadores de Suape, não sendo, desse jeito, uma novidade apresentada por situações atuais.

Cabe frisar que o pescador artesanal, em Suape, não emerge como fruto da urbanização da região, mas – em muitos casos – como projeto de vida, passagem para uma nova realidade, que, mesmo não representando fortes rupturas em seu contexto econômico e social, ao menos era um estágio possível de viver em condições mais favoráveis. Normalmente, segundo os entrevistados (Tabela II), entrava-se antes dos 10 anos de idade na pescaria, socializando-se desde a infância nos caminhos marítimos, construindo, desse modo, costumes, crenças, valores e solidariedade, elementos preponderantes no processo de formação das suas identidades particulares e da própria comunidade. Então, o trabalho pesqueiro edificava singularidades socioculturais, tanto dos trabalhadores da pesca, quanto da localidade, em relação a outros grupos societários e regiões.

Tabela II - Idade na qual os pescadores artesanais de Suape, Cabo de Santo Agostinho, PE, são iniciados na atividade da pesca

<i>Faixa Etária</i>	<i>Abs.</i>	<i>%</i>
Até 10 anos	6	60%
De 11 a 15 anos	2	20%
De 16 a 19 anos	1	10%
Não se lembra	1	10%
Total	10	100%

Fonte: Pesquisa direta realizada entre julho e novembro de 2001.

A socialização desses homens na pesca artesanal ganha significado ainda maior quando observamos o grau de formação educacional deles, posto que a escola não assumiu espaço valioso na experiência de vida, especialmente no que concerne às pessoas com maior faixa etária. No máximo, 40% dos entrevistados chegaram a concluir o 1º grau; 20% são

analfabetos e estão incluídos no universo dos mais velhos; e os outros 40% concluíram o curso primário (Tabela III).

Tais dados encontram respaldo numa pesquisa maior realizada por Oliveira (1997), que aplicou 37 questionários entre os pescadores e identificou que 27% deles eram analfabetos.

Tabela III – Grau de instrução e faixa etária dos pescadores artesanais de Suape, PE

Idade	Até 35 anos		De 36 a 55 anos		De 56 anos em diante		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Grau de Instrução								
Analfabeto	0	0	0	0	2	20	2	20
Até o primário	2	20	1	10	1	10	4	40
Até o 1º grau completo	0	0	4	40	0	0	4	40
Subtotal	2	20	5	50	3	30	10	100

Fonte: Pesquisa direta realizada entre julho e novembro de 2001.

O recurso aquático foi peça-chave no modo de vida da população suapense, ensejando possibilidades de sobrevivência de inúmeras famílias, que fizeram – no transcurso dos anos – uso direto desse ecossistema, não só na qualidade de lugar de trabalho e produtor de alimentos, mas também como gerador de práticas socioculturais. Tal fato me permite concordar com Motta (1978) quando afirma que “o mar já se viu que significa destino em termos de Suape” (ibidem, p. 10), da vida de homens, mulheres e crianças, que acabavam encontrando na pescaria estratégias de existir, sonhar, realizar, criar seus filhos e filhas e se sujeitar a um destino marítimo.

Pra mim, o mais importante é o mar, em relação à terra, porque é onde a gente tira o sustento da gente. O mar pra mim é tudo, porque apesar de tudo o mar é melhor. É um segredo que a gente tem que admitir que o mar é bom. Pra toda determinação, o mar é bom. (Alberis de Paula, 47 anos, pescador)

Olha, é o seguinte: pra mim o mais importante é o mar, porque é onde eu arrumo o produto pra comer, e não na terra. (Luiz Augusto da Silva, 62 anos, pescador)



1.2. A chegada do porto e do hotel: um olhar dos pescadores

*Aqui, acolá, acorda a vida marítima,
Erguem-se velas, avançam rebocadores,
Surgem barcos pequenos de trás dos navios
que estão no porto*

Fernando Pessoa, *Ode Marítima*

Antes da instalação do porto em 1978, Sobrinho (1978) constatou que Suape era uma pequena localidade onde “cerca de 68% das construções estão em terrenos foreiros à propriedade ‘Nazaré’, cerca de 20, 6% estão em terrenos da Marinha e 11, 2% estão em terras que pertencem a duas famílias distintas” (idem, p. 3).

A terra, menos boa parte da propriedade da Marinha localizada na baía de Suape, acabou sendo desapropriada para fins de interesse público e destinada para a construção do Porto de Suape. Muitos pescadores serviram de mão-de-obra para a construção e ampliação do Complexo Industrial e Portuário de Suape, como atestam as entrevistas:

Trabalhei uns 2 meses num serviço, mas não me dei, não. Aí saí, pois o que ganhava não dava pra comer. Esse trabalho foi aí do porto. Foi logo no início da construção. (Seu Neneu, 62 anos, pescador)

Eu cheguei a trabalhar como mergulhador aí no porto. (Manuel, 34 anos, pescador)

O Porto de Suape vai sofrer durante uma década, segundo Moreira (1988), os impactos advindos da economia – que se traduzem na explosão inflacionária na segunda metade dos anos de 1970, crise do petróleo, elevação dos juros da dívida e o surgimento de quatro recessões econômicas no Brasil (1974-75, 1982 e 1984) –, impossibilitando que o porto atingisse as metas pensadas pelo governo, para atrair capital estrangeiro.

Sobre a estagnação do complexo, Moreira comentou que “todos concordam que Suape é hoje um elefante branco, um projeto desastroso” (MOREIRA, 1988, p. 3). Entretanto, um ano depois, estimulado pelas demandas advindas da globalização econômica, o porto começa a ser





ampliado, tendo como meta receber navios maiores, fábricas e indústrias; situação que acaba se concretizando no decorrer dos anos de 1990, com a chegada de mais de 40 empresas (ASSIS & GOUVEIA, 2000).

Para que o porto pudesse receber supercargueiros internacionais, a praia de Suape foi expandida; entre a primeira metade de 1990 e 1995 “deu-se início a dragagem da área externa e a abertura dos arrecifes” (ASSIS & GOUVEIA, 2000, p. 21), fato que veio se juntar à mudança no percurso do rio Ipojuca.

O papel que o porto ocupou (e vem ocupando) na vida dos pescadores da localidade vai muito além do que o simples emprego temporário desses homens no período de instalação do complexo no cotidiano em Suape, visto que os pescadores demarcam o tempo e o espaço relacionando-os às mudanças impostas pelo porto.

Aqui era bom. O lugar, aqui, era tão gostoso, que eu tinha uma merceariazinha, mas eu deixava a minha esposa tomando conta. Era tão boa a pescaria que eu deixava ela e saía pra pescar. Só que o trabalho compensava, porque eu chegava com 70, 80, 90 quilos de tainha, aí era uma maravilha. Mas depois construiu o porto, aí a pescaria foi abaixando, abaixando, abaixando, depois do cais do porto. Fizeram o aterro aí dos arrecifes. Fizeram outro aterro ali, que era um grande lance que a gente dava, de tainheiro. Aterraram tudo. Acabou, praticamente, com um tipo de pesca, que tinha aqui, o tainheiro. (Luiz Augusto da Silva, 62 anos, pescador)

Antigamente, era bom. Não tinha o porto e aí era aberto. Tinha o rio de Ipojuca e o outro rio que passa pela Barra Nova e vinha despejar aqui dentro, aí dava muito peixe, mas agora... a pescaria depois desse porto piorou. Tá muito ruim. Não tem condições, não. (Manuel, 34 anos, pescador)

O trabalho da pesca antigamente era bem melhor. A pesca em Suape caiu 80% da produção. Lagosta você tinha à vontade. Polvo tinha à vontade. Marisco, caranguejo, guaiamu, camarão, tudo você tinha à vontade. Hoje em dia você tem apenas 20% do que você tinha. Isso se deu através do Porto de Suape, que fechou o rio Ipojuca. Em vez do rio cair na barra de Suape, tá caindo independente que é lá... in-





clusive, vão abrir agora de novo. Vão arrombar para fazer um cais. Tem uma idéia aí de uma termoeétrica. A pesca acabou-se praticamente em Suape. Vai acabar brevemente em Suape, na bacia de Suape. (Alberis de Paula, 47 anos, pescador)

No passado, a pesca era boa, porque a gente tinha fartura e agora não tem mais. Foi o porto que acabou com esse negócio de pescaria. Foi ruim pro pescador. (Milton de França, 63 anos, pescador)

Suape pra pescaria era melhor, porque não tinha esses aterros e nem essas dragagens. E agora tá ruim. Depois que dragaram e fizeram o aterro, diminuiu muito a pescaria. O local tá pequeno pra pesca, porque aterrou a área e afundou pro porto mais. Fizeram outro cais novo ali, aí pronto foi o que acabou mais ainda. Foi muito prejudicial à pesca. (Graciliano, 32 anos, pescador)

As falas encontram-se quando elaboram uma distinção entre passado e presente a partir da chegada do porto em Suape. O porto é a linha divisória entre aquilo que “antigamente, era bom” (Manuel), um lugar “tão gostoso” (Luiz), onde “tudo você tinha à vontade” (Alberis), “a gente tinha fartura” (Milton) e que “pra pescaria era melhor” (Graciliano), e um presente marcado por dificuldades, visto que “a pescaria depois desse porto piorou” (Manuel), ela “foi baixando, baixando” (Luiz), “caiu 80% da produção” (Alberis), tornando-se “prejudicial à pesca” (Graciliano) e, por isso, também “ruim para o pescador” (Milton).

Como se vê, essa visão de um passado melhor detém forte vinculação com as condições de produtividade pesqueira, com o espaço de trabalho, gerador de renda e alimentos, e os recursos aquáticos.

De acordo com os pescadores, o porto contribuiu para o deterioramento do meio ambiente, com o “aterro dos arrecifes” (Luiz) para facilitar a entrada de navios de grande porte, se “fechou o rio Ipojuca” (Alberis) que desembocava na baía de Suape e, além do mais, com a dragagem e aterro dos recursos aquáticos “o local tá pequeno pra pesca” (Graciliano).

Está “pequeno pra pesca” sintetiza a idéia e o sentimento dos limites hoje vivenciados para se trabalhar e viver em Suape, na qualidade de pescadores artesanais, pelas condições que impõem bloqueios e define circunstâncias para esses homens. Ou seja, “o mar não está para o peixe” e, com





isso, nem para o pescador suapense. Por isso, não é difícil encontrar nas famílias locais algum parente que tenha abandonado a pesca, devido às mudanças mencionadas.

Além disso, essas transformações na área levaram à quebra de um mecanismo usado na época de períodos de baixa da pesca, o inverno. Nesses momentos, vários pescadores abandonavam, temporariamente, a pescaria marítima e se dedicavam à pesca estuarina praticada no rio Ipojuca, em média dois meses por ano, para retirar dele seu sustento e de seus familiares.⁵

Pra pescar, antigamente era bom. Quando batia o inverno, a gente estendia a rede por aqui e arrumava o dinheiro da feira por aqui mesmo, nesse lugar aí, porque tinha o rio Ipojuca. Tinha o rio Ipojuca e o peixe vinha todinho para cá pra dentro. “Não dava pra ir pra fora. Então, vamos pescar por aí mesmo.” Aí estendia a rede. (José Severino da Silva, 38 anos, pescador)

A intervenção no percurso natural do Ipojuca deveu-se à possibilidade de seu uso como canal de entrada dos navios, alargando-o e dragando-o para aumentar sua profundidade para que as navegações pudessem aportar. Assim, o rio deixou de desaguar na enseada ou na baía de Suape para cair diretamente no mar, trazendo sérios problemas ecológicos para a população do povoado de Suape. Por conseguinte, ao atingir a área estuarina próxima à baía de Suape, a construção do porto também transformou o trabalho das mulheres (como será analisado nos capítulos seguintes) que mariscavam, coletavam ostras e pescavam caranguejos e siris, já que elas desenvolviam seu trabalho unicamente nesse recurso aquático.

Já a implantação do hotel não provocou tantos problemas para os pescadores como o porto, mas também interferiu na pesca e na vida dos mesmos, com prejuízos.

5. Na baía de Suape desaguava, através da zona estuarina de mesmo nome, os rios Massangana, Tatuoca, Merepe e, o mais importante deles, o Ipojuca, especialmente pelo fato de que é ele quem recebe as águas dos demais antes de desembocar no oceano Atlântico, pela praia de Suape. A mudança da rota do Ipojuca levou ao fim da utilização, por alguns pescadores, dessa possibilidade ambiental, e a uma mudança econômica, pois o rio era utilizado como mecanismo de superação dos momentos de maiores dificuldades relativos à pesca efetivada em mar-de-fora, já que as chuvas e os ventos a tornavam ainda mais perigosa no período que vai de junho a agosto na costa cabense, fazendo com que os trabalhadores, que se dedicavam à pescaria marítima, voltem seus esforços para a pesca de mar-de-dentro.





Teve essa implantação do hotel. Foi construído o hotel aqui, que foi uma grande mudança, e o Complexo Industrial Portuário, foi uma mudança maior. As construções que agora tão tendo lá no porto e a construção de uma outra barra, que tá sendo dinamitada e os arrefices também. Foi a grande mudança que houve em Suape. (Manuel, 34 anos, pescador)

A área adquirida, no primeiro decênio de 1990, para a instalação do hotel, possui em torno de 150 hectares, dos quais 43 ha já eram de propriedade da empresa Ipojuca Empreendimentos (a mesma que constituiu sociedade com o grupo japonês Aoki para a implantação do *resort hotel*), e o restante (107 ha que representavam parte das terras do engenho Tiriri) pertencia ao Complexo Portuário de Suape, que, no ano de 1978, a tinha adquirido da Cooperativa de Tiriri, e dando aos grupos empresariais, que construíram o hotel, direito de cessão de uso por 99 anos (OLIVEIRA, 1997), que veio juntar-se às antigas desapropriações de áreas particulares para a construção do porto.⁶

Até agora, o *resort hotel* só terminou uma etapa da sua construção (apartamentos); o seu projeto prevê a implantação de campo de golfe, marina e, possivelmente, um *shopping*. Embora não cumprindo todas as etapas, o hotel transformou a orla marítima, visto que sua instalação se deu à beira-mar no espaço próximo ao local ocupado, tradicionalmente, pelas habitações dos pescadores artesanais. A vinda do hotel também repercutiu numa urbanização da orla da enseada de Suape, facilitando, prioritariamente, o acesso dos turistas ao *resort*. Esse complexo de mudanças é percebida de diversas maneiras pelos pescadores suapenses, como verificamos nos argumentos a seguir:

Os pescadores viviam tudo na beira da praia. A gente morava aqui. Eu mesmo morava aí, na frente. A minha casa era de taipa e de palha. Saí na época da construção do hotel. Tô morando lá atrás, na vila. O

6. É fundamental ressaltar que o governo do estado de Pernambuco, para alcançar o objetivo de instalar o Complexo Portuário de Suape, declarou “de necessidade pública, para efeito de desapropriação, área de cerca de 500 quilômetros quadrados” (Governo de Pernambuco, 1978, p. 7), através dos decretos do estado de números 2844 (27.7.1963) e 4433 (18.2.1977), atingindo, dentre outras coisas, uma faixa costeira de cerca de 27 km de extensão entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (CONDEPE, 1978).





hotel foi quem fez a casa. Agora eu não tenho a posse da casa, não.
(Graciliano, 32 anos, pescador)

Mudou muita coisa na terra. Por causa do hotel, não pode andar mais por ali, onde era a casa dos pescadores. (José Edson Alves, 36 anos, pescador)

O hotel derrubou mangue para construir. Mudou muito foi a terra. O que mudou mesmo foi o hotel. Não foi ninguém. Agora o porto mudou negócio de pescaria. (Milton de França, 63 anos, pescador)

O hotel transferiu o povo e depois... para colocar a draga, no intuito de crescer a praia. A chegada do hotel vem junto... inclusive, a construção de um *shopping* e de um campo de golfe, que ainda vai ser construído. O campo de golfe vai ser construído onde pertencia a Tiriri. Essa parte de lá. O pessoal do hotel ainda não deu os documentos das casas dos pescadores que foram removidos, e na reunião disseram que vai ser implantado um *shopping center*. (Manuel, 34 anos, pescador)

Os trabalhadores da pesca desenham um cenário que interfere em seus cotidianos, refletido no espaço terra. Assim, de acordo com os seus argumentos, se, no passado, “os pescadores viviam na beira da praia” (Graciliano), atualmente, o hotel tirou os pescadores da orla antes de “colocar a draga” (Manuel) para aumentar a área de praia, fato que se traduz no “tô morando lá atrás” (Graciliano); o pescador “não pode andar mais por ali” (José Edson), onde morava; “o hotel derrubou mangue para construir” (Milton) e, com isso, “mudou muito foi a terra” (José Edson), diferentemente do porto que transformou o “negócio de pescaria” (Milton).

A retirada das pessoas, que moravam na beira da praia, conhecida como Pontal de Suape, foi acompanhada de negociações entre os representantes do hotel e os pescadores locais. Como resultado, o hotel transferiu os pescadores para outra área próxima à praia, afastada da orla, tendo em vista que, pelo menos a parte de frente ao empreendimento hoteleiro, deveria ser de uso exclusivo de seus clientes – sem que fossem incomodados pelos pescadores e suas embarcações – para caminhar, se banhar e aproveitar o máximo a praia de Suape. Dessa maneira, ganha sentido as palavras





do pescador José Edson: “por causa do hotel, não se pode andar mais por ali, onde era a casa dos pescadores”.

Tentando transferir os pescadores, o hotel buscou financiar a construção de suas casas no local que lhes foi destinado para a nova morada (que se encontra próxima às terras de Tiriri), com a promessa de dar a posse em definitivo das residências, já que antes esses habitantes de Suape não detinham a posse legal dos seus locais de morada, no Pontal.⁷ Entretanto, tal posse nunca foi passada, como fica claro na fala de Graciliano: “o hotel foi que fez a casa. Agora eu não tenho a posse da casa, não”.

Contexto que ganha referendo e mais força na voz de outro pescador, Manuel:

Mas aqui a gente não tem a tranquilidade pelo fato de não ter o documento de posse em mãos e também... na reunião, eles (a turma do hotel) disseram que a qualquer momento eles podem negociar com a gente. (Manuel, 34 anos, pescador)

Junto ao relato mencionado, há outro testemunho que denuncia a situação de um pescador que nunca recebeu qualquer tipo de ajuda para construir sua casa, depois de ter saído da praia:

As casas dos pescadores ficavam na beira da praia. Eu cheguei a morar na beira da praia. Saímos porque... foi o hotel aí. Não recebemos indenização e até perdemos o terreno. Não deram nada pra gente. (Zé Véio, 38 anos, pescador)

Um dos fatores que explicam essa ação do hotel pode ser encontrada em alguns esforços desenvolvidos pela empresa, junto à prefeitura, para tentar controlar o número de turistas que freqüentam a praia de Suape, estimulados pela pavimentação da estrada de acesso à região, buscando as belezas naturais de Suape para descansar e passar domingos e feriados.

7. Sobre tal acontecimento, gostaria de lembrar, mais uma vez, a pesquisa de Oliveira (1997) realizada em Suape entre 1996 e 1997 com 37 pescadores, que tentou interpretar o impacto do *resort hotel* na vida dos chefes de família de pescadores: “devido à construção do hotel, algumas famílias, que moravam na área do Pontal, foram retiradas e colocadas em casas de 36 m² (construídas a mando da empresa Ipojuca Empreendimentos), na Vila de Suape. Quando questionamos se as casas eram próprias, 85,71% deles responderam que sim; embora todos ainda não possuíssem os títulos de posse dos imóveis” (idem, p. 22).





Para limitar o acesso das pessoas à localidade, o hotel usou como argumento a questão ecológica, ao dizer que tal fluxo de pessoas causava impactos ambientais negativos, fato que foi aceito pelo poder público local, que passou a controlar o número de transportes que chegam a Suape. Igualmente, a não titulação das moradias entregues aos pescadores é um artifício usado pelos representantes do hotel no intuito de coibir a venda dessas casas a outros. Se a empresa cedesse a titularidade das casas, deixaria de “vender a praia”, no mercado do turismo, como local calmo, de paisagem natural belíssima, afastado do mundo urbano, onde existe uma população “exótica” constituída, em sua maioria, por pescadores – que não estão tão na orla, como antigamente, a ponto de incomodar os seus hóspedes.

Todavia, apesar de reconhecerem as implicações negativas, o hotel é tido como algo que, contraditoriamente, possibilitou a chegada de algumas melhorias para a área.

Para a população de Suape, o hotel trouxe algum benefício, porque tem um pessoal, daqui, que trabalha lá, numa faixa bem maior do que as que trabalham no porto. (Alberis de Paula, 47 anos, pescador)

É verdade que o emprego da mão-de-obra local deu-se mais no período da construção, como ocorreu com o complexo portuário, e que há apenas poucas pessoas, hoje, trabalhando no hotel, porém essas são em maior quantidade do que nas atividades pertencentes ao porto. Alguns representantes do hotel afirmaram aos próprios pescadores que não empregam um número maior de habitantes de Suape pelo fato de que estes possuem baixa escolaridade.

As mencionadas vantagens não se resumem ao aspecto do emprego, pois a dinâmica determinada pelo hotel na vida local pôs, para alguns pescadores, ingredientes que permitiram a urbanização de parte de Suape, especialmente na área do Pontal, com a chegada da pavimentação da estrada; além de trazer turistas que também compram a produção de pescados e podendo melhorar as condições de moradia.

Suape mudou muita coisa depois do hotel. Suape antigamente era tudo estrada de barro e agora é pista calçada, isso tudinho. Naquele





tempo, quase tudo, era estrada de barro. As casas eram de taipa e agora é tudo de tijolo, e têm umas que são de 1º andar. Pra mim, foi bom, porque aumentou mais o lugar. Aumentou muito o lugar. Hoje eu pesco e vendo peixe aqui mesmo. (Seu Neneu, 62 anos, pescador)

Eu morava bem na beira da praia. Bem próximo ao hotel. E agora eu tô morando é na vila. Me tiraram de lá e me botaram aqui atrás. Agora essas mudanças nas casas foram boas, porque a gente partiu de uma casa – tá certo que era de telha – de taipa e fomos para uma de alvenaria. Muito embora as madeiras que colocaram não prestam, pois já tivemos que trocar. (Manuel, 34 anos, pescador)

Mudou muito Suape. Urbanizaram e calçaram. Por uma parte foi bom. Foi bom, porque tirou o pescador da beira-mar. (José Severino da Silva, 38 anos, pescador)

Inegavelmente, deixar de morar em casas de taipa, sem saneamento, numa situação de intensa precariedade habitacional representa, no entendimento de vários desses homens, uma valiosa conquista, mesmo que ela simbolize a continuidade de uma histórica relação de dominação para os pescadores. O próprio uso da habitação negociada junto ao hotel, acompanhada pelo direito de possuir seu título e tê-la construída em melhores condições (alvenaria, banheiros, quintal), foi, de certo modo, um instrumento que seduziu os trabalhadores da pesca para que saíssem do Pontal de Suape. Por outro lado, isso só ocorreu porque, de alguma forma, a empresa hoteleira viu-se pressionada pelas possíveis repercussões que um ato de completa expulsão dos pescadores poderia gerar na sociedade, através da mídia, especialmente a televisiva, visto que a Associação de Moradores e uma ONG estavam na área pressionando o hotel para que não desalojasse os pescadores de Suape.

Deixar tais moradias de taipa representou abandonar, ao menos em parte, um contexto de maior dificuldade e sofrimento. Nesse sentido, uma casa melhor significava, ao mesmo tempo, um local em condições mais agradáveis e de maior conforto para a existência desses homens e de seus entes queridos. Talvez, para alguns, algo simples demais para justificar um tamanho encantamento que renegou qualquer possibili-





dade de resistência política dos pescadores frente às suas saídas dessa tradicional área, mas, para as aspirações de sobrevivência dessas pessoas, a casa de alvenaria (e ainda!) própria encarnava um sonho de se ter uma coisa na vida, um patrimônio para deixar aos filhos, filhas e à esposa.

2. A ATIVIDADE DA PESCA ARTESANAL E SEUS PROFISSIONAIS EM ITAPISSUMA: UM RELATO SOBRE O PASSADO

Se foi em Suape onde primeiro um navegador europeu pôs seus pés, foi na região entre Igarassu, Itapissuma e Itamaracá que começou a se projetar a colonização em território brasileiro, já que, quando o donatário Duarte Coelho chega em Pernambuco, em março de 1535, é nessa região que ele vai morar e concentrar seus esforços para conquistar as terras pernambucanas, em domínios que iam do Canal de Santa Cruz até o rio São Francisco.⁸

A escolha de começar por esse local deveu-se, dentre outros fatores, às disputas estabelecidas em Itamaracá envolvendo franceses e portugueses, ou mesmo com as tribos indígenas, em áreas circunvizinhas.

Também é nessa região, especialmente de Itamaracá (Gravura 2), que começa a se difundir o cultivo da cana-de-açúcar nas localidades próximas à área litorânea de Pernambuco (DANTAS SILVA, 1993).⁹

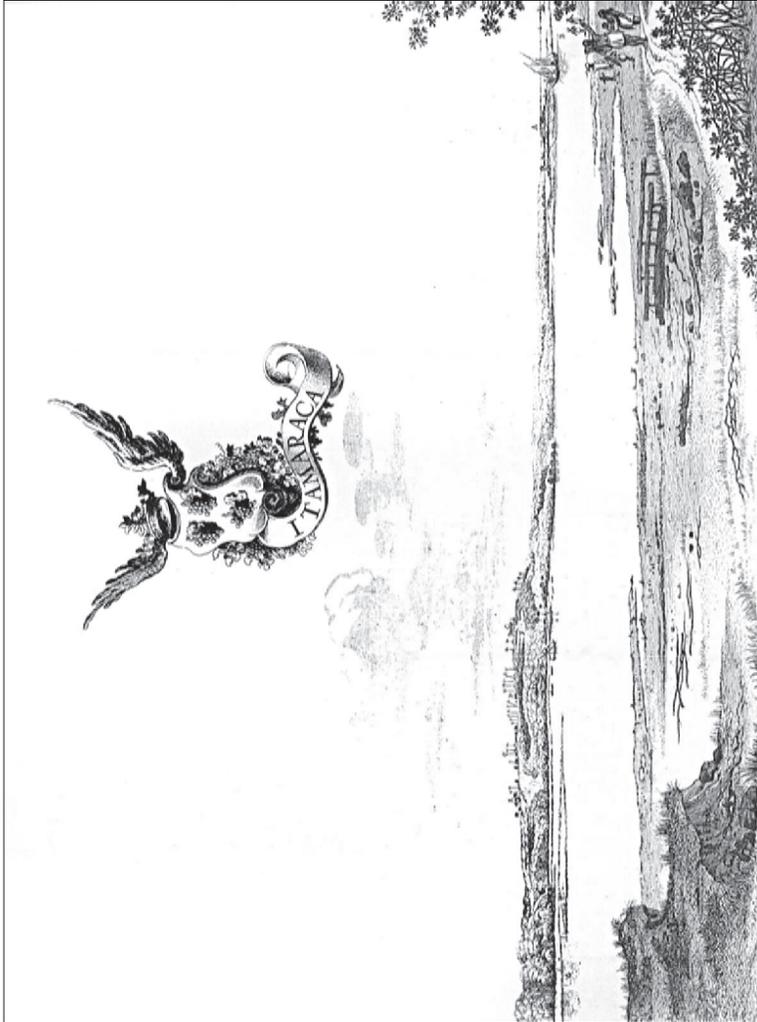
Como descreve Freyre (1963):

A lavoura da cana no Nordeste – e pode-se acrescentar, no Brasil – parece ter começado nas terras de Itamaracá, à beira da água doce, como também da salgada; das duas águas ao mesmo tempo. E quando depois

8. “A metade da barra Sul do Canal de Itamaracá – que o rei D. João III denominou de “rio” de Santa Cruz –, até cinqüenta passos além do local onde existira a primitiva feitoria de Cristóvão Jaques, demarcava o limite Norte de Pernambuco; ao Sul, o limite da capitania era o rio São Francisco, em toda a sua largura e extensão, incluindo toda as suas ilhas da foz até a sua nascente” (DANTAS SILVA, 1993, p. XIV).

9. “Preferiu Duarte Coelho, em vez de tais aventuras e sobressaltos, fincar o homem à terra construindo mais engenhos de açúcar, como narra em carta ao rei em 1546. A cana-de-açúcar já tomava conta da paisagem pernambucana desde os primórdios da colonização, ainda ao tempo da feitoria de Cristóvão Jaques no Canal de Itamaracá (1515). Em 1526, já figura na Alfândega de Lisboa o pagamento de direitos sobre o açúcar proveniente de Pernambuco” (DANTAS SILVA, 1993, p. XXIV).





Gravura 2 – Vista da ilha de Itamaracá, na altura do canal Sul, tomada do continente com a cidadela Schkoppe (Vila da Conceição) e o forte Orange, segundo o desenho de Frans Post (1645).

Fonte: Maior, Silva, 1993.





se regularizou, com Duarte Coelho, foi para acompanhar as “terras vizinhas das ribeiras” (idem, p. 31).

O canal sempre foi uma área propícia à navegação e por lá foram organizadas muitas vezes expedições, que entravam na sua desembocadura sul, com o intuito de se alcançar o povoado de Igarassu (onde é hoje Itapissuma), para auxiliar no combate e resistência às tribos indígenas.

Não só as atividades vinculadas ao setor canavieiro e à agricultura de subsistência ocupavam as pessoas dessa região; um viajante, o escocês George Gardner, que andou pelos lados de Itapissuma a Itamaracá, chegou a listar a pescaria como uma das principais ocupação dos seus habitantes (GARDNER, 1993).

A cana e a pesca nunca deixaram de marcar a vida de Itapissuma, apesar de sua industrialização. Mesmo diante das questões elencadas, Itapissuma, ainda hoje, tem como principal produto agrícola o cultivo de cana-de-açúcar (84.000 t) e o coco (4.000 frutos); cerca de 19% de sua PEA liga-se às indústrias, 16% ao comércio e 22% às atividades agropecuárias no município (FIDEM, 2001), mostrando que o local ainda guarda influência das atividades agropecuárias.

2.1. A pesca em Itapissuma

Influenciada pela presença do estuário do Canal de Santa Cruz, a vida da população local construiu-se em uma relação dialógica com esse ecossistema, desde o seu surgimento, mediante o uso das potencialidades de navegação e das atividades produtivas que podiam ser apropriadas pelas populações mais humildes e marginalizadas.

Por ser livre, o acesso aos recursos pesqueiros facilitava a opção de sua escolha como principal fonte de renda e alimentação para centenas de pessoas e seus familiares. De qualquer modo, a compra de uma canoa, rede e remo eram muito mais acessíveis do que a possibilidade de se ter um pedaço de terra numa região marcada pela extrema concentração fundiária e o cultivo da cana em diversos engenhos. E, mesmo que não pudessem arcar com a compra dos materiais de trabalho mencionados, havia outras alternativas de inserção na pesca: trabalhar na embarcação de outro





pescador ou desenvolver formas de pescaria como a coleta de caranguejos, mariscos, ostras, que não precisavam de redes ou canoas.

A precariedade da situação econômica colocava como caminho de sobrevivência, para grande parte da população itapissumense, labutar na agricultura – principalmente na qualidade de trabalhador da palha da cana e nas fazendas de coqueiros – ou entrar nas águas do Canal de Santa Cruz para ser pescador artesanal. Em regiões da Zona da Mata de Pernambuco, onde não se conta com a presença valiosa de recursos naturais aquáticos, o grau de dificuldade social tende a ser maior, já que a safra da cana dura apenas uma parte do ano.

Assim, o ambiente pesqueiro não só absorvia, temporariamente, uma demanda por trabalho de pessoas não incluídas em outros ramos produtivos, mas podia se tornar também uma trajetória central definida pelas condições objetivas da vida.

No começo mesmo, foi a situação muito difícil que me fez entrar na pesca. A situação do município aqui, de Itapissuma, é muito difícil. Naquele tempo, não existia nada mesmo. A promessa era só pescaria. (Almir de Oliveira, 35 anos, pescador)

Eu fui a primeira vez. Vivia na casa de minha mãe e não tinha quem tinha. Aí eu não tinha serviço e o jeito foi continuar pescando. Eu não aprendi outra profissão. Eu não tinha leitura. A única profissão que eu aprendi foi essa mesmo. (Ananézio Bonfim, mestre Dedé, 47 anos, pescador)

Eu não sei nem dizer o que me levou a ser pescador, porque, naquela época, há vinte e poucos anos, o cara pescando já ajudava alguma coisa em casa ou até mesmo pra se manter. (Abiezer de Moura, 30 anos, pescador)

O que me levou é o seguinte: a gente era de uma família sempre humilde. Não estudava. Quando chegava do estudo, eu ia pra maré. Aí eu resolvi: ou uma coisa ou outra. A gente chegava cansado da maré, ia pra escola. Da escola, quando tinha que trabalhar de madrugada, voltava pra maré. Aí eu disse: “eu vou escolher é pescaria mesmo”. Eu





não tive tempo para ter estudo, não. Tive que ajudar a família pra manter. (Moisés Gomes, 43 anos, pescador)

Quem me ensinou a pescar foi a necessidade. Eu queria estudar, mas meu pai não tinha condições. Meu pai pescava também, nessas épocas. Não tinha condições de manter a casa com tudo completo. Tinha muito menino. Minha mãe teve 12 filhos. Aí a gente correu a trabalhar cedo e esquecer o estudo por causa do trabalho. (Luís de Amorin Filho, 44 anos, pescador)

A entrada, então, na pesca artesanal era um imperativo para se sobreviver em Itapissuma, como ocorreu também em Suape. Muitas vezes, mais do que uma escolha pessoal, ser pescador era sinônimo de trajetórias pontuadas por circunstâncias de pobreza (falta de condições, por exemplo, para freqüentar a escola), uma sociabilidade orquestrada por não ter opções econômicas melhores. Por isso, segundo Luís, quem o ensinou “a pescar foi a necessidade”.

Porém, quando alguns pescadores entendem que, em Itapissuma, “a promessa era só pescaria” (Almir), a pesca artesanal assume também outro sentido, que não só se liga à miséria, exclusão ou a um campo fechado por situações intransponíveis de marginalização. A palavra promessa significa a idéia de algo melhor, possibilidade de realizações – que podem ser pequenas, mas que não deixam de representar conquistas – ou o alcance de uma determinada situação almejada, pelo menos o de manter a si mesmo e a sua família. Mas, Itapissuma nunca sofreu – como Suape – um refluxo de suas relações com outras regiões, que a deixasse quase “isolada”, resultado, em grande medida, da sua posição geográfica, uma vez que é o único espaço de interligação do continente com a Ilha de Itamaracá, sendo um corredor usado, obrigatoriamente, por turistas que sempre freqüentaram a ilha, ao longo do tempo.

Ademais, tal situação também influenciou no próprio surgimento e configuração, em número maior, de uma camada de pessoas que entravam na pesca trabalhando em barcos alheios, sem que estes fossem do pai (em Suape, diferentemente, de 10 entrevistados, 7 tinham pais proprietários de jangadas), mas de amigos ou parentes, que eram, normalmente, mestres ou donos de embarcação, como nos mostra a maioria dos pesquisados.





A camada de donos de barcos e redes (armadilhas), os empreseiros, constitui uma nova categoria que se forma com a entrada de pequenos comerciantes no setor, que detinham capital para investir e que já trabalhavam na venda de pescados, impondo uma dinâmica diferente, em comparação a Suape, da relação do pescador artesanal com um mercado. Além do significativo número de turistas que passava pela região e a presença dos empreseiros, havia também, em razão das melhores condições da estrada, maior facilidade para que tanto pescadores ou comerciantes locais chegassem aos consumidores da capital (Recife), Olinda, Paulista e outras cidades, como pombeiros ou atravessadores comprarem, em Itapissuma, a produção de pescados para revenderem em suas regiões de origem. Nesse sentido, a vida e o trabalho dos pescadores itapissumenses encontram-se mais submetidos às condições de apropriação imposta pelo processo de circulação/comercialização do capital na pesca, devido à forte presença dos empreseiros, do que ocorre, atualmente, em Suape.

No passado, em Itapissuma, não havia uma intensa atividade na comercialização, como acontece hoje, de peixes, crustáceos, mariscos; no entanto, quando comparado a Suape, o mercado era mais dinâmico.

Pra se pegar o pescado era bom. Muito bom mesmo. Mas já pra revenda, pro comércio, já não era tão... porque a turma não consumia tanto como consome hoje. A população era pequena, o comércio era mais atrasado. Naquela época, o comércio era mais devagar, mas sobre o pescado era bonança. (Abiezer de Moura, 40 anos, pescador)

Antigamente, sempre era mais fácil a pescaria. Agora tinha menos comprador e consumidor. (Moisés Gomes, 43 anos, pescador)

A crescente urbanização da parte norte da Região Metropolitana do Recife (Abreu e Lima, Igarassu, Paulista e Olinda) e Itapissuma, nessas últimas décadas (LIMA & QUINAMO, 2000), trouxe desdobramentos importantes para a população local, especialmente por ter gerado um aumento numérico de ocupações ligadas aos novos serviços (prefeituras, comércio, fábricas) e subempregos – que vieram somar-se à cana – localizados em municípios vizinhos e para onde a mão-de-obra se deslocava. Em consequência, algumas pessoas abandonaram a pesca, em muitos casos tempo-





rariamente, e/ou dividiram o seu tempo de pesca com outros trabalhos, fato que continua sendo feito até hoje.

Eu trabalhei de servente. Passei uns 4 anos. De lá pra cá, só foi pescar mesmo. (João da Luz, 40 anos, pescador)

Era pescador, mas também trabalhei em construção. Construção e cortei cana na usina São José, Santa Teresa, Maravilha, aí eu trabalhei em construção. Depois virei a cabeça pra pescar de uma vez. Cheguei a trabalhar na usina e na construção durante uns 20 anos, mas pescava. Nunca deixei a pesca. Depois eu deixei de trabalhar em terra de vez. Fiquei só com a pescaria mesmo, pois foi chegando a idade. (Mestre Dedé, 48 anos, pescador)

Meu único trabalho toda vida foi pesca. Nunca fiz outra coisa. Sempre fui pescador. (Josivaldo de Souza, 47 anos, pescador)

Eu trabalhava na ajuda de um electricista. Ajudava ele. Se vier um serviço, eu faço, mas continuo pescando. (Marcelo Lopes, 22 anos, pescador)

Trabalhei mais de 3 anos numa fábrica. Depois fui demitido. Voltei pra pescar de novo. (Abiezer de Moura, 41 anos, pescador)

O sentimento contido no “sempre fui pescador” (Josivaldo), “contínuo pescando” (Marcelo) e “voltei pra pescar de novo” (Abiezer) revela processos nos quais a pescaria está subjacente aos percursos de existência, sendo inerente às estratégias elaboradas e respostas às precárias circunstâncias. De fato, a idéia de viver da pesca nunca foi deixada de lado por aqueles que a abandonaram ou não a tiveram como fonte de renda essencial, porque ela, a pescaria, tornou-se uma alternativa mais que viável, um recurso guardado para momentos de precisão, que emergiam de acordo com as necessidades sociais, as conjunturas históricas e os projetos individuais.

Por ter se urbanizado antes da Vila de Suape, já na década de 1970, os pescadores de Itapissuma não precisavam sair muito da localidade para fazer compras e vender seus produtos da pesca, pois havia pequenos esta-



belecimentos comerciais e diversos atravessadores que lá chegavam. As saídas estavam quase sempre relacionadas na busca de diversão, ir atrás de brincadeiras, visitar parentes, assistir a uma partida de futebol ou a tentativa de buscar, em alguns casos, emprego fora.

Sempre eu saía. Andei em bocado de lugar por aí, mas depois eu parei. Andei atrás de emprego e divertimento. Saiu de Itapissuma mais não. (Mestre Dedé, 48 anos, pescador)

Era difícil. Mas quando eu saía pra outro canto era mais pra assistir um jogo do time daqui mesmo. O resto eu resolvia por aqui mesmo. (Luís de Amorin Filho, 44 anos, pescador)

Assim como em Suape, o grau de formação educacional dos trabalhadores da pesca itapissumenses é baixo, já que 30% deles (no total de 10 entrevistados) são analfabetos e 40% possuem, no máximo, o primário (Tabela IV).

Tabela IV – Grau de instrução dos pescadores artesanais de Itapissuma, PE

<i>Grau de instrução</i>	<i>Analfabetos</i>	<i>Até o primário</i>	<i>Até o 1º grau</i>	<i>Total</i>
Pescadores	30%	40%	30%	100%

Fonte: Pesquisa direta realizada de novembro (2001) a fevereiro (2002).

A realidade sociohistórica e as contingências apresentadas transformaram a pesca não apenas na opção pessoal de uma escolha realizada entre diversas possibilidades de emprego, mas num destino possível que se voltava para ela e que foi se definindo nas próprias tramas presentes e ausentes da cotidianidade dos seres humanos, que bloqueavam caminhos e apresentavam outros trajetos como rotas de passagem para o presente e o futuro. Por isso, assim como em vários relatos em Suape, o ambiente aquático assume valor de sobrevivência, de sustento familiar. Nos dizeres dos pescadores:

Se eu arrumasse um emprego pra mim, era a terra. Mas, hoje, o que é mais importante é a água, a maré, porque hoje em dia eu só vivo



dela para sustentar a minha menina e a mulher. Eu prefiro a água. Todo o dia eu vou. Não trago muito, não, mas trago comida, peixe, e o dinheiro do pão. (Marcelo Lopes, 22 anos, pescador)

O Canal de Santa Cruz é o nosso único trabalho. É a nossa fábrica. (Ednaldo Costa, 32 anos, pescador)

É a maré, porque é onde eu arranjo o que comer. É onde o pescador arranja o que vai comer. A terra também é importante, porque eu vivo nela e tenho minha casa, minha morada. (Seu Cosme, 65 anos, ex-pescador)

A terra que tá firme. Na água, pro pescador é mais importante dentro do barco, que não faz medo. Dentro d’água tá arriscado a muitas coisas. (João da Luz, 40 anos, pescador)

A água, porque... eu não tenho nada, mas a gente vai na maré e pega um peixe. Volta pra terra e remendo a rede. Ganho dinheiro quando remendo, mas dependo da maré. Volto, de novo, pra maré e ganho meu trocado. (Josivaldo de Souza, 47 anos, pescador)

Pra mim é melhor tá no mar. No mar, a gente ganha o dinheiro. Às vezes, eu tô em casa e a mulher se invoca comigo, porque eu só quero tá pescando. Quando eu fico muito em terra, eu fico de fadiga. Eu tô acostumado no mar. (Luís de Amorin Filho, 44 anos, pescador)

O Canal de Santa Cruz, como se vê, pode ser entendido como espaço de trabalho, de geração de renda e sustento familiar, que se apresenta em frases como a maré é “a nossa fábrica” (Ednaldo), local em que “ganho meu trocado” (Josivaldo) e “sustento minha menina e mulher” (Marcelo). Também, o ambiente estuarino assume significados de medo diante da segurança da terra, já que “dentro d’água tô arriscado a muitas coisas” (João), de complementaridade, visto que, se é na maré onde “arranjo o que comer” (Seu Cosme), é na terra que “tenho minha casa, minha morada” (Seu Cosme), e de intensa comunhão com o mar-de-dentro, explicitada em “eu tô acostumado no mar” (Luís).





Esses percursos de existência traçados na (e pela) pescaria começaram a ser delineados logo cedo, antes mesmo dos 10 anos de idade para 50% dos entrevistados e dos 13 anos para 40% deles. Assim sendo, a chegada ao mundo pesqueiro, nessa faixa etária, era a impossibilidade de continuar na escola e de se ter outras chances na vida. Todavia, não se deve negar que a pescaria, para alguns, surgia como a melhor das circunstâncias frente a trabalhos temporários (construção civil, por exemplo), ao corte de cana em usinas e engenhos fora de Itapissuma ou à exclusão total do mercado de trabalho.

2.2. O avanço do desemprego e a pesca artesanal

Em um município que é tido como dormitório, por isso dependente dos empregos oferecidos pelas fábricas, indústrias e comércios situados na Região Metropolitana do Recife (RMR) e usinas e engenhos nas regiões próximas (Goiana, Igarassu), a população de Itapissuma vem sentindo o problema gerado pelo desemprego que afeta tanto as cidades que absorvem sua massa de trabalhadores e trabalhadoras como o que ocorre em seu próprio espaço.

O DIEESE registrou, em 2001, alto índice de desemprego na RMR, que estava em torno de 20% da sua população economicamente ativa (PEA). Em Itapissuma, como em outras localidades urbanizadas do Brasil, há mais pessoas empregadas no setor informal da economia do que no formal. Ou seja, dos 4.882 habitantes ocupados em alguma atividade econômica, apenas 1.991 estão empregados formalmente na cidade (FIDEM, 2001).

Concernente à pesca artesanal em Itapissuma, por não possuir números confiáveis, seja do IBAMA, seja do IBGE e/ou DIEESE, que permitam analisar a evolução da taxa de gente que se voltou para o ramo pesqueiro em consequência da crise determinada pelo desemprego, construí evidências referendadas nas conversas com os pescadores, que acabam sinalizando para um impacto desse elemento no universo quantitativo de trabalhadores do setor pesqueiro, tornando a pesca uma opção frente ao desemprego em Itapissuma.





Hoje em dia aumentou muito o número de pescadores. Tem muita rede. Eu acho que é o desemprego. Não tem outra coisa, não. É o desemprego. (Abiezer de Moura, 40 anos, pescador)

A quantidade de gente pescando no Canal de Santa Cruz cresceu, porque todo mundo precisa. É a necessidade de emprego. Não tem emprego. Aumentou também o número de jovens pescando, porque não tem emprego pra eles. (Luís de Gonzaga Filho, 44 anos, pescador)

Tem muita gente pra pescar por causa do desemprego. Eu vejo muitos caras aí trabalhando numa firma, quando sai só quer negócio pro mar, porque é mais fácil fazer canoa e fazer rede. (Moisés Gomes, 43 anos, pescador)

Com certeza, houve um aumento de pescadores. A população aumentou e houve muito desemprego. (José Cristiano Souto, 23 anos, pescador)

Esses relatos dão uma noção de como têm sido os desdobramentos do desemprego em outros ramos produtivos na pesca artesanal, explicitando que esta continua sendo um refúgio para aqueles que querem trabalhar pela primeira vez e não encontram outros empregos ou são demitidos de empresas. Os dados colhidos e discutidos anteriormente permitem dizer que os que foram demitidos, provavelmente, buscam se reencontrar com a atividade de pescaria, com a qual já tiveram, de alguma forma e por quaisquer circunstâncias, contato em suas vidas. Quando se perde um emprego numa empresa, de acordo com Moisés, “só quer negócio pro mar, porque é mais fácil fazer canoa e fazer rede”.

Ao dizer “aumentou também o número de jovens pescando, porque não tem emprego pra eles”, Luís desnuda uma realidade que continua bastante presente em Itapissuma, a importância da pesca na socialização dessas pessoas junto à sociedade.

O interessante a se observar é que o crescimento urbano de Itapissuma não levou à queda e à fuga das pessoas da atividade da pesca artesanal, mas, pelo contrário, transformou a pescaria numa absorvedora de traba-





lhadores, na tábua de salvação para muitos habitantes do município, pois, segundo Abiezer, “não tem outra coisa, não”.

Por isso, é significativo frisar que a maioria dos pescadores entrevistados mora na área urbana de Itapissuma, como grande parte desses profissionais, devido, fundamentalmente, ao alto grau de urbanização do município, que hoje atinge a marca de 81% (FIDEM, 2001).

O aumento do desemprego é tão presente na história dessa população que termina fazendo parte do modo como os pescadores constroem seu olhar sobre o tempo em Itapissuma, de como era e como passou a ser a vida na localidade. Distintamente de Suape, o cotidiano urbano, a disputa e as demandas do mercado são os aspectos permeadores das análises abaixo:

O que mais trouxe mudanças aqui, em Itapissuma, é que apareceram muitos pescadores agora. É muita gente pra pescar agora, e isso é ruim, porque é muita gente pra tirar. (Moisés Gomes, 43 anos, pescador)

Mudou mais pra pior. O pior mesmo tá dentro da pescaria da gente, quando a gente chega... é quando tá dando o produto que a gente chega, que o empreseiro recusa. Tem muita gente pescando, aí tem tempo que recusa. Tem muito peixe. Às vezes, manjuba, espada. Às vezes, tá dando tanto que ele recusa. Aí a gente nem vai. Passa dois, três dias sem ir atrás do peixe. Tem isso também. Quando eu entrei logo, tinha muito peixe dentro do rio. Era pouca embarcação. A embarcação aqui, antigamente, a gente contava. Hoje ninguém não tem nem cálculo de quantas embarcações se tem de pesca. Rede, hoje, tem bastante. Tem muita armadilha... (Almir de Oliveira, 35 anos, pescador)

No passado, o trabalho era bom. Dava para levar. A pescaria era boa. Hoje tá meio cá e meio lá. Muita gente. (Marcelo Lopes, 22 anos, pescador)

Antigamente, se tinha mais produto, não é como hoje em dia que tem muito barco e pouca pescaria. (Seu Cosme, 65 anos, ex-pescador)

Sempre era melhor do que agora, porque dava mais produto e o produto tinha valor. Hoje em dia, quando dá muito produto, não tem mais valor. (Mestre Dedé, 47 anos, pescador)





Tudo tá mudando. Hoje em dia, quando a gente arruma um peixinho, abaixa. Se arruma um camarão, abaixa. Agora quando a gente vai pro mercadinho, o preço tá lá em cima. Pra mim isso é ruim. (João da Luz, 40 anos, pescador)

Vê-se que o tempo bom ou ruim é definido a partir do melhor tempo para pescaria. Expressões como “antigamente, se tinha mais produto” (Seu Cosme), “a pescaria era boa” (Marcelo) e “o produto tinha valor” (Mestre Dedé) vão ser sinônimos de um período melhor para o povo de Itapissuma. No que concerne ao presente, esse é interpretado negativamente, pois se “tem muita gente pescando” (Almir), o empreseiro (dono da embarcação e armadilha) pode recusar o produto: “tem muito peixe” (Almir). Por causa disso, o pescado também “não tem mais valor” (Mestre Dedé), “porque é muita gente pra pescar” (Moisés) e a captura é grande. Além disso, como há maior número de pescadores e de produtos pesqueiros, os preços dos pescados ficam baixos, mas quando o trabalhador de pescaria “vai pro mercadinho, o preço tá lá em cima. Pra mim isso é ruim” (João).

Vale lembrar que, apesar de a região estuarina do Canal de Santa Cruz ter sido castigada pela poluição oriunda das indústrias, de 1970 até o final de 1980, isso não fez com que os pescadores definissem o passado e o presente, ou o período bom e ruim, a partir da poluição industrial e doméstica, já que o impacto do desemprego ganhou um sentido maior,¹⁰ em relação àquele dos impactos ambientais descritos como a poluição.

Poluição, aqui, sempre tem. Caiu poluição dentro do rio acaba com a pescaria. (Mestre Dedé, 47 anos, pescador)

Eu acho que não devo nem falar em poluição aqui, porque a poluição que tem dentro do rio é quase nenhuma. A poluição que se encontrava aqui era poluição de antigamente, que era a poluição da Usina São

10. Dizer tal coisa não representa afirmar que os pescadores não conferem nenhum valor à questão ambiental, porque os graves problemas ecológicos foram intensamente combatidos pela Colônia de Pesca de Itapissuma, que se amparou numa intensa mobilização da categoria, nos anos áureos desses impactos, contexto que possibilitou um certo recuo da poluição no âmbito do Canal de Santa Cruz (RAMALHO, 1999).





José, que arriava em Botafogo, mas durante esses tempos... tem mais uns 12 anos que ninguém vê mais isso. (Almir de Oliveira, 35 anos, pescador)

A pesca, tanto em Itapissuma como em Suape, assume papel de centralidade na vida desses trabalhadores, mostrando que para entender a leitura dos informantes sobre o tempo e suas transformações qualitativas não se pode deslocá-los das atividades de pescaria, do trabalho exercido por esses homens e da relação que essa atividade mantém com as contingências cotidianas.

Voltando à temática da urbanização, seu acelerado processo redefiniu a configuração, ocupação e utilização do espaço geográfico no município de Itapissuma. Segundo Kater (1990), que estudou pescadeiras da região no final da década de 1980, as áreas de mangue têm sido aterradas para loteamentos, condenando também a produção de coqueiros que existia próxima aos manguezais, e que servia como fonte de renda. Dessa maneira, torna-se evidente que a dinâmica imposta pela urbanização alargou, por um lado, a cidade (calçamento, escola, população, posto de saúde, comércio mais dinâmico, desemprego) e, por outro, encurtou uma série de possibilidades econômicas articuladas pelos pescadores a partir de seu envolvimento em atividades agrícolas.

Como de costume o avanço urbano nas áreas costeiras deslocou os pescadores de seus antigos espaços de moradia.

As casas dos pescadores eram por aqui, bem na frente do canal. Hoje é a praça. Nessa área mesmo, aqui tudo era casa de pescador. Tudinho era casa de pescador aqui. Algumas eram chalés. A maioria era chalé. Tinha muitas já de tijolos. Só era de modelo chalé. Era de palha e tinha telha. (Abiezer de Moura, 40 anos, pescador)

As casas dos pescadores eram tudo salteadas. Hoje, em dia, tá tudo lá atrás. De primeiro era mais mato, não tinha muita casa, não. (João da Luz, 40 anos, pescador)

A moradia do pescador, antigamente, era aqui nessa rua, bem próxima ao Canal de Santa Cruz. Aqui tinha casa de pescador. Hoje refor-





maram. A maioria deles mora para trás. Saíram daqui da beirada. (Almir de Oliveira, 35 anos, pescador)

Tinha uns que moravam aqui, na frente, porque naquele tempo era mais pescador aqui mesmo, mas através de quem vai ganhando mais um dinheirinho, vai botando os pescadores mais pra trás. Morava, mais ou menos, tudo aqui. Ainda tem uns que moram. Agora quem tem mais dinheiro vem morar aqui, perto do mar, e os mais fracos vai pra trás, lá pra dentro. (Moisés Gomes, 43 anos, pescador)

A morada do pescador era tudo na beirada. Tudo isso daqui era casa. Era tudo casa. A gente saiu porque aqui passou a cidade e o prefeito remodelou. Indenizou as casas daqui e botou pra lá, e aqui fez essas pracinhas. Ficou mais bonito o centro. (Luís de Gonzaga Filho, 45 anos, pescador)

A constituição de um espaço mais urbanizado estruturou-se sem considerar os trabalhadores da pesca, virando-lhes as costas. Só que dar as costas à população de pescadores significou mais do que o deslocamento geográfico de suas casas, posto que negou a estes os bens e serviços mais elementares de cidadania (educação, saúde, lazer, segurança), tornando suas vidas praticamente sinônimas de não ter.

É verdade que alguns continuam morando próximo ao canal, mas isso porque determinados locais não interessavam à prefeitura e tampouco à especulação imobiliária. A permanência, então, dos pescadores em seus lugares tradicionais de morada tem a ver com a ausência de interesses de grupos econômicos e políticos mais fortes. Portanto, na interpretação de Moisés, “quem tem mais dinheiro vem morar aqui, perto do mar, e os mais fracos vão pra trás, lá pra dentro”.

Virar cidade significa incompatibilidade com o mundo dos pescadores, de suas casas, dos espaços dominados pela sua arquitetura física e social. Diante disso, se “aqui tinha casa de pescador, hoje reformaram” (Almir), elemento esse que vai se encontrar com a voz de Abiezer (“as casas dos pescadores eram por aqui, bem na frente do canal. Hoje é a praça”) e de João (“as casas dos pescadores eram tudo salteadas. Hoje, em dia, tá tudo lá trás”).





Contudo, essa percepção de incompatibilidade dos pescadores com uma localidade urbanizada está presente nas representações que os mesmos constroem e fazem da cidade e das belezas que dela provêm. Assim, a imagem, a estética e a forma, inerentes à noção de cidade, são desfavoráveis à presença dos homens e suas famílias que sobrevivem da pesca, pois, segundo Luís, “a gente saiu porque aqui passou a cidade e o prefeito remodelou, indenizou as casas daqui e botou pra lá, e aqui fez essas pracinhas, ficou mais bonito o centro”. Tal fato clarifica também como os grupos de pescadores artesanais incorporam, às vezes, a visão de mundo dos setores dominantes, de seus desejos de cidade, de urbanização, que empurram para trás e para longe componentes diferentes de um cenário de suas aspirações. Esses espaços são, pois, resultantes de relações de poder que incluem e excluem populações em contextos específicos, nos quais a liberdade dos pescadores é gradualmente cercada.





Capítulo 4

“Navegar é preciso”:¹ ser pescador em Itapissuma e Suape, hoje

[...] o persistente é entendido como aquilo que continua a se manter, a se explicitar, a se renovar nos complexos reais da realidade, na medida em que a continuidade como forma interna do movimento do complexo transforma a persistência estática e abstrata numa persistência concreta no interior do devir.

Georg Lukács

1. A PESCA COMO LIBERDADE, CRIAÇÃO E COOPERAÇÃO

O sentimento de liberdade intrínseco ao trabalho pesqueiro artesanal é uma questão presente em diversos estudos sobre pescadores no Brasil (CUNHA, 1987; DIEGUES, 1995a; DUARTE, 1999; MALDONADO, 1985 & 1994).

Evidentemente, o sentimento de liberdade não surge no imaginário dessas pessoas do nada. Brota, de fato, de situações concretas, das experiências de vida e de um olhar relacional em relação a outros grupos sociais. A liberdade acaba sendo, desse modo, uma característica inerente à pescaria para muitos que a fazem de meio primordial do seu existir; ser livre representa, dentre outras coisas, uma autonomia possível num contexto social de intensa opressão e submissão.

O significado que os trabalhadores da pesca, de Itapissuma e Suape, emprestam ao termo liberdade, só ganha conteúdo quando o inserimos numa arena de possibilidades materiais e simbólicas, nas quais um determinado grupo interage socialmente, constrói seu mundo, sujeita-se à realidade e edifica leituras sobre outras categorias sociais.

1. Parte do poema “Palavras de pórtico”, de Fernando Pessoa.





O pescador sempre foi mais livre que outros profissionais, porque ninguém manda nele, não. Ele vai quando quer. E nos outros trabalhos a gente é mandado. (Luís de Amorin Filho, 34 anos, pescador de Itapissuma)

A profissão de pescador é uma profissão liberta: você vai hoje, amanhã não vai. Querendo não ir hoje, não vai. (José Sebastião de Santana, Zé Véio, 37 anos, pescador de Suape)

Voltei pra pescar porque a pesca é melhor. Ninguém manda em mim, não. Aí (o Canal de Santa Cruz) é pra todo mundo mandar. (João da Luz, 40 anos, pescador de Itapissuma)

Aí o que me levou a ser pescador? É que eu trabalhei muito pros outros e comecei a pescar com meu próprio material. Foi o que me levou a ser pescador. Aí foi melhor do que tá empregado pros outros. Eu comprei o material de pesca com o dinheiro que eu ganhei trabalhando em outras coisas. (Milton de França, 63 anos, pescador de Suape)

Ôxente, o pescador é livre demais, que às vezes... pescador é tão livre que às vezes muitos deles aí não têm nem o que comer e não quer pescar, de tanta liberdade que têm. Só ganha se for, se não for também não perde nada. Pra fora ninguém vai botar ele. (Abiezer Moura, pescador de Itapissuma)

Rapaz, eu me orgulho porque a pessoa vai quando quer. Não tem: “Ô fulano, larga isso daí e vai fazer isso daqui”. Tem esse negócio não. Eu me orgulho. Tenho liberdade. (José Severino, 38 anos, pescador de Suape)

Tais leituras refletem percepções comparativas sobre o trabalho da pesca em relação a outras atividades econômicas, como afirma Luís (“o pescador é mais livre que outros profissionais”), Zé Véio (“a profissão de pescador é uma profissão liberta”), João (“voltei pra pescar, porque a pesca é melhor. Ninguém manda em mim”) e Milton (“foi melhor do que tá empregado pros outros”).





A atividade pesqueira não está submetida a mandos e ordens alheias, fato que possibilita a idéia de que “ninguém manda em mim”, e de que é bem melhor viver da pesca “do que tá empregado pros outros” ou “pra fora ninguém vai botar”.

De certa maneira, tudo isso conflui para a elaboração e estruturação de um olhar no qual o trabalho de pescaria “é uma profissão liberta”. Portanto, liberdade e pesca, em certas circunstâncias de vida, nunca deixaram de ser sinônimas nos relatos dos informantes em Itapissuma e Suape.

Situação essa que levou um dos entrevistados a dizer que, por haver o sentimento de liberdade entre os pescadores, “muitos deles aí não têm nem o que comer e não quer pescar, de tanta liberdade que têm (Abiezer)”². A liberdade revela-se um desafio, pois, ao não se impor limites, o pescador pode virar um irresponsável diante do seu trabalho, um bêbado. O excesso de bebidas simbolizaria a ruptura com o mundo da obrigação, como analisa Duarte (1999):

Se a obrigação é o papel socialmente legítimo do “chefe de família” responsável, a *birita*³ é a negação desse papel, corporificada na representação da bebida em excesso. Ela se torna o distintivo de um mundo do não-trabalho e de não responsabilidade [...] Deixar-se levar pela *birita* é perder o controle do fio tênue de sua sobrevivência, mantido firme na abstinência simbólica da *obrigação* (DUARTE, 1999, p. 89).

A liberdade só é moralmente qualificada quando os pescadores não abdicam da essencial condição que lhes permite ser portadores dessa qualidade: o exercício do seu trabalho. É o trabalho pesqueiro o chão construtor da identidade liberta, porque é na comparação com os outros profissionais que “me faço livre”, “porque sou pescador”; porque “sou um trabalhador da pesca artesanal”.

Dessa maneira, não soa estranho nem desfocada de um mundo concreto a fala do pescador João da Luz que diz, que o espaço de produção da

2. Vale frisar que essa frase foi dita num momento em que o entrevistado estava trabalhando (fazendo o reparo da rede), e havia na praça – em frente ao local onde ele guardava seus instrumentos de trabalho – alguns pescadores jogando dominó e bebendo, e outros estavam dormindo nos bancos, depois de embriagados. Ademais, o pescador Abiezer Moura converteu-se à religião protestante há alguns anos.

3. Grifo do próprio autor.





pesca “é pra todo mundo mandar”. Portanto, a idéia do referido discurso identifica que mandar pode significar também ausência de mando individual, pois onde todos mandam ninguém possui a supremacia do comando: a água é de todos, um bem de acesso livre.

Numa importante e valiosa afirmativa, José Severino expressa um agudo sentimento pela pesca: “Eu me orgulho. Tenho liberdade”. Dessa maneira, fica claro que é através da “minha atividade”, do “meu trabalho”, que me faço mais livre, permitindo-me, inquestionavelmente, argumentar que eu “tenho liberdade”.

Esse sentimento ganha consistência nas características da atividade exercida em um ambiente livre e fora da terra. Nesse espaço aquático, o pescador tem que tomar decisões independente de quaisquer pressões externas, amparando-se num forte sistema de coletividade e união entre aqueles que estão no barco. De fato, “por independência entende-se a propensão para pensar e agir, livre da influência de outros” (MALDONADO, 1986, p. 33), decidindo algo sempre na base do conjunto e da união entre as pessoas.

A perspectiva da liberdade fundamenta-se, dentre outros ingredientes, no sistema de parceria regulador e organizador da estruturação do trabalho pesqueiro artesanal no mar e no estuário. A parceria forja a coesão entre as pessoas embarcadas, fazendo-as perceber, na qualidade de companheiros de uma mesma viagem, que dividem suas desventuras e sucessos, agruras e felicidades, sorte e azar.

Compartilham esses momentos, a venda do pescado e os ganhos do seu processo de captura. Portanto, uma boa pescaria é boa para todos que nela estão; já o insucesso acaba tendo reflexo direto em todos, porque a pesca é a equipe, é o conjunto de seus trabalhadores envolvidos.

Há, de certo, uma sociedade entre essas pessoas, não carecendo de nenhuma regulamentação jurídica do Estado, que é operada por um *ethos* pescador, uma máxima orientadora da vida (WEBER, 1967), uma ideologia de vida, que ilumina e funda as regras de trabalho sedimentadas, historicamente, nos trajetos da pesca artesanal, cujo valor ético não deve ser jamais esquecido.

Atesta-se o que foi dito – nos parágrafos anteriores – pela leitura efetivada dos próprios pescadores.





Naquele tempo, se fossem 6 pescadores na jangada, e tinha 3 redes, dividia por 9. Hoje é um pouco diferente, porque é barco a motor. Se ele for pescar de barco, levando 4 pessoas, sabe que a partilha é por 6, pois, se a rede e o barco são meus, eu tenho direito a 2 quinhões já garantidos. A divisão sempre foi assim, no meio. (Seu Neneu, 62 anos, pescador de Suape)

Os ganhos eram divididos da mesma coisa que é agora. Se são 6, é dividido pra 7. Esse sétimo era pro dono da rede e do barco. (Josivaldo de Souza, 47 anos, pescador de Itapissuma)

Eu pesco também de jangada. Eu divido em 3 partes, porque o barco é meu e a rede é minha. Aí divido em 3 partes: 1 para o colega que vai pescar comigo e 2 partes ficam comigo. Continua sendo do mesmo jeito que era antes. (Josué, 46 anos, pescador de Suape)

Existe uma pequena diferença entre a repartição efetivada nas duas pescarias, especialmente por causa do emprego do barco a motor em Suape, algo incomum de se ver em Itapissuma. Na presença do motor, passa-se a retirar a parte da manutenção e do combustível necessários à sua utilização, sem abandonar, porém, o quinhão da rede (armadilha), para garantir os reparos/consertos de que ela necessita a cada fim de pescaria. Essa prática está relacionada com o fundo de manutenção do campesinato descrito por Wolf (1970).⁴ Como na pesca estuarina itapissumense não se usa motor (as embarcações são movidas através do aproveitamento dos ventos pelas velas e das remadas realizadas pelos pescadores), o quinhão dos instrumentos de trabalho cabe somente à rede, porém, nos casos em que os pescadores de Suape utilizam a jangada, a partilha é concretizada de modo idêntico a Itapissuma.

4. “Mais da metade do total produzido era então recolhida adiantadamente para semear e alimentar. Esse montante não pode ser considerado como excedente, uma vez que se destinava à manutenção dos instrumentos de produção. O cultivador tinha que economizar tempo e esforços para serem despendidos no reparo de suas ferramentas, para afiar suas facas, vedar seu depósito de armazenagem, para cercar seu curral, para colocar ferraduras em seus animais de trabalho e talvez até mesmo para construir um espantalho que manteria os pássaros mais atrevidos fora de seus campos. Além disso, ele devia consertar várias coisas, tais como roupas quando elas rasgavam. Os gastos necessários para a restauração desse equipamento mínimo, tanto para a produção como para o consumo, eram o seu *fundo de manutenção* [grifo do próprio autor]” (WOLF, idem, p. 18-19).





Entretanto, é bom notar que, apesar da presença de uma navegação motorizada e, por isso, “moderna” em Suape, o núcleo central da partilha permaneceu intacto. A retirada da parcela voltada à rede e ao barco motorizado é crucial para que os instrumentos continuem em bom estado e, com isso, possibilitem a reprodução social dos pescadores artesanais. Há uma visão entre as pessoas que sobrevivem da pescaria de que elas pagam pelo direito de uso desses equipamentos, e, por isso, não são meros empregados ou subordinados aos donos dos instrumentos de pesca.

Quando a embarcação pertence a um empreseiro,⁵ a parte da rede cabe ao mestre, uma vez que ele é responsável por sua manutenção – seja em Suape, como em Itapissuma – fazendo reparos, além de tomar conta da embarcação e dos materiais de pesca. Em vários casos, é o mestre quem escolhe a tripulação que vai ao mar.

Ademais, a evocada divisão não detém rigidez, alterando-se de acordo com a baixa produção capturada. Nesse sentido, quando há insucesso em um dia de pescaria, não é retirado o ganho relativo à manutenção da rede e do barco, sendo dividido o resultado apenas entre os homens que trabalharam. Regra, inclusive, respeitada pelos empreseiros.

Às vezes, quando eu pego pouco, a gente arrasta pelo meio, porque não dá nem para tirar a parte do instrumento. (Luiz Augusto da Silva, 62 anos, pescador de Suape)

Se a pesca for ruim e a gente tirar R\$ 50,00 reais na venda, divide igual para todos. (João da Luz, 40 anos, pescador de Itapissuma)

Isso mostra, para alguns, que eles não são simples empregados, mas parceiros, sócios, companheiros no mesmo barco e, literalmente, na batalha pela sobrevivência.

Há casos (encontrei dois em Itapissuma e um em Suape) de pescadores que trabalham em embarcações e armadilhas nas quais os donos – os empreseiros – não pescam, já que sobrevivem da renda gerada no processo de comercialização do pescado. Nesse caso, todo os pescadores embarcados

5. Pessoa que detém a posse dos meios de trabalho da pesca (rede e barco) e não exerce a profissão de pescador artesanal.





de uma tripulação assumem o compromisso de vender os produtos capturados aos empreseiros, que comercializam a produção, ora repassando-a para atravessadores, ora vendendo-a diretamente aos consumidores, sem que esse compromisso fira a lógica tradicional de trabalho de parceria nos barcos. Isso mostra que o capitalismo é um sistema “extremamente eficiente ao incorporar, da racionalidade própria à pesca não-industrial, os aspectos essenciais à necessária realimentação da ideologia cooperativa de seus agentes principais, os trabalhadores despojados de barcos e redes” (PESSESSA, 2003, p. 11).

Vale frisar que, apesar de expressarem um sentimento do qual a atividade da pesca artesanal é regida pela liberdade, se comparada a outras profissões, os pescadores artesanais itapissumenses e suapenses não deixam de reconhecer sua condição subordinada no processo de circulação do comércio pesqueiro, ao ocuparem um papel marginal no que diz respeito à apropriação da renda gerada através do capital provindo da venda dos pescados. Um exemplo significativo disso é o estudo de Quinamo (2000) sobre pescadores do Canal de Santa Cruz, inclusive os de Itapissuma, no qual mostra que os trabalhadores da pesca ficam – no conjunto da tripulação – com apenas 14% na participação auferida por cada agente (empresário, atravessador, comerciante e outros) na composição do preço ao consumidor.⁶

Em Suape, tal questão não é diferente, pois, em vários relatos, os pescadores afirmaram a presença de indicadores similares aos encontrados em Itapissuma, especialmente ocasionados, para alguns, pela falta de infra-estrutura para armazenarem o pescado, produto consideravelmente perecível.

Mesmo diante de tais evidências, explicitar que “na sociedade capitalista vigente, por não existir uma só forma de apropriação do trabalho alheio, encontramos operários que não são assalariados (ex.: os pescadores)” (LIMA, 1995, p. 50) é uniformizar por demais as categorias sociais e a sociedade, pondo-as numa camisa-de-força e desconhecendo os limites da pertença de classe. Ademais, nenhum empresário, comerciante e atravessador das localidades de Itapissuma e Suape podem ser caracterizados como burgueses.

6. “Considerando-se uma embarcação padrão, de 6 pescadores, cabia a cada pescador, em média, 2,33% do preço final. Ao empresário, o dono da embarcação e da armadilha, cabia 28%; ao intermediário, também conhecido como pombeiro, 25%; e ao comerciante ou feirante, 33%” (QUINAMO, 2000, p. 34).





Os pescadores continuam a se considerar livres mesmo quando não detêm a posse dos instrumentos de trabalho (barco e rede), já que sua entrada num grupo de pescaria depende, em grande medida, de uma cooperação voluntária, de sua escolha sobre em que barco e com quem irá pescar. Há, por isso, em alguns casos, uma certa rotatividade de pessoas nas equipes, dificultando a formação de um grupo estável.

O mestre é o que mais quebra o juízo. Faz um bocado de ano que eu sou... tomo conta de armadilha, aí tenho que tá bajulando os homens pra maré, como quem bajula rapariga pra ir pra zona. Muitos não querem ir. Às vezes, a gente acertar pra ir, e de tal hora eu desço e o camarada não desce. Às vezes, desce dois, três, e três não vêm. Dois, três enganam e o cabra volta. É um aperreio medonho. Um dia vai e um dia não vai. (Mestre Dedé, 47 anos, pescador de Itapissuma)

Pesca é amizade. O que aconteceu hoje mesmo com o rapaz que pesca comigo. Eu disse: “olha, a gente vai sair de madrugada, de duas e meia”. Ele disse: “tá certo!”. Aí eu me acordo de duas e quarenta, mais ou menos, arrumei as minhas coisas e fiquei esperando. Amanheceu o dia e ele não chegou. “Pô, o que aconteceu?! Adoeceu?” Aí eu vi o sogro dele: “Rapaz, esperei Joaquim”, o nome dele é Joaquim, “e ele não apareceu”. “Ah, rapaz, ele detonou ontem, encheu o bloco, tomou cachaça.” Aí ele chegou agora há pouco. “E aí, rapaz?” E aí: tudo bem. (José Edson Alves, 36 anos, pescador de Suape)

Num serviço que você arrumar em terra tem que ir de segunda a sábado. Na maré, não. Ninguém nunca foi fichado na maré. (Marcelo Lopes, 22 anos, pescador de Itapissuma)

Na voz do mestre Dedé, o mestre é o que possui maior obrigação: é ele quem monta a equipe que vai pescar e que organiza as pessoas que vão sair para a atividade, “bajulando os homens pra maré”. A mestrança “é um aperreio medonho”, pois um dia o pescador vai para a maré “e um dia não vai”. Já para José Edson, que também é mestre, diante da independência do trabalhador da pesca, no que se refere ao cumprimento dos horários de trabalho, o melhor é entender, aceitar e deixar “tudo bem” com os companheiros. No





olhar de Marcelo, essa questão dá-se porque “ninguém nunca foi fichado na maré”, nunca se esteve, legalmente, subordinado a nada nem a ninguém, inexistindo qualquer contrato jurídico que os ameace. Contudo, na grande maioria, há grupos de pescaria que permanecem durante bom tempo juntos com os mesmos homens, sem alterações na tripulação.

As entrevistas mostraram que muitos desses homens chegam a trabalhar mais de 24 horas consecutivas e não têm horários de trabalho definidos *a priori*, já que dependem do fluxo e das condições do ambiente aquático. É claro que passar mais tempo de permanência no espaço natural é mais comum aos pescadores marítimos de Suape, porém há relatos dos pescadores estuarinos de Itapissuma que revelam que alguns chegam a atingir um dia de trabalho completo, 24 horas nas águas, principalmente quando se deslocam para fora do Canal de Santa Cruz, atrás de melhores pescarias.

O tempo de permanência no trabalho não mudou, não. A gente tem idéia por fase de pescaria. Às vezes, a gente sai daqui pra pescar no Janga (Paulista), tem vez; e passa a noite todinha andando só pra chegar lá. Às vezes, a gente chega com 4 horas ou com mais de 4 horas. Daqui que pesque e volte, dá quase 24 horas. (Mestre Dedé, 47 anos, pescador de Itapissuma)

A gente não chega a passar 24 horas integralmente pescando, mas a gente passa 24 horas em tempo integral. Na viagem, às vezes, passa 3, 4 horas pra chegar no local da pesca. Isso aí vai embora 8 horas, no mínimo, por causa da distância. E a gente pesca aqui, pesca em Rio Doce (Olinda), Janga (Paulista), Pau Amarelo (Paulista), Pontas de Pedra e Catuama (ambos em Goiana). (Abiezer de Moura, 40 anos, pescador de Itapissuma)

Outra característica da atividade pesqueira exercida artesanalmente é a qualidade que os trabalhadores da pesca possuem para ocupar quase todas as funções presentes na pescaria, excluindo apenas o posto de mes-trança, que se legitima através da experiência e conhecimento adquiridos ao longo dos anos.

O pescador, mesmo não sendo proprietário da embarcação e da rede, domina todas as etapas ligadas à processualidade do seu trabalho. Isso lhe





fornece uma característica incomum frente aos outros profissionais, pois ele se sente parte da equipe, ou seja, sujeito ativo das decisões no mar-de-dentro ou de-fora na hora do trabalho, como já ressaltou Maldonado (1985).

No contexto desta oposição, a vida do pescador autônomo é percebida como “liberta” e sem sujeição, em contraposição à do assalariado, cuja condição de vida tanto no trabalho como no consumo doméstico é considerada “sujeita”, “condenada” e sem liberdade (MALDONADO, 1985, p. 46).

Se a liberdade só existe na efetivação da atividade da pesca, do seu trabalho, deve-se ao fato de que é no trabalho pesqueiro que o ato de planejar a pescaria faz-se sem que os trabalhadores sofram maiores pressões e/ou estejam subjugados a elementos externos, que determinam todas as etapas e os processos de pesca. A elaboração dos fins pensados para o exercício do trabalho na pesca artesanal está menos sufocada em sua construção criativa.

Assim, reconstruir os fins pensados tem a ver com a edificação de escolhas ou alternativas (etapa teleológica), que ganham mais força quando há um campo de possibilidades maior para seu aparecimento, evidenciando uma maior autonomia de um sujeito social e de seu processo de trabalho. O valor da liberdade só encontra significado no desenvolvimento do trabalho, na sua livre elaboração cotidiana, visto que sua “essência é a posição teleológica dos homens, isto é, o trabalho” (LUKÁCS, 1999, p. 145).

De fato, essa posição teleológica, essa capacidade criativa, demonstra que “as coisas não se modificam por si, não por processos espontâneos, mas em consequência de posições conscientes” (LUKÁCS, idem, p. 145) desencadeadas pelos seres humanos sobre as coisas e os fatores que se apresentam pelo seu trabalho. Então, quanto mais se tem autonomia para elaborar e efetivar a ação do trabalho, mais se possui liberdade e, com isso, condições de exercer o elemento consciente da criatividade humana.

Esse elemento consciente, que se vincula à idéia de criação, encontra uma definição bastante singular na visão de mundo dos pescadores artesanais de Itapissuma e Suape, de acordo com a noção edificada por eles sobre a pescaria, seu trabalho.





Pescar é uma arte e nem todo mundo sabe, e não é muito fácil ser um bom pescador também não. Pescar todo mundo pode pescar, como qualquer profissão, como qualquer função. Aprender é muito fácil, mas ser bom naquilo é mais difícil. A mesma coisa é pescar. Tem muita gente aí com uma inteligência muito grande, um desenvolvimento muito bom, mas aqui ele não chega não, na pesca e aqui, pra fazer e consertar rede. Quando é pra consertar rede é que ele não vai mesmo. Eu acho que pescador é um artista. (Abiezer de Moura, 40 anos, pescador de Itapissuma)

O negócio de pesca é caso de sabedoria, inteligência. O cabra ser inteligente já sabe: é o cabra que sabe pescar. E quando não sabe é burro e é burro mesmo. (Milton de França, 63 anos, pescador de Suape)

As definições transcritas colocam algumas idéias importantes que se traduzem nas palavras que dão conta da atividade pesqueira e do que seja o pescador a partir das seguintes expressões: pescar é uma arte e é caso de sabedoria.

Ao dizer que “pescar é uma arte”, Abiezer percebe-a enquanto desenvolvimento da técnica, tendo em vista que “aprender é muito fácil, mas ser bom naquilo é mais difícil”. Ademais, ter pleno controle do processo de feitura da pesca, em suas diversas etapas, não só durante o trabalho no espaço aquático, mas fazer e consertar rede são fundamentais, pois, se alguém não estiver capacitado, “quando é pra consertar rede é que ele não vai mesmo”. Tal fato indica que dominar essa cadeia de fatores compõe o universo de um bom pescador, tornando-o “um artista”.

Essa afirmação desenvolvida por Abiezer também pode ser ligada à categoria liberdade, cuja autonomia também se realiza pelo controle dos processos de confecção e conserto da rede e conhecimento da pescaria, que permitem gerar esse sentimento de ser liberto, por apresentar a qualidade de certa “independência” no que concerne ao “mundo externo” à pesca.

Para Milton, “o negócio de pesca é caso de sabedoria, inteligência”, visto que sem isso não se é um trabalhador da pesca, um verdadeiro pescador. “O cabra ser inteligente já sabe: é o cabra que sabe pescar. E quando não sabe é burro e é burro mesmo”. Pescador nunca pode ser “burro”, já





que não ter inteligência, sabedoria, é incompatível com a pesca, com o verdadeiro pescador, na compreensão de Milton.

Essas vozes indicam que a pesca é um trabalho estruturado numa intensa habilidade criativa, que os credenciam na qualidade de verdadeiros profissionais de pescaria.

Pescador é um artista. Ou ele é artista ou não traz o peixe pra comer, porque o peixe é difícil de se pegar. Ele é difícil porque tem rabo e tem olho, e é rápido. (Luís de Gonzaga Filho, 44 anos, pescador de Itapissuma)

Como se nota, a captura do peixe faz do pescador um artista, uma pessoa criativa, pois o peixe é um ser vivo que se movimenta rapidamente nas águas. Construir instrumentos como a rede, navegar até a direção do pescado e saber atirar a rede no momento preciso não são para qualquer um, pois ou se “é artista ou não traz o peixe pra comer”. Assim sendo, o artista-pescador tem que ser mais engenhoso, mais hábil, mais criativo e mais perspicaz para capturar o também engenhoso, capaz e muito hábil peixe.

Isso demonstra que o peixe é reconhecido como tendo suas vontades, que se evidenciam na luta aguda pela continuidade de manter-se vivo frente às ações desenvolvidas pelo pescador para capturá-lo, fato que termina por aproximar o peixe, em algum grau, do ato e da luta humanos pela sobrevivência (SILVA, 1989).⁷

Esse conhecer envolve também o movimento da maré e a presença dos ventos:

Na maré correndo, puxando, não se pode dar lance, porque se der lança⁸ a armadilha não pesca. A armadilha bate na carreira d’água e não pesca. Tem que ser com maré branda. Tem aquele momento de dar o lança. Também outra coisa, se der com a maré correndo,

7. “O que está em subentendido em tais concepções é a extensão a seres e fenômenos naturais de qualificativos afetivos e intelectuais, como se toda a natureza compartilhasse de uma ‘racionalidade’ homóloga à do homem” (SILVA, 1989, p. 33).

8. *Lança* tem o mesmo sentido que *pesqueiro* (local de abrigo, alimentação e viveiro de peixe) ou pode representar também o ato do pescador atirar a rede sobre o cardume. A mesma coisa serve para a palavra *lanca*.





tem que dá com a corda grande que dá tempo dela vim puxando. Dá mais trabalho aos pescadores. Enquanto dar um filão de corda, dá mais trabalho aos pescadores. (Seu Cosme, 65 anos, ex-pescador de Itapissuma)

A gente sabe da posição de um vento e de outro, e isso permite também a gente pescar. (Graciliano, 32 anos, pescador de Suape)

Uma armadilha não pode dar um lançaço na maré correndo, porque na frente pode ter uma pedra, um pau. A maré botando muito, ela pode dar de banda e rasgar a rede. (Almir de Oliveira, 35 anos, pescador de Itapissuma)

A complexidade do trabalho da pesca estrutura-se com base num intenso intercâmbio entre esses saberes acerca dos mecanismos e ingredientes existentes no ambiente, “tornando o saber naturalístico, enquanto fator de produção” (LIMA, 1997, p. 111) e um componente essencial da pescaria e das tramas ecológicas que o compõem de maneira indelével. Nesse sentido, o procedimento de não “dar um lance na maré correndo” (Almir), porque “tem que ser com maré branda” (Seu Cosme), e saber “da posição de um vento e de outro” (Graciliano) para pescar traduzem a riqueza de componentes que estão imbricados nessa atividade.

Mas há diferenças do ambiente marítimo em relação ao estuarino.

Na pesca estuarina itapissumense, o recurso aquático é regido intensamente pelo sistema de fluxo e refluxo diário das marés, cheia e vazante, que se apresentam duas vezes ao dia no Canal de Santa Cruz. Além disso, “por ser um sistema aberto na relação com o rio e o mar, a zona estuarina é de onde e para onde os animais se deslocam, atendendo a necessidades como alimentação, crescimento, reprodução e proteção” (BRAGA, 2000, p. 14). A compreensão do intercâmbio, maré e circulação de pescados, efetiva-se nas diferentes técnicas usadas para captura dos produtos aquáticos por parte das pessoas que sobrevivem da pesca artesanal. Esse saber do pescador, denunciado por meio de seu trabalho, ordena o uso do espaço aquático e gerencia suas potencialidades no que concerne aos melhores momentos e lugares para se pescar, expressando, mais do que qualquer outra coisa, uma extrema cumplicidade com as características e ritmos do ambiente estuarino.





A gente, que pesca de mangote,⁹ acha melhor quando é maré seca. Maré grande aqui chamam de mará. Quando a maré tá seca, é melhor pra trabalhar, porque a gente trabalha com arrasto. O cara que pesca com tainha ele pesca mais com maré cheia. Já a camboa trabalha mais com a maré seca. A camboa¹⁰ é essas varas que a turma atravessa. Pega uma tuia de rede e atravessa de um canto a outro. Deixa ela lá e só levanta com a maré cheia. Quando a maré tá cheia e já perto de voltar, aí a gente vai lá e suspende a rede todinha. Quando ela tá perto de voltar, de sair do mangue. A gente chama de maré vazante. Quando ela tá começando a vazar, a gente vai e suspende. (Almir de Oliveira, 35 anos, pescador de Itapissuma)

Na pesca de mangote, o cara solta a rede na maré baixa. Cinco remam e um fica soltando a rede, arriando a rede. Depois entrava quase todo mundo na água. Aí depois começa a puxar. Eu entro na água também. Agora sempre pesquei todo tipo de pesca: de tarrafa,¹¹ de espera,¹² que já é na maré cheia. (João da Luz, 40 anos, pescador de Itapissuma)

9. Normalmente, a pescaria de mangote busca aproveitar a volta do pescado na maré baixa, quando esta começa a entrar em refluxo e retornar para o oceano e/ou quando a mesma está em baixa. Nesses momentos, os pescadores tentam capturar os peixes que acompanham esse movimento de retorno ou a falta dele, cercando-os. Para tanto, utilizam entre cinco a sete – normalmente o número é de seis – homens nesse modelo de pescaria, no qual dois descem para a água, já rasa, logo que um extremo da rede é arriado no estuário (a outra parte ainda continua na baiteira) e a embarcação vai navegando em sentido que possibilite a construção de um grande círculo, objetivando fechar o cerco aos peixes e encontrar-se com os dois pescadores, que estão na outra extremidade da rede. Na maioria das vezes, no meio desse círculo, desce mais um pescador para ficar ajeitando a rede, enquanto os demais prosseguem na embarcação. Finalmente, quando o círculo se fecha, dos três que continuaram no barco, dois entram na água para ajudar a empurrar a rede para dentro da baiteira. Em alguns casos, essas redes de mangote chegam a medir mais de 200 metros de comprimento.
10. A pesca de camboa, além de ter sido suficientemente bem explicada na fala de Almir, não nos interessa neste estudo pelo fato de não ser realizada com a utilização de navegação, mas revela – como as demais – a sua dependência à maré.
11. A rede de tarrafa é usada no período de maré cheia ou quando esta começa a vazar – para que não se enganche no fundo do estuário, em galhos, pedra grande, etc. –, tendo um formato que, ao ser lançada pelo pescador, abre-se para encobrir os peixes, caindo e depois se fechando sobre os mesmos, devido aos chumbinhos colocados em suas pontas. A tarrafa é utilizada por, no máximo, três homens em uma embarcação, podendo ser trabalhada até por uma pessoa, porém o mais comum, em Itapissuma, é sempre ter dois pescadores. Ambas as redes (mangote e tarrafa) dependem da precisão de como são arremessadas no período do lançamento, na percepção da existência e vinda de cardumes.
12. No que se refere à rede de espera, a mesma é usada, normalmente, na maré cheia para pegar o peixe na volta, com o intuito de que se emalhem nela. Tem esse nome devido, é claro, a essa espera pelo cardume imposto pelo ritmo da maré de refluxo. Vale dizer que esse tipo de rede encontra-se também na pesca marítima.





A de espera?! Você arreja a rede estirada. Ou na horizontal ou na vertical. Arreja ela. Essa daqui é de fundo (mostrando a rede que consertava). Você arreja e ela não flutua, não. No lugar fundo, ela fica lá embaixo. (Abiezer de Moura, 40 anos, pescador de Itapissuma)

Diferentemente do pescador de Itapissuma, o de Suape tem que se deslocar e ir atrás dos melhores locais para se pescar no mar, sendo “mais independente” dos fluxos das marés e dependentes dos ventos para ir buscar os cardumes no mar-de-fora, em seus pesqueiros. Essa situação leva a um maior deslocamento dos trabalhadores pesqueiros que vão à procura dos locais que têm pescados e abandonando, ao menos temporariamente, os que não têm, o que exige, devido à “infinitude” do oceano, uma boa memória para se lembrar da localização dos pesqueiros. Assim, a rede de espera, nesse cenário, é empregada nas proximidades e nos locais onde há os pesqueiros.

A gente larga a rede (rede de espera) e ancora o barco. Fica lá esperando. Quando são 6 horas da noite o cara puxa a rede. A gente almoça no mar. Aí pega o peixe e recolhe os cacarés, né. (José Severino da Silva, 38 anos, pescador de Suape)

O pescador tem que ter memória pra pescar no mar. O cabra que não tem boa memória... às vezes, você pesca aqui e não sabe depois. Vai amanhã e não bota no mesmo lugar a rede. Isso é muita burrice. (Milton de França, 63 anos, pescador de Suape)

Indistintamente do recurso natural (mar ou estuário), o universo descrito acima cobra um conhecimento amplo sobre o mundo da pescaria.

Só uma pessoa com boa memória, compreende o ritmo das marés e dos ventos, sabe o lugar onde lançar ou deixar a rede para pegar o peixe e leva a embarcação e sua tripulação com qualidade para atingir os fins almejados pode preencher os requisitos para desmistificar o espaço aquático, estuarino e marítimo. E essa figura é representada pelo mestre.

A gente trabalha na proa e ele trabalhava na popa, guiando o barco pelo mar. (José Severino da Silva, 38 anos, pescador)





O mestre é importante, porque tem muita gente que vai pescar, mas não tem experiência. E o mestre sempre tem mais experiência que os outros. Ele sempre foi o cabeça. (Moisés Gomes, 43 anos, pescador de Itapissuma)

O que leva a pessoa a ser mestre é a capacidade dela. (Zé Véio, 48 anos, pescador de Suape)

A inteligência é dele, do mestre. (Marcelo Lopes, 22 anos, pescador de Itapissuma)

Mestre tem que saber de tudo na navegação. (José Edson Alves, 36 anos, pescador de Suape)

A peça mais importante da embarcação continua sendo o mestre. (Almir de Oliveira, 35 anos, pescador de Itapissuma)

O mestre sempre é quem diz: “vamos pra tal canto!”. (Seu Neneu, 62 anos, pescador de Suape)

Se a pesca é arte e criação, o mestre é o seu maior artista, e seu cérebro diariamente lapidado pelo tempo da sua vida nas águas.

O mestre, como diz o suapense José Severino, é quem guia “o barco pelo mar”. Esse guiar simboliza o ato de conduzir homens na direção de seus caminhos de sobrevivência num mundo e num espaço aquático marcado pelos riscos e incertezas, cuja tripulação deixa-se mover pela confiança e segurança iluminadas pela voz do mestre: “vamos pra tal canto!” (Seu Neneu). Quem sabe o canto da promessa, da esperança, onde estão os bons pesqueiros e, conseqüentemente, os peixes.

A confiança e a segurança depositadas nesse homem, nessa espécie de sábio do mundo aquático, não surge à toa. Do ponto de vista de Moisés, além do mestre ser “o mais experiente”, “ele sempre foi o cabeça”, o próprio agente da criação e, segundo Almir, “a peça mais importante da embarcação”. Por isso, “o que leva a pessoa a ser mestre é a capacidade” (Zé Véio) de conhecer o mar, visto que ele “tem que saber de tudo na navegação” (José Edson). O mestre é a encarnação de toda uma arte de manejar, sejam as





armadilhas e a navegação, sejam os homens no mundo das águas, e, por isso, o representante maior de toda uma sabedoria construída por uma (e numa) profissão da gente do mar, “do povo do mar”.

Sem dúvida nenhuma, na pescaria artesanal de Itapissuma e Suape, “a inteligência é dele, do mestre” (Marcelo), que sempre foi o portador de toda uma tradição pesqueira. Tradição essa que não pode existir sem a sua presença, sua criatividade e conhecimento. De fato, a continuidade da pescaria desenvolvida artesanalmente tem a ver (e muito) com a recriação da mestrança, ao longo dos anos.

2. PESCADOR E TOTALIDADE SOCIAL

O todo sem a parte não é todo e a parte sem o todo não é parte.

Gregório de Matos

Para que os processos sociohistóricos possam ser mais bem entendidos/apreendidos sociologicamente, é incongruente isolar um aspecto do restante da sociedade, das relações que os estruturam e dão forte contribuição à sua dinâmica econômica e cultural. Separar a parte do todo ou vice-versa é o mesmo que descartar a escolha de compreender a sociabilidade em sua rica dialética e complexidade, cuja constituição traz a interatividade – de ambos os elementos (a parte e o todo) – como componente crucial, que define e redefine os sujeitos sociais.

Isso assume conotações fundamentais no universo da reprodução social, posto que, ao se reproduzir socialmente, o ser homem reproduz também a própria totalidade, os elementos gerais que sempre se fizeram presentes no âmbito do seu cotidiano, assinalando, sobretudo, que “todo homem é necessariamente uma totalidade” (LUKÁCS, 1979, p. 84).

Os pescadores artesanais produzem-se e são, de fato, reproduzidos pelo seu contato com uma realidade social mais ampla, seja nos componentes socioambientais e políticos, seja na esfera econômica e cultural, que tecem o contexto da pesca, material e simbolicamente.

Ao debater o valor e o reconhecimento da sua profissão, os homens que pescam priorizam, fundamentalmente, esse intercâmbio (agência e estrutura), que perpassa todo o quadro de construção da sua visão de





mundo acerca da percepção que o poder público, principalmente, e a sociedade têm sobre a importância do seu trabalho.

A pesca acaba sendo percebida, na esfera da representação social, como algo desprivilegiado. Disso resultam as seguintes expressões discursivas:

O Estado e as pessoas não reconhecem a importância do pescador; porque o pescador sai daqui pra alto-mar e pega um barco desse aí, pra passar uma, duas ou três noites em alto-mar, e em terra a família não sabe se ele tá vivo ou morto. Pega aquele produto pra ele sobreviver e vender a alguém, que vai revender e sustentar sua família, e não é reconhecido, não tem certa fama. Apesar disso, ser pescador é uma grande importância; é uma atividade de grande importância. Ele tá pegando produto pras outras pessoas. Ele bota na mesa dos outros. (Luiz Augusto da Silva, 62 anos, pescador de Suape)

A pesca é um serviço sem futuro. Nunca teve futuro. Você pode pescar 10 anos, 20 anos numa armadilha dessa [mangote], quando você sai, não tem direito a nada. Não é como uma pessoa com o seu bom emprego. Quando o cabra tem o seu bom emprego, quando ele sai tem direito a qualquer coisa. E aqui quando ele sai... leva uma furada de um anequim ou de uma arraia e se não for um dono de uma armadilha que ajude bem. Se não for, ele morre de fome se não tiver uma família que dê. É um negócio sem futuro. Agora também tem um pescador que ele tem futuro na vida, que é esse que trabalha com barco motorizado numa empresa lá fora. Ele trabalha fichado. Aí ele pode ter um futurozinho, porque se um dia em que ele cair doente... quer dizer que o seguro ali, trabalhando fichado, segura ele. Mas nessa vida que nós vivemos a gente não tem futuro, não. (Mestre Dedé, 47 anos, pescador de Itapissuma)

Eu aqui conheço gente que não tem aposentadoria e que trabalhou a vida toda na pesca. Aqui, em Suape, se você cai doente não tem ajuda de ninguém. Eu conheço um pescador que teve que se aposentar como se fosse um agricultor, pelo Funrural, mesmo sem ter sido, já que não conseguiu se aposentar na pescaria. Você tem a Colônia z-8, daqui do município, que fica em Gaibu, e você não tem nada junto ao governo





(uma ajuda de remédio, cesta básica), principalmente quando param a pesca na época de defeso. (Alberis de Paula, 47 anos, pescador de Suape)

Nessas diversas falas, transparece um olhar ambivalente: se, por um lado, a pescaria é vista como liberdade, por outro, a ausência de um vínculo contratual dos pescadores é compreendida como extremamente negativa, com o potencial até mesmo condenar o futuro das pessoas que dependem da atividade para se manter. Assim, os pescadores estabelecem separações entre a noção de emprego e trabalho, unindo-as de singularidades. No que se refere à primeira, esta se liga a uma relação contratual, que possibilita a existência de direitos trabalhistas (salário, férias, aposentadoria, auxílio-saúde, etc.); concernente à segunda noção, advoga-se a falta de qualquer garantia no universo trabalhista conferida pelo Estado, já que a pesca artesanal é uma atividade autônoma desenvolvida sem qualquer base contratualista. Isso se torna mais evidente quando Mestre Dedé distingue a pesca artesanal e a industrial, sendo que somente na indústria o pescador “trabalha fichado. Aí ele pode ter um futurozinho, porque se um dia em que ele cair doente... quer dizer que o seguro ali, trabalhando fichado, segura ele. Mas nessa vida que nós vivemos a gente não tem futuro, não”.

Ter futuro é possuir garantias em sua vida, diante dos imprevistos e das dificuldades. É saber que não vai ficar desamparado, na época de defeso,¹³ no caso de uma doença ou for se aposentar. O reconhecimento da profissão de pescador é, acima de tudo, o reconhecimento de garantias pertinentes a esse trabalho, evitando, dentre outras coisas, que um homem faça uso de mecanismos mascaradores de sua verdadeira atividade econômica, dizendo que é agricultor, para alcançar a aposentadoria desejada, “já que não conseguiu se aposentar na pescaria” (Alberis).

Nisso tudo, há um agravante inerente às condições de profundo perigo que cercam e definem o trabalho de pescaria, revelando o caráter de risco do espaço onde se desenrola a atividade produtiva pesqueira marítima, visto que o “pescador sai daqui pra alto-mar e pega um barco desse aí, pra passar uma, duas ou três noites em alto-mar, e em terra a família não sabe se ele tá vivo ou morto” (Luiz).

13. Período em que o IBAMA proíbe a captura de espécies, em procriação, como camarão e lagosta.





Porém, apesar dessas características do ambiente pesqueiro, o trabalhador consegue enfrentá-lo e apropriar-se de seus produtos e de suas riquezas, fato que faz do pescador um produtor de alimentos não só para ele e sua família, mas, acima de tudo, para a sociedade. Na qualidade de gerador de algo útil e de valor para a vida humana, o pescador mostra o lugar que preenche na divisão social do trabalho, pois “ele tá pegando produto pras outras pessoas. Ele bota na mesa dos outros” (Luiz). Mesmo tendo esse valor, o pescador “não é reconhecido, não tem certa fama” (Luiz), não é respeitado como alguém que produz, trabalha e contribui para a riqueza do país.

O cotidiano pesqueiro resulta da expansão e das respostas conferidas pelos pescadores aos modos operantes do avanço do capitalismo sobre as áreas costeiras, cujas ações do capital não se dão de modo linear nem, tampouco, uniformizadas. Entretanto, guardadas as particularidades, essas ações encontram-se quando terminam por incidir na depredação e exclusão dos pescadores de algumas áreas de pescaria, seus locais de trabalho, fazendo da vida cotidiana uma arena valorosa de processos reais (LUKÁCS, 1994).¹⁴

Os recursos naturais aquáticos e o espaço terrestre litorâneo ganham conformação de acordo com a moldura delimitada pelos interesses expansionistas do capital, que, necessariamente, não significam a extinção da pescaria exercida artesanalmente, mas um cenário, na grande maioria das vezes, recheado de implicações adversas que incidem sobre a vida dos pescadores e o melhor desempenho do trabalho pesqueiro.

Ao atingir os locais de produção de pescados, a expansão urbano-industrial, obviamente, introduziu também um mosaico de novas condições – repletas de precariedades ambientais com as quais os pescadores devem lidar. A capacidade de elaborar alternativas de apropriação do mar e estuário surge, assim, como um vetor de resposta, para que continuem a reproduzir-se socialmente. Contudo, cabe dizer que as respostas dadas também dependem de fatores objetivos para existir e possibilitar a continuidade da categoria social dos pescadores.

Quando essa realidade muda, é necessário reformular o ato do traba-

14. “No comprenderíamos nunca correctamente los procesos reales si no estudiásemos el significado de las interrelaciones – basadas en la particularidad inmediata – de tales tendencias, precisamente en la vida cotidiana, en el teatro real de su resolución” (LUKÁCS, 1994, p. 12).





lho, na sua etapa planejadora (teleológica), na busca de novos espaços pesqueiros. Como explicam nossos informantes:

Os locais onde a gente pescava mudou, mudou tudinho. Tem que ir lá pra alto-mar, devido ao porto. (Zé Véio, 48 anos, pescador de Suape)

No rio Burro Velho, que bate no canal, botam carga [poluentes] dentro do rio, aí mata os peixes e muda os locais de pescaria. (Marcelo Lopes, 22 anos, pescador de Itapissuma)

Hoje tem pouca parte que eu pescava antes. Acho que foi a dragagem (do porto) que acabou, e eu tive que escolher outros locais para pescar. (Graciliano, 32 anos, pescador de Suape)

Os locais de pescar mudaram, porque não dão mais peixe como davam. Tem muita gente que pesca neles e também têm empresas que poluem com coisas fedorentas que matam os peixes e isso acaba com muita criação, com muita mesmo. (Luís de Gonzaga Filho, 44 anos, pescador de Itapissuma)

Mudou assim: eles dragaram as áreas de pescaria, aí ficou muito buraco, buraco profundo com 17 metros de profundidade. Aí pra gente pegar um peixe, a gente acha dificuldade. Os locais de pescaria são outros. (Manuel, 32 anos, pescador de Suape)

Em alguns locais mudou e em outros não. Nos lugares que mudou foi a poluição. (Moisés Gomes, 33 anos, pescador de Itapissuma)

Hoje eu saí daqui pra pescar num lugar que eu pegava muito peixe há alguns anos, depois que arrebentaram os arrecifes. Hoje no mesmo lugar eu fico: “meu deus, será que foi aqui que eu peguei aqueles peixinhos?”. Os peixes foram desviados pelo porto. (Luiz Augusto da Silva, 62 anos, pescador de Suape)

Esse negócio de viveiro pra camarão tá acabando com o rio. Aí solta aquelas águas podres no rio pra dentro do canal. Aquilo é ruim que





só serve pra acabar com os peixes. Também foi a poluição que já tem dentro do rio, o cloro. A carga da usina. Tudo isso acaba com o rio. Fica tudo fraco no rio. Tem que procurar outros locais para dar lançamento. Só quando vem água limpa e coisa, aí fica bom de novo. Quando tá fraco, aqui, a gente vai pra fora.¹⁵ É assim. (João da Luz, 40 anos, pescador de Itapissuma).

Criar alternativas é descobrir pesqueiros e/ou cardumes que se movimentam em locais não tão afetados pela poluição ou pelas alterações impostas pelo porto. Assim, “navegar é preciso” em busca da própria sobrevivência, respondendo às causalidades resultantes dos resíduos químicos e da instalação do porto e provocadoras de modificações no ritmo, presença, quantidade, qualidade e movimentação da produção pesqueira. Exerce, desse modo, o ato de criação na esfera do trabalho, que indica horizontes possíveis à reprodução social dos pescadores artesanais.

O cotidiano de trabalho dos grupos é sedimentado pela interação dialógica com os elementos que estão além do espaço local e que são marcados pelas demandas de uma economia cada vez mais integrada às vontades do capital, expressas de formas variadas, mas que se assemelham pelo poder de intervir na atividade e na vida das pessoas que precisam da captura de pescados. Os pescadores tiveram de “escolher outros locais para pescar” (Graciliano), ora “devido ao porto” (Zé Véio) e suas ações que “dragaram as áreas de pescaria” (Manuel), fazendo com que os pescados fossem “desviados” (Luiz Augusto), ora “foi a poluição” (Moisés) decorrente das fábricas que colocam nas águas dos rios e do canal “coisas fedorentas que matam os peixes” (Luís de Gonzaga) além do “negócio de viveiro pra camarão” e com “a carga da usina” (João).

Então, para entender a pesca artesanal é preciso percebê-la inserida numa trama complexa de conflitos e reorganização de seu campo produtivo que superam (e muito) o universo pesqueiro, posto que o mesmo é envolvido por uma teia de situações que operam fora de sua dinâmica produtiva, mas que a atinge profundamente, como desdobramento do impacto sobre seu principal meio de produção, os recursos naturais aquáticos.

15. Ir “pra fora” não é o mesmo que ir para o mar-de-fora, pois assinala o ato de pescar em rios e/ou estuários que estão fora do âmbito do Canal de Santa Cruz.





Assim, o trabalho e a existência do pescador não podem ser extraídos de um cenário do qual fazem parte, na qualidade de sujeitos e objetos. Capturar o real é também descortinar o lugar de novos pesqueiros e da movimentação dos cardumes, que recebem interferências de uma complexidade de ingredientes que não se ligam diretamente à pesca, mas possuem profundos rebatimentos ecológicos e, com isso, geram graves conseqüências socioeconômicas.

Realmente, “quando tá fraco, aqui, a gente vai pra fora. É assim” (João) que se almeja dar continuidade à vida: mediante as estratégias de reprodução social. “Pra fora” é mais que uma fuga, é uma procura por novos horizontes, outras marés e um mundo de chances para continuar a existir, que se explicita no ir ao encontro dos peixes e dos pesqueiros. Evita-se, assim, não só deixar de ouvir a mesma pergunta feita corriqueiramente – “meu deus, será que foi aqui que eu peguei aqueles peixinhos?” (Luiz Augusto) –, mas tentar, sobretudo, ir “pra fora” dela, “pra fora” das impossibilidades impostas pela exploração depredadora e inconstante do capital.

Por isso, mudar “os locais de pescaria” (Marcelo) é renovar as esperanças e “ir lá pra alto-mar” (Zé Véio), direcionando o ato do trabalho rumo aos desejos de realização. Porém, mesmo que não sejam alcançados em plenitude, permite, ao menos, uma vivência dentro do possível.

Ser criativo, nesse sentido, é recriar-se no tempo e no espaço, como pessoa, grupo sociocultural e/ou classe social. É apontar destinos e construir condições de sobrevivência. Trabalhar é um eterno (re)elaborar, planejar, fazendo com que o inesperado – íntimo das causalidades sociais – torne-se, em alguma medida, o esperado, sendo sempre um salto, provocado pelo ato teleológico, em direção ao cognitivo e a chave das estratégias contidas na reprodução social.

Não é à toa que alguns pesqueiros são descobertos e outros abandonados, deixando claro que:

Os pesqueiros não mudaram, não. Agora quem se mudou deles foi o peixe. Tem que ir atrás. (Abiezer de Moura, 30 anos, pescador de Itapissuma)

A capacidade de trabalho de um pescador “tem que ir atrás” (Abiezer) dos pescados, cujo ato da captura dos peixes vai simbolizar também a pró-





pria captura das novas condições para reproduzir-se, incorporando o antes desconhecido ao universo do conhecido, cuja mediação opera-se pelo e no ato do trabalho, que se funda no conhecimento íntimo dos aspectos naturais (mar, peixes, ventos e outros).

Entre o pensado e o concretizado há os meios que representam o elo entre o pensar e o fazer, e que são, verdadeiramente, os mecanismos de consolidação (quando possível)¹⁶ de alternativas e escolhas. Esses meios traduzem-se, em grau considerável, nos instrumentos de trabalho da pesca artesanal, o barco e a rede, e significam também mais do que ferramentas de trabalho, pois envolvem, acima de tudo, valores, éticas, costumes e ideologia (LUKÁCS, 1978, 1979 & 1999; LESSA, 1997).

Os instrumentos de trabalho podem desnudar o tipo de envolvimento entre uma comunidade com a totalidade social da qual é parte integrante. Ademais, alertam para a capacidade de formulação e concretização das alternativas pensadas, caracterizando uma subjetividade que pode, ou não, ser objetiva a partir de ações levadas a cabo pelos sujeitos sociais. Aqui, especialmente, é interessante destacar a pesca marítima praticada pelos trabalhadores de Suape, que, mais do que a estuarina, exige embarcações mais sofisticadas no campo tecnificado da navegação, em decorrência das particularidades do ambiente oceânico e das mudanças no espaço marítimo suapense, pondo barreiras à sobrevivência de alguns na pescaria.

Afirmar tal coisa é expressar o nível de importância que os meios têm para a concretização do que existe inicialmente no campo da formulação, no universo subjetivo, que pode encontrar barreiras ou estímulos para sua objetivação. Os meios disponíveis ou a capacidade de tê-los em mãos irmanam-se com as próprias possibilidades de reprodução social de um grupo.

É nesse universo que se enquadram as falas a seguir:

Eu pesco lá fora. Pra quem pesca aqui dentro, mudou muito. Mudou o dobro por causa do porto. Pra quem pesca aqui, na enseada e nos rios, foi ruim. (José Severino da Silva, 38 anos, pescador de Suape)

16. Digo isso pelo fato de que impactos negativos sobre o ambiente aquático bloqueiam qualquer possibilidade de se continuar a pescar em algumas localidades, fazendo com que vários pescadores deixem sua atividade produtiva. Todavia, cabe mencionar que nosso estudo centrou-se, basicamente, em um grupo de pescadores que conseguiram, mesmo em condições adversas, construir estratégias para sobreviver da pesca artesanal.





Praticamente, hoje não se pesca mais na margem. (Alberis de Paula, 47 anos, pescador de Suape)

A pesca mudou mais pros tainheiros, pras pessoas que pescam tainha, aqui na baía, porque o aterro acabou com os lanços. (José Edson Alves, 36 anos, pescador de Suape)

Muitos pescadores ainda continuam capturando peixes próximos à costa, fazendo uso, para isso, de jangada ou canoa, sem ir além dos arrecifes. Normalmente, esses pescadores são os que não tiveram condições financeiras para adquirir barcos motorizados e, por isso, constituem os grupos mais vulneráveis às conseqüências postas pela instalação e ampliação do Complexo Portuário de Suape, com possibilidades consideráveis de abandonarem a pesca, como alguns já fizeram.

Para boa parte dos pescadores, a passagem para embarcações motorizadas não se deveu, unicamente, a uma estratégia para capturar certos tipos de pescados destinados ao mercado, mas difundiu-se em maior número depois dos impactos ecológicos que foram rapidamente sentidos próximos à praia, como desdobramento da chegada do porto. A pesca da lagosta estimulou a entrada das primeiras embarcações motorizadas no universo da pesca suapense – financiadas por atravessadores, em alguns casos gente de fora, que eram o veículo de intercâmbio da produção de lagosta suapense com uma empresa (a Norte Pesca) ou que vendiam esse pescado diretamente para bares e restaurantes de cidades vizinhas. Todavia, eram poucos os barcos que tinham motor na década de 1970 no povoado de Suape, pois dos 49 apenas 5 eram motorizados (SOBRINHO, 1978).¹⁷

Um ano após a apresentação dos dados levantados por Sobrinho (idem), o porto em Suape foi instalado, o que, para muitos pescadores, levou às transformações. Contudo, os primeiros modelos de navegações

17. Desde a extinção da SUDEPE (em 1989) que não se tem dados precisos sobre a frota pesqueira, pois o IBAMA, além de realizar levantamentos pouco confiáveis (é bom dizer que só há cinco coletores de dados pesqueiros, nos 187 km da faixa litorânea de Pernambuco) não dispõe de dados estatísticos por núcleo. Ou seja, não há dados referentes a Suape, e sim informações gerais do município do Cabo de Santo Agostinho. No último levantamento efetivado, em 1999, o IBAMA encontrou 21 embarcações motorizadas – entre os núcleos de pesca marítima de Gaibu e Suape – em todo município do Cabo, número bastante questionável.





motorizadas introduzidas em Suape ainda continuam sendo do mesmo tipo e com a mesma estrutura tecnológica.

Não vejo diferenças nas embarcações motorizadas de ontem e hoje. Os primeiros barcos, que tão aqui, remodelaram somente o motor, mas a estrutura é a mesma coisa. (Milton de França, 63 anos, pescador de Suape)

A estrutura do barco é a mesma. Mudou um pouco a estrutura do motor. (José Severino da Silva, 38 anos, pescador de Suape)

Dois coisas permeiam essa continuidade tecnológica: a primeira diz respeito à pouca capacidade de acúmulo de capital por parte dos pescadores artesanais por causa da complexa cadeia de intermediários que se apropriam da riqueza de seu trabalho no processo de circulação da mercadoria (atravessadores, bares, restaurantes, comerciantes de pescados) e, especialmente, pela falta de estrutura para armazenar um produto tão perecível como os pescados;¹⁸ a segunda, pela ausência e ineficácia de políticas públicas que permitam a modernização da frota pesqueira.¹⁹

A precariedade ecológica e a nova realidade também introduzida com a vinda do hotel modificaram as estratégias usadas pelos pescadores:

O trabalho da pesca mudou, porque tem estratégia nova. Poucos pescadores fizeram, mas tem muitas pessoas, aqui, querendo construir barcos para passeio de turista, porque a pesca tá ficando lá embaixo. Jangada tá se acabando mais. O que tem mais são algumas baiteiras e barco de motor. (Manuel, 34 anos, pescador de Suape)

18. Isso já foi mencionado em momentos anteriores desta pesquisa.

19. Durante boa parte da segunda metade da década de 1990, o Banco do Nordeste (BN) financiou, em Pernambuco, a compra de embarcações mais modernas pelos pescadores, por meio de suas instâncias políticas de representação (colônias e associações). Todavia, no início de janeiro de 2000, houve fortes denúncias de fraudes, superfaturamento de barcos e equipamentos e desvios de recursos – denúncias inicialmente divulgadas pelo jornal *Diário de Pernambuco* e que ficaram conhecidas como o Escândalo do Anzol –, que colocaram em xeque a viabilidade e, principalmente, a honestidade do programa. Ademais, pescadores de Itamaracá e Olinda acusaram também a péssima qualidade dos motores dos barcos adquiridos e a falta de cursos de capacitação para que pudessem operar equipamentos como o GPS, sonar, por exemplo.





De certo que ter “estratégia nova” não leva, para alguns pescadores, ao abandono da atividade, mas, em certos casos, representa uma viagem sem volta.

Em Itapissuma, a mudança na embarcação ocorreu para dar maior agilidade e rapidez na movimentação dentro do estuário, além de aumentar a capacidade de guardar mais produtos e redes maiores, como também pela escassez de matéria-prima (madeira) para construção das canoas de grande porte. Essa passagem, da canoa para a baiteira, dentre várias questões, tem a ver com o refinamento tecnológico, pois a embarcação atende às especificidades do espaço estuarino em maior grau, se comparada à canoa.

Antes era canoa e era maior. Hoje não, é mais baiteira. Canoa, antigamente, se tinha muita dificuldade pra fazer uma. Baiteira não; baiteira é mais fácil pra se fazer, pois com 5 tábuas se faz uma e a canoa tem mais dificuldade, por causa da madeira. (Josivaldo de Souza, 47 anos, pescador de Itapissuma)

A embarcação, na época, era canoa e hoje se chama de baiteira. Elas agüentam mais quilos de peixe. Hoje em dia o que tem mais é baiteira. É melhor de trabalhar, porque é bem mais maneiro e dá pra entrar nos locais para capturar peixe sossegado nos mangues. (Moisés Gomes, 33 anos, pescador de Itapissuma)

Na verdade, baiteiras são canoas menores que têm maior estabilidade náutica e suportam quantidade de pescados acima do que agüentavam as canoas antigas. As características que colaboraram – no que se refere ao acesso das pessoas à baiteira, além, principalmente, de seu valor ser menor do que as antigas canoas – foram as relações pessoais e/ou a compra de embarcações de segunda mão, especialmente quando há uma correlação entre esses aspectos.

Rede e barco, às vezes, sempre foram aqui pagos de maneira facilitada, dividida. Conhecendo, facilita. (Seu Cosme, 65 anos, ex-pescador de Itapissuma)





Hoje eu tenho meu barco. Coisa que eu não tinha antigamente, pois pescava no que era dos outros. O meu barco eu consegui... eu tenho um irmão que mora na Paraíba. Ele veio de lá e pegou um trocado de uma indenização e comprou um barquinho, mas o negócio dele não é pescar: é trabalhar em terra. Então, ele me vendeu fiado e isso ainda não tá totalmente pago, ainda tá rolando. (Moisés Gomes, 33 anos, pescador de Itapissuma)

Normalmente, as baiteiras são feitas por artesãos do próprio município, e as madeiras necessárias à confecção delas são compradas em Igarassu. Esses artesãos são pessoas mais velhas – às vezes, ex-pescadores – que conhecem a maioria dos pescadores ou alguns de seus familiares. Os artesãos de Itapissuma também vendem os barcos construídos para trabalhadores de outras localidades (Goiana, Itamaracá, Igarassu), exercendo seu ofício por encomenda. Em Suape, os barcos motorizados são feitos por um artesão de outro município (Sirinhaém). No que diz respeito à fabricação de jangadas e canoas, as mesmas são construídas na própria praia e suas compras ganham as mesmas facilidades de pagamento das baiteiras itapissumenses.

Independentemente das questões ecológicas de Itapissuma e Suape, a melhoria técnica das embarcações também veio a favor do atendimento das demandas do mercado ao ter mais capacidade de absorver produtos pesqueiros. Conseguir capturar em uma única viagem de trabalho a quantidade de pescados essenciais para ofertá-los ao comércio é dar agilidade à integração de uma complexa cadeia de escoamento do produto. Ademais, como essas embarcações continuam a não ter condições requeridas para armazenagem/conservação dos pescados, é crucial que os barcos não passem muito tempo no mar.

Já as redes, tanto no núcleo de Itapissuma como no povoado de Suape, sofreram mudanças similares na estruturação do material empregado em sua confecção. Se antes as armadilhas eram feitas artesanalmente e de acordo com a utilização de componentes existentes na região, hoje são construídas de náilon, que é um material tipicamente industrial. A passagem para as redes com fios de náilon aponta para a aquisição de um equipamento de melhor qualidade e resistência, além da maior facilidade para adquiri-lo e para sua feitura, pois, mesmo que os pescadores comprem a rede, a mesma tem que ser montada.





Naquela época, a rede era de fio de macaíba ou de aticum. Se tivesse, naquela época, esse tipo de rede de náilon, a gente só dava um lançaço e vinha embora, porque essa atraía mais o peixe. Eu fui o primeiro a fazer – eu e meu irmão – um taco de rede de náilon em Suape. Faz tantos anos que eu nem me lembro direito. Antigamente, eu também negociava, e eu peguei essa rede e dei a um mestre (ele já morreu) e disse: “leva essa rede pra ver se ela presta, pra botar no lugar dessa rede preta!”. É que eles davam tinta de gaitero e tinta de aticum pra botar na rede, pra ficar aquilo bem preto, pra durar. A rede de náilon não tem isso. Aí ele, o mestre, levou o taco da minha rede de 40 braças. Ele pegou e botou no meio da dele. Ele deu um lance e disse: “a rede de Luiz afundou todinha”. Aí foram lá e viram que o peixe tinha emalhado todinho. A outra era preta e a minha era alva, que era de náilon. Acho que os peixes não estavam acostumados e acreditavam que tinha um lugar aberto para passar, aí foi e afundou a rede. Aí foi quando começou todo mundo a fazer rede de náilon. (Luiz Augusto da Silva, 62 anos, pescador de Suape)

A rede não era de náilon, era de fio de algodão. Era feita de maneira manual. Hoje tá tudo mais fácil, porque o camarada vai no comércio e compra uma rede. Ele já compra pronta e monta, e de primeiro tinha que fazer tudo na agulha. Davam tinta, de mangue, na rede pra durar, porque se botasse a armadilha de algodão na água ela apodrecia. Não durava. Hoje não. E ninguém precisa dar mais tinta. (Seu Cosme, 65 anos, ex-pescador de Itapissuma)

A tradição é recriada e redefinida pelos pescadores na busca para se inserir nas novas condições encontradas, na ação de utilizar os novos insumos, nas formulações de alternativas e em suas escolhas, que transparecem nas estratégias de reprodução social e que são a base da continuidade da pesca artesanal em Itapissuma e Suape, sendo um mecanismo fundamental contido no processo de produção.

Digo isso pelo fato de entender que

Uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir. Por isso, todo processo social de produção, encarado em suas conexões





constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é ao mesmo tempo processo de reprodução social. As condições de produção são simultaneamente as da reprodução (MARX, 1982, p. 659).

O pescador ainda tem que saber fazer a rede, pois a própria necessidade de repará-la constantemente, a cada volta da atividade, reafirma essa característica. Contudo, o abandono de fazê-la integralmente com a agulha, mesmo a de náilon, deve-se ao tempo dispensado para sua confecção, uma vez que se chegava a ocupar, de acordo com o tamanho e o tipo da rede, três a quatro meses, tendo ainda que cumprir, ao mesmo tempo, seu trabalho corriqueiro de pescaria.

A compra da rede opera-se de maneira idêntica à que ocorre com as embarcações, mudando apenas o número de aquisições de segunda mão, na qual a armadilha pode ganhar cara de nova desde que bem consertada e reparada. Além disso, há uma particularidade em Itapissuma no que concerne à rede, já que ela tem um *status* essencial no campo do trabalho e da divisão de seus ganhos. Como o quinhão é dividido contando com a participação da rede e excluindo a parte referente à baiteira – essa embarcação não usa combustível –, a armadilha torna-se chave, fato que não quer dizer que o barco seja dispensável ou minimizado na atividade pesqueira, tendo em vista sua importância para se atingir os pesqueiros almejados.

A rede é um trunfo para os pescadores artesanais de Itapissuma. Quando o pescador não tem a embarcação, esse trunfo não é completo, já que depende de alguém que ceda uma embarcação, de acordo com suas conveniências. Esse pedido sempre é feito, no mínimo, a uma pessoa com quem se mantém laço de amizade e que não cobra, na maioria das vezes, nada por isso; no entanto, faz-se necessário um agrado no fim do trabalho (doação de uns peixes, camarões). Mesmo que o dono da embarcação acabe não aceitando o gesto, ele é fundamental para a valorização da confiança e solidariedade prestada.²⁰

Em Suape, só os parentes mais próximos (filho, irmão, pai), compadres ou amigos íntimos podem utilizar a embarcação motorizada, pois o capital

20. Vale frisar que essa rede não é a de mangote, pois a mesma exige um investimento maior de recursos para sua compra e reparo, além de precisar de um número maior de tripulantes (cerca de seis pessoas), que não podem ficar à mercê dos horários estabelecidos pela vontade de terceiros, pois essa situação geraria prejuízos e a perda da equipe de trabalho.





investido em sua compra é muito grande, mas sempre se reserva o quinhão do barco e da rede. Isso não quer dizer que os pescadores de Suape não dêem valor às relações de solidariedade típicas, mas neste caso há a necessidade de repor o capital empregado para garantir a reprodução social dos pescadores.

O crescimento populacional e a intensificação do turismo pressionam a atividade pesqueira para que se volte, em medida relevante, aos produtos pesqueiros desejados por esse mercado consumidor, porém os pescadores não podem se esquecer do consumo doméstico, assegurando, dessa maneira, o mínimo alimentar necessário para a família, pois,

O pescador que pescar e não tirar peixe pra comer morre de fome.
(Milton de França, 63 anos, pescador de Suape)

Eu sempre fico com alguma coisa para o consumo da família. (Marcelo Lopes, 22 anos, pescador de Itapissuma)

Esse recurso clássico presente na pescaria artesanal, da reserva dos gêneros alimentícios, acaba protegendo os pescadores e seus familiares de condições mais sofríveis de existência, sendo uma estratégia fundamental para minimizar as dificuldades encontradas e, nesse sentido, preencher as carências mais básicas por alimentação. Para se ter uma idéia, 100% (20 pessoas) dos nossos entrevistados, em Itapissuma e Suape, fazem uso desse mecanismo.

Tal fato pode ser comparado – respeitando as particularidades organizativas e a questão do tempo e do espaço – aos mínimos vitais alimentares mencionados por Antônio Cândido (1971), que permitiram a sobrevivência dos caipiras paulistas durante anos e que se somavam, para esse autor, aos mínimos sociais (relações de solidariedade, vizinhança, parentesco), na qualidade de elo crucial.

Sobretudo quando encaramos a obtenção dos meios de vida, observamos que algumas culturas não conseguem passar de um equilíbrio mínimo, mantido graças à exploração de recursos naturais por meio de técnicas mais rudimentares, a que correspondem formas igualmente rudimentares de organização. (CÂNDIDO, 1971, p. 27)





Os tipos de pescados escolhidos como alvo prioritário da atividade por parte dos pescadores nos núcleos por nós estudados não mudaram, mas é inegável que alguns produtos podem e/ou se destacam pelo interesse do mercado; as particularidades naturais pesam nessas escolhas de acordo com a abundância ou carência de alguns pescados, que se juntam aos poucos produtos pesqueiros existentes em outros núcleos de pescadores em Pernambuco, e que exigem que sejam supridos por uma outra área.

Desse modo, é comum encontrar em Recife, Jaboatão, Cabo de Santo Agostinho e municípios da Zona da Mata Norte um peixe típico de Itapissuma e das áreas de mangue, como a manjuba, posto que a pesca itapissumense produz, praticamente, 98% do aludido pescado consumido em Pernambuco, devido à qualidade de seu estuário (IBAMA, 2000). Fato semelhante ocorre com a garajuba e o bonito (peixes marítimos) no Cabo de Santo Agostinho, que abastecem outras cidades e municípios próximos, pois a captura dos mesmos chega a ser em torno de 20% da existente em nosso estado (*idem*).²¹

Ademais, as transformações ambientais conduziram à mudança de escolha dos pescados, visto que em Suape, na década de 1970, a lagosta era um produto muito procurado pelos pescadores, especialmente pelo alto valor pago por ela, mas teve sua produção inviabilizada, segundo os nossos entrevistados, pela construção do porto e pela pesca predatória, obrigando-os a direcionar seu esforço de trabalho para outra espécie.

Atualmente, alguns pescadores voltam-se para capturar, em Suape, camarão (produto de grande valor comercial), garajuba, serra e, em Itapissuma, a manjuba continua ainda sendo o principal pescado retirado do estuário Canal de Santa Cruz (ver Tabela V).

21. Vale mais uma vez lembrar que o IBAMA não oferece indicadores de acordo com os núcleos de pescadores, mas dos municípios. Nesse sentido, não tive acesso e, por isso, não tenho como analisar a produção e os tipos de pescados capturados em Suape (fora a praia de Suape, o município do Cabo de Santo Agostinho possui mais seis tipos de pescados e dois estuários), como foi feito em Itapissuma, que só tem a pesca estuarina. Todavia, segundo as entrevistas realizadas com os pescadores em Suape, podemos dizer que boa parte da produção de garajuba e bonito vem de Suape. Isso ganha valor maior porque – fora o povoado suapense – só há outro significativo núcleo de captura de pescado marítimo no Cabo de Santo Agostinho, que é a praia de Gaibu, pois nos outros o número de pescadores é reduzido e/ou inexistente.





Tabela v – Tipos de pescados mais capturados em Itapissuma e Suape (PE)*

<i>Cronologia</i>	<i>Suape</i>	<i>Itapissuma</i>
Antes de 1989 (1)	lagosta, tainha, biquara, lagostinho.	camarão, manjuba, espada, pescada, sauna.
Depois de 1989	agulhão, bonito, camarão, cavala, garajuba, serra, tainha, chicharro, camarão.	boca torta, sauna, manjuba, merepe, camarão.

Fonte: Pesquisa direta realizada entre julho (2001) e fevereiro (2002).

* Segundo pescadores dessas localidades.

(1) Data de ampliação do Complexo Portuário de Suape.

Esses distintos tipos de produtos retirados do ambiente aquático pelos pescadores evidenciam diferenças entre os recursos estuarino e marítimo, que se externam – dentre outros fatores – nas técnicas variadas de pesca. O uso de embarcações de maior porte e motorizadas, a captura de pescados específicos (já relatado) e de maior tamanho e o emprego, de maneira mais intensa, de redes de espera, informam-nos sobre as características singulares do mar-de-fora, distinguindo-se, assim, do mar-de-dentro, cujos pescadores utilizam a baiteira – um barco menor e que não tem resistência o suficiente para ultrapassar a arrebentação e enfrentar a força do oceano²² –, capturam peixes de menor porte como a manjuba e entram nas águas do Canal de Santa Cruz para cercar os pescados puxando, por exemplo, a rede de mangote quando o estuário está em tempo de maré baixa.

Esses tipos de produtos e tecnologias empregadas mostram distinções socioeconômicas entre os homens que dependem da pesca estuarina em relação à marítima para auferir renda, assim como dos consumidores desses produtos advindos de Itapissuma e Suape e que, além disso, clareiam diferenças entre os ambientes de trabalho e os instrumentos usados. Posso citar, como exemplo, o relato do pescador João da Luz que segue abaixo:

No mar-de-fora, o cara pega lagosta, bonito. Aqueles outros peixes, que são peixes de barão. Esse povo que pesca no mar alto, com motor, só pega esse peixe de barão. Tem essa opção. A gente só pega aonde

22. Mesmo quando os pescadores de Itapissuma deslocam-se para outras áreas de pescaria que estão para além do Canal de Santa Cruz, entrando em regiões de praia, eles nunca ultrapassam a barreira natural entre o mar-de-dentro e o de-fora, justamente por temer acidentes, que poderiam, inclusive, custar suas vidas.





vai a arrebentação do mar, dos baixos. Passou pra lá não vai, não, porque o barco não agüenta. A gente não encara, porque a baiteira não agüenta. (João da Luz, 36 anos, pescador de Itapissuma)

Realmente, no que concerne ao tipo de pescado, há valores distintos entre os principais produtos pesqueiros de Itapissuma e Suape, onde os peixes marítimos são, em grande parte, considerados mais nobres e, por isso, mais caros do que os estuarinos.²³ Por exemplo, a garajuba – um dos principais peixes de Suape – chega ao consumidor custando, em média, R\$ 4,00 o quilo, enquanto a manjuba alcança, no máximo, o valor de R\$ 2,00.

Todavia, isso não quer dizer que os pescadores de Suape estejam em melhores condições financeiras do que os que vivem em Itapissuma, pois a grande maioria dos trabalhadores da pesca entrevistados (90%) atinge, no máximo, um ganho mensal de 2,5 salários mínimos; por outro lado, há, de fato, um grupo que auferi melhor renda; 20% de nossos entrevistados, que chegam a ganhar acima de três salários mínimos, moram todos no povoado de Suape.

Entretanto, essa diferença socioeconômica entre os diferentes pescadores é pequena. Os gastos dos pescadores de Suape são maiores, pois eles têm que realizar a reposição constante de alguns materiais da embarcação motorizada, principalmente o uso rotineiro do combustível, que se junta à compra de gelo e dos alimentos disponibilizados às equipes que passam, no mínimo, um dia no mar, gastos assumidos pelo dono do barco. Mesmo ocorrendo essa diferença de renda explicitada pelo pescador João da Luz, a maioria dos pesquisados concorda que, independentemente do local de pescaria, mar-de-dentro ou mar-de-fora, as pessoas e seus familiares que

23. Gilberto Freyre fez alusão a esse tipo de classificação dos peixes, quando afirmou: “Ainda hoje se segue a velha hierarquia, em classificar peixes, havendo os que, embora gostosos, são considerados peixe do povo e vendidos por preços mais baratos. Há peixes de primeira, de segunda, de terceira, de quarta, de quinta e de sexta classe, cuja categoria se acha oficializada pelas prefeituras de algumas cidades. Os peixes para a mesa dos sobrados grandes tornaram-se, no Norte, a cavala de preferência, a cavala-perna-de-moça, a sioba, o camorim, a carapeba, a curimã, a pescada, também se admitindo a garoupa, a tainha, o pampo-da-cabeça-mole, enchova, a bicuda, a carapitonga, o serigado, o beijupará, até mesmo os camarupin, o aribebéu, o galo; daí para baixo, vinha e vem o rebotalho. O peixe de mucambo e de fregue: espada, bapuruna, palombeta, arraça, bodeão, bagre. Exceção só da agulha, que sendo um peixe de mucambo, de fogareiro de rua, também se comia – e se come – nas mesas fidalgas, com azeite e farofa” (FREYRE, 1968, p. 219-220).





dependem da pesca artesanal são pobres e marginalizadas socialmente, integrando, dessa maneira, uma camada subalterna.

A definição de que são subalternos advém da baixa renda adquirida, como consequência do sistema de intermediação presente na venda do produto, e da visão que esses trabalhadores têm sobre sua situação de homens marginalizados. Assim, para esses profissionais, ser pescador é ser pobre e esquecido pelo Estado e pela sociedade; é não ter boas certezas sobre o futuro, porque “o futuro do pescador é morrer de pé inchado, de tanto entrar na água pra pescar, botando o pé na maré baixa” (Seu Cosme, 65 anos, ex-pescador de Itapissuma). Nesse sentido, a pescaria “não é uma profissão que dêem valor; valor à vida da pessoa pescador” (Seu Neneu, 62 anos, pescador de Suape).

Enfim, tudo isso mostra que os pescadores artesanais possuem a qualidade de efetivar leituras sobre o contexto de seu envolvimento na constituição da tessitura de um complexo societário, que se apresenta nos caminhos percorridos e edificados na luta diária pela sobrevivência deles mesmos, de suas famílias, de suas tradições e da comunidade da qual são partes.

Eles não só identificam questões relativas a sua possível liberdade diante de outras categorias de trabalhadores, mas também conseguem perceber alguns componentes que os transformam em personagens subalternizados social e economicamente, revelando, com isso, que suas vidas são marcadas por situações capazes de conferir grande complexidade à existência deles e a possibilidades futuras.

Tudo isso revela que, ao buscar a criação de elementos que permitam sua reprodução social no tempo e no espaço, os pescadores também geram, como relação contraditória e dialética, a reprodução de sua existência num contexto de precariedade socioeconômica, em razão de se encontrar em relações históricas de poder que também se recriam, seja na própria batalha desenvolvida pelos pescadores para continuar vivos, seja na dinâmica de integração resultante das ações articuladas por aqueles (empresários, atravessadores, comerciantes) que buscam se apropriar do capital gerado pelo (e no) trabalho dos profissionais da pesca, com suas tensões, por um lado, e acordos tácitos, por outro, forjados na luta pela sobrevivência dos homens do mar e expondo, desse jeito, que “a própria totalidade se produz e se reproduz a partir da conexão dos interesses antagônicos de seus membros” (ADORNO, 1993, p. 9).







Capítulo 5

“Pertencço-te até ao fim do mar”:¹ parentesco, território e representação social na pesca artesanal

O mar é meu amigo.

João Cândido, *O Almirante Negro*

1. RELAÇÕES DE PARENTESCO E AMIZADE NA PESCA ARTESANAL

O parentesco é, em parte considerável, o caminho de entrada de muitos homens na pesca e o elo de continuidade e sobrevivência dos trabalhadores pesqueiros em Itapissuma e Suape. Dessa maneira, a produção pesqueira artesanal recria-se no momento em que se refaz, ao longo do processo histórico, a prática familiar no trabalho de pescaria. Acrescente-se a isto o importante papel conferido aos amigos e compadres, na formação dos grupos que saem para pescar ou que já detêm uma história de trabalho conjunta, como também é observado por Maldonado (1994):

A pesca artesanal se caracteriza pela sua tendência à utilização da mão-de-obra familiar não assalariada. É interessante notar que os pescadores costumam absorver parentes fictícios (considerando-se familiares não só os compadres), mas também nas tripulações que pescam juntas há muito tempo, os pescadores se têm como parentes (MALDONADO, 1994, p. 72).

1. Trecho da letra da música “Vem”, cantada pelo grupo Madreus, de autoria de Pedro Magalhães, Rodrigo Leão e Gabriel Gomes.





Essa relação de parentesco não é exclusividade das localidades aqui estudadas, mas também nas áreas do rio Amazonas (FURTADO, 1993; LOUREIRO, 1986), na pesca no Sul do país (BONIN, 1984; CUNHA, 1987), na pesca marítima praticada nas regiões do Nordeste (MALDONADO, 1985, 1994; MILLER, 1992) e do Sudeste (DIEGUES, 1983; LIMA, 1997, BRITO, 1999) do Brasil.

A trilha profissional daqueles que entram na pescaria tem início, normalmente, no convívio com a atividade desenvolvida pelos pais, sendo iluminada por uma tradição familiar. Portanto, a vida das pessoas incorporadas ao setor pesqueiro artesanal é forjada no trajeto de existência dos seus antepassados, que acaba marcando e influenciando, decididamente, as gerações que se seguem.

Meu pai era pescador. Eu comecei a pescar muito novo, com uns 10 anos, e foi o meu pai quem me ensinou. (Severino dos Santos, 36 anos, pescador de Itapissuma)

Na realidade, quem me ensinou a pescar foi a convivência, porque eu vendo meu pai... eu sempre tava mais meu pai. (José Edson Alves, 36 anos, pescador de Suape)

Meu pai foi quem me ensinou, desde de criança. (Moisés Gomes, 43 anos, pescador de Itapissuma)

Eu aprendi com meu pai, que pescava mais meu tio. A família toda era de pescador. (Seu Neneu, 62 anos, pescador de Suape)

A pesca artesanal é o espaço que se constrói pela sociabilidade gestada na parentela, ligando ao futuro de uns o passado de outros homens, dos pais, tios e avôs. Por esse quadro, a atividade da pesca foi sendo assimilada num convívio cotidiano.

É expressivo o número de pessoas que aprenderam a pescar com o pai em Itapissuma e Suape: 80% dos entrevistados adquiriu os conhecimentos e habilidades num convívio cotidiano, com o pai, “desde de criança” (Moisés), pois “a família toda era de pescador” (seu Neneu), embarcações de uma mesma viagem, cujo ato de aprender a pescar inscreve-se na convivência e no trato diário de ver e praticar a pescaria. De fato, quem





ensina a pescaria artesanal é “a convivência, vem do pai” (José Edson), aquele homem mais velho que revela em cada ação de trabalho a cumplicidade com a pesca e a forma de como lidar com ela (Tabela VI).

Tabela VI – Pessoa com quem se aprendeu a pescar, Itapissuma e Suape, PE.

<i>Localidade</i>	<i>Itapissuma</i>		<i>Suape</i>		<i>Total</i>	
	<i>Abs.</i>	<i>%</i>	<i>Abs.</i>	<i>%</i>	<i>Abs.</i>	<i>%</i>
Grau de parentesco						
Pai	8	80	8	80	16	80
Outros parentes	1	10	0	0	1	5
Amigos	1	10	2	20	3	15
Total	10	100	10	100	20	100

Fonte: Pesquisa direta realizada no período de julho (2001) a fevereiro (2002).

Nas falas dos pescadores, ressalta-se o valor da figura paterna na socialização dos filhos na profissão de trabalhador do mar. Os pescadores que utilizam embarcações em seu trabalho nas águas, em Suape ou em Itapissuma, destacam a presença exclusiva dos homens na pescaria embarcada.

Todavia, hoje, mais do que no passado, o trabalho feminino tem ocupado relevante destaque na formação da renda das famílias de pescadores, visto que a coleta e a mariscagem eram recursos, muitas vezes, apenas disponibilizados para complementarem a alimentação de sua família.

Com o aumento do desemprego e a queda do poder aquisitivo das famílias, as mulheres tiveram que buscar alternativas de geração de renda, o que levou, especialmente em Itapissuma, à entrada de inúmeras mulheres – boa parte delas esposas dos trabalhadores pesqueiros – no ramo da mariscagem. Em Suape, a pesca não se transformou em alternativa de trabalho para elas, pois houve queda na produção de pescados, decorrente do intenso desmatamento das áreas de trabalho feminino, os manguezais. O meio de obtenção de renda usado pelas mulheres passou a ser a venda de produtos (bebidas e comidas) na beira da praia.

Guardadas essas diferenças, muitas mulheres de pescadores sempre cumpriram o papel de vender os produtos capturados por seus maridos, seja em suas próprias casas, seja indo às feiras.

Hoje a minha mulher vende os peixes em casa. Eu boto lá e ela vende. Sempre foi assim. Antigamente, ela fazia rede. Atualmente, não faz mais,





não, pois ela tá com a vista cansada. (Seu Neneu, 62 anos, pescador de Suape)

Muitas mulheres ajudam no conserto da rede, vendem o pescado, consertam o peixe pra congelar e botar no sal. (Abiezer de Moura, 40 anos, pescador de Itapissuma)

Os homens passam menos tempo em terra, e quando estão de folga não permanecem em casa; assim, são as suas mulheres que assumem a comercialização dos pescados. Isso nos revela que, mesmo quando esposas e mães dos pescadores não se encontram diretamente ligadas ao trabalho de pescaria, elas sempre participam da atividade, tanto na venda de produtos do mar como nos reparos das armadilhas a serem empregadas no processo produtivo da pesca.

Muitas mulheres ajudam a remendar a rede. Quando o marido chega da maré, os dois ficam conversando e remendendo. Já é uma ajuda. (Luís de Amorin Filho, 44 anos, pescador de Itapissuma)

As mulheres exercem uma função fundamental na formação de novos trabalhadores da pesca artesanal: o da socialização de seus filhos na atividade de pescaria. Isto se dá de dois modos: na pesca marítima de Suape, os filhos ajudam as mães na venda de pescados e no conserto das redes; já na pesca estuarina itapissumense, vários meninos pescam com as mães antes de ir para o barco trabalhar com o pai, fazendo com que, além de ajudá-las, as crianças estivessem ao alcance dos seus olhares e sob os cuidados maternos no decorrer da jornada de trabalho da mariscagem.

Os filhos passam a trabalhar no mar depois que seu pai julga que eles alcançaram a condição necessária para sua inclusão nas tarefas do trabalho embarcado, fato que possui como critérios principais a idade (entre 15 a 18 anos), a altura e, fundamentalmente, a força física para suportar as horas na água, os esforços realizados para manusear os equipamentos e conseguir agüentar chuva, vento e sol a pino.²

2. Esses fatores não são atributos únicos de Itapissuma e Suape, e se apresentam, de forma similar, na pesca paraense realizada na região amazônica, como evidencia Loureiro: “A idade de ingresso na pesca, em geral, se faz um pouco mais tarde que na agricultura. Como pescar requer uma certa compleição





Mas, antes de irem para o alto-mar, os jovens de Suape pescam na parte que vai até os arrecifes com seu pai, padrinhos, irmãos e amigos mais velhos, aprendendo a manusear redes, remos, além de aprender, embora de modo primário, a direção e força dos ventos. Concernente à incorporação dos mais novos à pesca embarcada no Canal de Santa Cruz, a mãe é quem cumpre as primeiras cerimônias de apresentação e integração dos filhos ao trabalho de pescaria, porém alguns desses jovens só se tornam pescadores quando passam, segundo eles, a exercer sua função na baiteira dentro do mar, normalmente junto ao pai ou a um amigo próximo.

Nesse aspecto, a fala de João da Luz é bastante esclarecedora:

Eu comecei a pescar mesmo foi com 16 anos, de mangote. Comecei pescando siri e ostra com mãe. Muita gente começa a pescaria assim com a mãe, quando é pequeno. (João da Luz, 40 anos, pescador de Itapissuma)

A argumentação de João traz consigo alguns valores presentes nas representações sobre o trabalho pesqueiro. Uma dessas representações sociais tem a ver com a passagem de uma atividade que, para o pescador, não tinha correspondência com a produção de uma mercadoria possível de se transformar em dinheiro, pois se destinava ao consumo doméstico, particularmente a pescaria feita em companhia da mãe, para uma que possibilitava uma renda monetária. O exercício de seu esforço só é compensado monetariamente quando João vai para a pescaria de mangote com 16 anos, sendo aí, na sua própria concepção, que ele começa “a pescar mesmo”, ser um profissional da pesca artesanal.

Atingir essa condição era incompatível com a continuidade de se trabalhar com a mãe; era a antítese de continuar nas margens do estuário pescando siri, ostra e marisco, pois essas tarefas simbolizam, nas suas representações, as margens negadoras de uma real condição de profissional de pescaria e de ser homem pescador. Questão que se agrava quando as mulheres ainda são definidas, por diversos pescadores, não como pescadeiras, mas como coletoras ou marisqueiras, tendo em vista a noção, segundo

física para possibilitar o manejo dos aparelhos e resistência orgânica para suportar o frio e as chuvas frequentes, os homens geralmente ingressam na pesca entre os 12 e os 18 anos de idade [...]” (LOUREIRO, 1985, p. 57-8).





a qual a verdadeira pesca deve ser feita no mar (local masculino) e não nas beiras do estuário (local feminino).³

O espaço, tal como aqui tratado, por ter um significado socialmente atribuído, não é um espaço “em si”, mas um espaço cognitivamente apreendido e socialmente representado. Para ser objeto de trabalho, a natureza deve ser primeiro conhecida. Mas, ela é pensada para além dessa dimensão. O espaço natural é classificado, e nessa classificação da natureza se projeta uma classificação da sociedade, no caso em questão, uma classificação de gênero (WOORTMANN, 1992, p. 32).

Questões de gênero e outros valores socioculturais contidos na organização produtiva permeiam, de modo constante, o ato do trabalho, fazendo com que o mundo da produção simbólica seja valioso para se entender as configurações da produção material ao tempo em que as dificuldades econômicas vêm interferindo no plano das representações das comunidades pesqueiras, pois as atividades de coleta e mariscagem passaram a ser por muitos pescadores reconhecidas na qualidade de fontes de trabalho, não mais só de ajuda financeira ou de complementação alimentar. O mesmo ocorre em Suape, com as mulheres que trabalham na praia comercializando bebidas e petiscos, vendendo pescados ou sendo empregadas nas poucas casas de veranistas que há na localidade.

Por ser um trabalho familiar, a pesca artesanal estabelece e reforça um sentimento de pertença entre aqueles que dela dependem. Assim, ao ser parte da pesca também se torna parte de uma família, de um grupo com fortes raízes identitárias.

As equipes de pescaria são, de fato, grupos de amigos, compadres e parentes que fazem das embarcações seus espaços de trabalho, de convi-

3. Só em 1979 é que as mulheres terão direito a tirar carteiras de profissionais da pesca, depois de uma intensa luta junto à Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). Quem inicia esse processo, fruto de uma intensa e rica mobilização política, são as pescadeiras de Itapissuma, que eram assessoradas pelo Conselho Pastoral da Pesca (CPP), da Igreja Católica. Para alcançar esse objetivo, foi necessário que as mulheres ocupassem a SUDEPE, em Recife, no final daquele ano, em conjunto com uma freira do CPP, exigindo da SUDEPE a emissão do documento como condição para que elas abandonassem o prédio, já que haviam solicitado o reconhecimento de seu trabalho e não tinham obtido resposta. Após cerca de 15 dias de ocupação, a SUDEPE emitiu as primeiras carteiras de pescadeira no país, tornando, dessa maneira, as mulheres itapissumenses pioneiras nessa conquista (RAMALHO, 1999).





vência e partilha, tornando-se unidades produtivas essenciais para a continuidade da pesca.

Os laços de parentela e amizade constituídos na terra e no mar não podem ser dicotomizados, no caso de Itapissuma e Suape, pois navegam entre esses territórios, deixando suas marcas e reforçando uma continuidade histórica que vem perpassando o tempo ao ser uma das mais representativas características da pesca artesanal. Nesse sentido, ingressar no mundo da pescaria desenvolvida artesanalmente por um grupo de trabalho embarcado é entrar num terreno freqüentado por pessoas próximas, por gente conhecida, que já compunham o cotidiano desses indivíduos, facilitando os acordos a serem constituídos no processo de trabalho, principalmente quando se está no ambiente aquático.

A família é o alimento e o fortalecimento dos laços de solidariedade para se enfrentar as desventuras na pesca e na vida, marcadas por dificuldades na terra, numa constante reciprocidade e cooperação. Assim, praticamente tudo na pesca tem o toque do elo familiar e, por isso, nesse trabalho, “todo pescador é irmão” (CASCUDO, 2002, p. 23).

Através de cadeias de relacionamentos pessoais e de parentesco, os pescadores apóiam-se mutuamente. Cooperação e reciprocidade combatem a escassez de alimentos, ajudam a construir as habitações, o provimento de remédios e de roupas, facilitam a necessidade constante de reparo nas embarcações (CORDELL, 2001, p. 143).

Independentemente da faixa etária dos pescadores entrevistados, a companhia dos familiares, compadres e amigos manteve-se na qualidade de companheiros do mesmo trabalho, como certificam as falas transcritas abaixo:

Sempre pesquei com amigos. Hoje eu pesco com um cunhado e amigos. (Marcelo Lopes, 22 anos, pescador de Itapissuma)

Eu pesquei mais meu compadre. Atualmente, tô pescando mais meu filho e um companheiro. (Milton de França, 63 anos, pescador de Suape)





As diferentes idades dos pescadores (22 e 63 anos) ratificam a continuidade das relações de parentesco e dos laços de amizade que, assim como a pequena produção pesqueira, avança ao longo do tempo, desvendam que a intensificação das relações capitalistas nas áreas litorâneas não se tornou sinônimo de extinção do trabalho familiar nem da pesca realizada de modo artesanal.

De fato, as histórias dos pescadores de Suape e Itapissuma sinalizam que seus percursos de vida podem ser interpretados – fazendo analogia aos camponeses estudados por Godoi (1999) no sertão do Piauí – como sujeitos que “não recebem passivamente elementos de uma ordem externa, mas que seu caráter específico também determina o modo de sua inserção na sociedade abrangente” (idem, *ibidem*, p. 65), identificando que o sujeito torna-se objeto e o objeto também se faz sujeito, impregnando essas duas circunstâncias de complexos interativos.

É bom frisar que a embarcação é o local regido, em sua funcionalidade, pela confiança, cumplicidade e união das pessoas, pois sem tais características não haveria pescaria. É a ética pesqueira (confiança, cumplicidade e união) que ordena a configuração das equipes e regula o gerenciamento e as escolhas acerca dos homens que vão à jornada de exercício de sua profissão nas águas. É ela que orchestra o que pode ser a melhor harmonização do trabalho de pescaria, sua sinfonia perfeita, que obrigatoriamente tem de se corporificar, ao ganhar sentido e concretude, no perfil das pessoas que são partes de uma tripulação. Fundamentalmente, é a partir dessa ética que se definem os grupos de trabalho pesqueiro, no sentido de quem deve ou quem não deve ser chamado e integrado às tripulações que são formadas e redefinidas ao longo da história e do processo produtivo da pesca.

Em uma equipe que sai para pescar, não há espaço para as desconfianças e a presença de atritos, porque, se essa regra for quebrada por uma ou mais pessoas, não só o dia de trabalho pode ser condenado, mas – primordialmente na pesca praticada em mar-de-fora – a vida das pessoas também.

O companheirismo é simbolizado na amizade e na irmandade que a pesca produz antes e, mais ainda, durante o processo de captura dos pescados, levando para a água os laços de parentesco e amizade já existentes em terra e possibilitando, dessa maneira, que a ética se faça em plenitude.





É entre pessoas de uma mesma família, compadres e amigos históricos que se encontra e que se pode cobrar com mais facilidade e veemência o respeito pelos valores éticos essenciais para o sucesso do trabalho, fato que faz de cada barco uma irmandade.

Pra pescar, tem que ser amigo. (José Severino da Silva, 38 anos, pescador de Suape)

Bastou ter amizade que se tem compadre. Eu pesco com compadres. Quando aparece um aí, que não é conhecido, aqui, em Itapissuma, todo mundo sabe já e dificilmente se chama ele. Na pesca, é tudo colega. (Abiezer de Moura, 40 anos, pescador de Itapissuma)

A relação de amizade sempre continua a mesma, no trabalho, no mar. (Alberis de Paula, 47 anos, pescador de Suape)

Desunião na maré não presta, não. (Milton de França, 63 anos, pescador de Suape)

No barco, é na amizade. É irmão com irmão. Tem que se unir. (Luís de Amorin Filho, 44 anos, pescador de Itapissuma)

Os grupos que trabalham nos barcos motorizados ou nas baiteiras são criados e recriados com base nos laços de pertencimento, que estão muito além de ser apenas uma idéia. Pertencimento é um sentimento em relação a algo, cuja construção não se opera *a priori*, porque é vivida e forjada a partir de processos cotidianos, que estão ali, no dia-a-dia desses homens, de seus amigos e familiares, demarcando espaços socioculturais de integração.

O ato de pertença circunscreve-se no reconhecer uns aos outros como portadores de uma história comum, cúmplices e artífices de um projeto similar de vida, que navega pelas águas das possibilidades e das desventuras, cercadas pelas contingências colocadas na urdidura dos enredos societários gerais e que são enfrentados, dentre outras coisas, na manutenção dos traços típicos de solidariedade, ao se recorrer à família, ao compadrio e aos amigos como parceiros de trabalho.





As regras instituídas pela ética pesqueira são compartilhadas por aqueles que estão inseridos no mesmo rol de relações materiais e simbólicas de uma comunidade, que formam e são formadas pela lógica do pertencimento e pelo sentimento traduzido objetivamente na construção dos grupos de pescaria.

A conduta produtiva é mediada por laços de parentesco, compadrio e amizade expressa nas frases “pra pescar, tem que ser amigo” (José Severino), “eu pesco com compadres”, “é tudo colega” (Abiezer) e “no barco, é na amizade” (Luís). Na realidade, não só as dificuldades socioeconômicas, como também as de ordem ecológica (perigo do espaço, insalubridade do mesmo, imprevisibilidade) exigem que os barcos tornem-se ambientes de coleguismo e amizade, onde a convivência seja de “irmão com irmão” (Luís), de uma família, para que se possa enfrentar as agruras da profissão, as disputas por pesqueiros e os contextos de risco de acidente e de morte ao se trabalhar no mar.

Desse modo, os relatos sobre a história da pescaria mostram que as equipes explicitam que “a relação de amizade sempre continua a mesma” (Alberis), como instrumento valioso.

A pesca artesanal é o lugar privilegiado de união, até porque, devido aos riscos aludidos, “desunião na maré não presta” (Milton), pois coloca o trabalho e, o que é mais grave, toda a tripulação em perigo. Então, a família minimiza os perigos e acentua o caráter de solidariedade, permitindo que haja uma composição hierárquica (pai e filho; tio e sobrinho; padrinho e afilhado) e também horizontal por meio das relações de intensa proximidade.

Não é por acaso que “a relação de amizade é a mesma, tanto na água, como na terra” (Moisés), visto que essa transposição é fundamental. Com isso, produz-se uma regra que obstaculiza ao estranho o ensejo de que ele possa entrar num grupo embarcado, já que “dificilmente se chama” (Abiezer) por não querer contratemplos.

Num espaço vulnerável às mudanças de ventos e dos cardumes, chuva, maré forte, imprevistos no barco, sorte e azar; o melhor é estar ao lado de quem se conhece e, se for necessário, se possa contar nos instantes de gravidade e insucesso.

Os laços de pertencimento ganham maior ênfase devido às relações de vizinhança entre os pescadores, que fortalecem a existência de uma





comunidade de interconhecimento, no sentido conferido por Mendras (1978).⁴ Desse modo, “quando aparece um aí, que não é conhecido, aqui, em Itapissuma, todo mundo sabe já” (Abiezer), pois todos que lá moram conhecem-se uns aos outros e sabem, ao menos um pouco, da vida de cada um.

Mesmo com as transferências das suas moradias para um lugar mais afastado da beira-mar e do estuário, como aconteceu em Itapissuma e Suape, devido ao hotel e à urbanização, os homens que vivem da pesca continuam morando próximos uns aos outros, na mesma rua, povoado ou bairro. Nesse caso, o deslocamento para “o fundo” da cidade ou do antigo lugar onde habitavam não aniquilou as relações de vizinhança entre os pescadores, embora eles saibam dos prejuízos que isto significou.

Morava perto e hoje a gente mora perto. Sempre morou. Hoje mudou de lugar, pois saiu da praia pra vir pra vila aqui. Lá atrás. (Manuel, 34 anos, pescador de Suape)

Toda vida eu morei perto dos amigos pescadores. Toda vida, na minha área, a maioria é de pescador. (Mestre Dedé, 47 anos, pescador de Itapissuma)

A minha casa foi pra lá. Mas o pessoal que pesca comigo continua morando perto. (Graciliano, 32 anos, pescador de Suape)

Antigamente, eu morava lá na frente e hoje eu moro aqui. Era também perto dos meus amigos de pescaria. Eu moro perto dos companheiros, numa distância que é, no máximo, de 100 metros. É pertinho. (Almir de Oliveira, 35 anos, pescador de Itapissuma)

4. A sociedade de interconhecimento tem um vínculo territorial e, acima de tudo, familiar. Tanto o lugar como as pessoas são parte de uma mesma família e dos laços de amizade. Todos se conhecem, mutuamente. “‘Conhecer’ assume portanto um sentido ao mesmo tempo preciso e pleno: cada um conhece ‘todo mundo’, isto é, todos os demais, e todos os aspectos da personalidade do próximo. E não se trata de uma percepção ocasional e parcial, limitado a um quadro social ou a uma atividade particular, como é regra na sociedade urbana, mas, ao contrário, de um conhecimento total e prolongado da pessoa do outro, no conjunto de suas posições sociais, atuais e passadas, e nas particulares de uma personalidade”. (MENDRAS, 1978, p. 88)





Os pescadores artesanais, mesmo diante das diversas mudanças em suas regiões de morada e de trabalho, guardaram laços com suas tradições e costumes, que resultam em práticas socioculturais particulares em relação à família, à natureza, ao lugar e ao trabalho.

Contudo, cabe frisar que Itapissuma e Suape detêm algumas distinções entre si, como suas populações de pescadores possuem diferenças frente às comunidades campesinas, que devem ser levadas em conta. Como já mostrei, Suape é uma vila, que tem em média 1.200 habitantes (LIMA & LIMA, 1997), onde os pescadores moram a 12 km afastados do centro da cidade do Cabo; Itapissuma é um município com cerca de 20.000 habitantes, onde os que sobrevivem da pescaria moram no centro da cidade, especificamente em bairros periféricos de trabalhadores da pesca. Ou seja, há um maior grau de interconhecimento e uma relação menor de seus habitantes com o centro urbano em Suape do que em Itapissuma, porém isso não significa que as ações sociais dos pescadores de Itapissuma sejam diferentes das de Suape a ponto de gerar um antagonismo entre suas tradições. Na verdade, os bairros itapissumenses de pescadores⁵ (Espinheiro e Canto) são conhecidos pelas práticas sociais singulares em relação aos demais nesse município, porque “o pescador não tem hora pra ir pra maré e não tem hora pra chegar” (Almir de Oliveira, 45 anos, pescador de Itapissuma), devido à sua dependência no que diz respeito ao ciclo e ritmo das águas estuarinas.

Esses bairros podem ser comparados aos *quarteirões marítimos*:

Os *quarteirões marítimos*,⁶ em geral, eram urbanos, mas localizados na periferia das cidades. Os próprios marítimos, sobretudo os pescadores, preferiam esse isolamento, pois tinham um tipo de vida distinto dos demais, saindo para pescar em horas em que os demais ainda estavam dormindo. Nos bairros dos pescadores existia certa homogeneidade, como no de Saint Jean, em Marselha, de Perrot em La Rochelle, etc. Esses bairros transformavam-se menos rapidamente que os demais, guardando seus costumes ancestrais... (DIEGUES, 1998, p. 75)

5. Em Pernambuco, esta questão não é exclusividade de Itapissuma, uma vez que o município de Rio Formoso, que integra a região da Zona da Mata Sul de nosso estado, tem alguns bairros de pescadores com as mesmas características referidas (por exemplo, os bairros Levada, Porto e Pedra).

6. O grifo é do próprio autor.





Ademais, os pescadores de Itapissuma e Suape detêm um sentimento de pertença com o local onde moram e vivem, pois as relações de parentesco, vizinhança e amizade estão entrecruzadas com o próprio *habitat*, com o lugar de morada. O pertencimento na pesca artesanal não se prende, unicamente, às relações com o espaço aquático, mas também com o espaço terra.

Eu gosto daqui. Tenho paixão por Suape. Suape é um lugar muito bom. Sabe por quê? Aqui não tem negócio com que a gente se aperreie. Os meus amigos são os mesmos desde menino. (Seu Neneu, 62 anos, pescador de Suape)

Aqui, é bom. Todo mundo se conhece. (Abiezer de Moura, 40 anos, pescador de Itapissuma)

Adoro Suape. Dificilmente, em Suape, você não encontra um parente. Praticamente, em Suape, é uma família. Os nativos de Suape são uma família. Agora chegou muita gente de fora, mas para morar definitivamente foram poucas. (Alberis de Paula, 47 anos, pescador de Suape).

De fato, o sentimento traduzido nessas referências: “aqui, todo mundo se conhece” (Abiezer), “os meus amigos são os mesmos desde menino” (Seu Neneu), “adoro Suape” e “dificilmente, em Suape, você não encontra um parente” (Alberis), mostram uma identidade entre laços de parentesco e amizade com o território como se todos fossem uma única família (MENDRAS, *ibidem*).

Mesmo tendo semelhanças, os pescadores desenvolvem uma sociabilidade distinta que não se coaduna, completamente, às típicas dos agricultores familiares, em decorrência das características do trabalho destes – voltado para um recurso natural (a terra) diferente dos ambientes aquáticos – e do seu *habitat*, que não sofre, na mesma medida, os impactos decorrentes da expansão urbana que ocorreu (e ainda ocorre) na maioria das localidades litorâneas e que atingiu, com isso, as comunidades pesqueiras do Brasil. O que há é uma sociabilidade pesqueira que precisa ser entendida em sua especificidade, seja nas práticas materiais e simbólicas, seja na sua





relação com a cidade, à qual muitos desses homens já se integram, de forma singular. Mesmo assim, pode-se dizer que as comunidades de pescadores trazem embutidas em si um forte vínculo com a natureza, com a qual dialoga diretamente na edificação de práticas econômicas e culturais, e constroem relações sociais diferenciadas, como as citadas sociedades de interconhecimento (WANDERLEY, 2000).

Um fato valioso a se dizer é que o tom de familiaridade não se limita à composição dos membros que embarcam para a pescaria nem a relação com o lugar; os instrumentos de trabalho, especificamente, as embarcações são, em grande parte, batizadas com qualificativos sentimentais e, por isso, incorporadas na qualidade de um ente querido.

Nesse sentido, as embarcações ganham nomes de parentes (Rosana, Ilma, Kelly, Silvana, Angélica, Matheus, José), religiosos (a padroeira, rainha da paz), sentimentais (amor, amizade, bela, coração, valente) e análogos aos trabalhadores que a usam (marujo, pescador), ora por lembrança e promessa, ora por uma questão de homenagem.⁷ Ao nomear suas embarcações, os homens do mar, de Itapissuma e Suape, transformam suas baiteiras e barcos também em cúmplices na batalha da vida, tornando-os mais do que simples objetos de trabalho.

Ao colocar os barcos como parte integrante das suas vidas, os pescadores estabelecem muito mais do que relações de proximidade; eles incluem os seus equipamentos de produção no domínio dos laços de pertencimento de uma classe, transformando-os em companheiros inseparáveis da identidade daqueles que vivem dos recursos naturais aquáticos.

O trabalho pesqueiro é intercedido por relações de valores que acabam dando-lhe conformidade organizativa própria, havendo um intrínseco e profundo intercâmbio material e simbólico que permeia o ser social, e que não se limita a um mero reprodutor da sua base econômica, “na medida em que é constituído pela síntese dialética de materialidade e idealidade” (COUTINHO, 1996, p. 21).

7 Tive a oportunidade de encontrar, em menor grau, barcos batizados com nomes jogos (tua mãe, a estupradora, calcinha e hexa é luxo).





2. O CAMINHO DAS ÁGUAS: SEGREDOS, HIERARQUIAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Quem vai pra beira do mar nunca mais quer voltar.

Dorival Caymmi

Só se pode pertencer à pesca artesanal quando se pertence ao mar, quando se elabora, rigorosamente, uma comunhão com esse recurso ecológico. Se entre uma tripulação embarcada deve existir o sentimento de irmandade, com as águas marítimas e estuarinas essa dinâmica não é diferente. Ser pescador artesanal é pertencer ao mar, pertencendo, nesse sentido, aos segredos e às representações que ele provoca e alimenta, cotidianamente, na prática da atividade pesqueira.

Há, subjacente nesse diálogo produtivo, uma relação de sentimento, que modela e ajusta os homens ao território aquático. Nesse caso, o mar e os pescadores são cúmplices históricos, em que cada um alterna instantes que formam sujeitos, em um tempo, e objetos, noutra momento, resultado de uma dialética estabelecida entre o ser humano e a natureza.

No imaginário dos homens que vivem da pesca há leituras muito próprias acerca do território aquático e do olhar que eles formulam sobre o exercício de sua profissão, numa relação dialógica e de cumplicidade. Nem o mar nem os pescadores artesanais são vistos como entes separados, criaturas que se opõem, dicotomicamente.

Quem me ensinou a pescar?! Foi o mar mesmo. (Graciliano, 32 anos, pescador de Suape)

O pescador tem muita importância, porque nem todo mundo tem coragem de ir ao mar e nem todo mundo sabe o segredo do mar. Porque o segredo do mar é uma coisa muito maravilhosa e é dada por Deus, e não é todo mundo quem sabe o segredo dele, não. (Luís de Amorim Filho, 44 anos, pescador de Itapissuma)

O que é ser um pescador?! Eu me sinto como se fosse uma peça do mar. (José Edson Alves, 36 anos, pescador de Suape)





O mar tem vida e, por isso, oferta ensinamentos, cabendo ao pescador aprendê-los. Nesse sentido, o pescador não estabelece com o espaço aquático uma relação de estranhamento, porque isso seria incompatível com o ato de pescar artesanalmente. O que há é um íntimo convívio, no qual o mar ganha qualificado de revelação, que permite contar: “quem me ensinou a pescar?! Foi o mar mesmo” (Graciliano). Foi ele, o mar, quem tornou possível, ao conhecimento humano, seus caprichos e movimentos ardis, a vida guardada em seu ventre (peixes, camarões, lagostas, outros), desde que o pescador mereça seus ensinamentos, fato só possível àqueles que se debruçam e se dedicam diariamente a essa ação dialógica, que é o trabalho pesqueiro.

Porém, o território aquático é algo especial e seus segredos não são obras do acaso, “porque o segredo do mar é uma coisa muito maravilhosa e é dada por Deus, e não é todo mundo quem sabe o segredo dele, não” (Luís). Eleger como celestiais as águas de pesca e os seus mistérios é conferir também, ao mesmo tempo, como sagrada, a prática da pescaria, já que poucos homens têm o atributo de desmistificar os mistérios que o mar reserva. O dom, nesse momento, é o invólucro do ato de pescar, sendo reservado a poucas pessoas, e o mar um meio de vida e não meramente um capital que deve gerar renda financeira. O pescador percebe-se na qualidade de um sujeito social diferente, em sua indissolúvel aliança de pescador com o mar-de-dentro e o mar-de-fora. Nessa história, o enredo não os transforma (mar e pescador) em adversários nem em simples coadjuvantes. Ademais, não isola o trabalhador pesqueiro do ambiente natural em que exerce sua profissão, como se conferisse a essa pessoa um caráter de intrusa. Portanto, não é à toa que emerge da frase um vigor esclarecedor: “o que é ser um pescador?! Eu me sinto como se fosse uma peça do mar”. Ser uma peça é, para José Edson, ser um elemento que constitui um todo, que se apresenta como parte integrante de algo, clarificando a existência de laços de pertencimento do ser que pesca com a territorialidade aquática.

Evidencia-se, com isso, uma relação de sentimento com um espaço que envolve valores sagrados e um rico entrosamento. Pode-se dizer que o mar é o lugar do pescador e que o pescador é fruto do mar.

O mar, ao inspirar respeito ao pescador, cria também proibições, porque certos atos simbolizam ofensas ao recurso aquático. Segundo





entrevistados, não se deve mencionar o nome de pessoas que já faleceram e de criaturas do sobrenatural; é desrespeitoso cuspir na água quando se está trabalhando ou vender os pescados na beira do mar logo que se chega da maré. Esses aspectos denotam o conteúdo sagrado de que o recurso aquático é revestido para vários pescadores. O descumprimento dessas regras pode ter repercussões no trabalho e também colocar em risco a vida das pessoas embarcadas.

Tem superstições no mar. Quando se está no mar, não pode falar de gente morta. Também não pode cuspir na água e nem vender o peixe na beira da praia. (Josué, 46 anos, pescador de Suape)

Os pescadores não gostam de falar de morto no mar, não. Pra mim, isso é em parte ilusão, mas existe. Acredito em aparições, porque tudo deve existir no mundo. (Mestre Dedé, 47 anos, pescador de Itapissuma)

Esse imaginário reforça a ligação do homem pescador com o espaço em volta do seu trabalho, o mar. Formular histórias (ou estórias) sobre a territorialidade marítima e estuarina significa intimidade do ser humano com o ambiente natural da pesca, gerando uma relação de indivisão entre ambos, onde “cada território (ou espaço) tem seus seres, suas histórias e ritmos de existir” (RAMALHO, 2001, p. 5).

O sentimento de pertença também se traduz, entre outros fatores, na capacidade que o pescador tem de descobrir as melhores rotas de navegação, os caminhos mais promissores para se tirar o que as águas têm de bom para oferecer. De fato, saber os caminhos das águas é fundamental para ser pescador.

Esse laço de pertencimento possibilita aos pescadores elaborar formas de se apropriar da natureza, revelando que pertencer ao mar é, acima de tudo, a faculdade de conhecê-lo em profundidade.

O elemento cognitivo é a bússola do pescador no espaço aquático. Sem o aprimoramento dessa capacidade, não há possibilidades de fazer pescarias satisfatórias, de descobrir pesqueiros e de continuar sobrevivendo da pesca artesanal ao longo dos anos. O ato de produzir e se reproduzir socialmente advém da sabedoria aquática contida nas ações





desfechadas pelos homens de pescaria, principalmente pelo fato de que eles não possuem mecanismos da pesca industrial (sonar, GPS, por exemplo).

O conhecimento pesqueiro é patrimonial, ancestral, e se transborda de geração a geração, tanto pela força da oralidade como no ato de ver alguém mais velho pescando. É a partir daí que os segredos aquáticos são revelados aos mais novos e que se entende as artimanhas das águas. Assim, pesqueiros são desvendados, caminhos descortinados, técnicas de manejo das armadilhas e náuticas trazidas à luz, explicitando as maneiras e os métodos usados para se mapear, ordenar e gerenciar o território mar-de-dentro e mar-de-fora.

Ver, fazer e conservar na mente o aprendido é o caminho para se tornar um pescador. De fato, essa aprendizagem nunca foi diferente, porque a sua rotina sempre foi essa, passando de avô para o pai, do pai para o filho, dos mais velhos para os mais jovens ou dos mestres para o restante da tripulação embarcada.

O caminho das águas é revelado de acordo com as frases abaixo:

Eu aprendi com os mestres, que aqui se chamam também de arrais. Eles sabem os caminhos mais do que eu, porque já são das antigas e sabem os locais: lá de fora⁸ e dos rios, aqui. Os mais velhos ajudam. Eles dizem à gente, que é novo. Diz assim: “faz aqui e aqui pega se arriar!”. “Se arriar aqui tem pedra e tem galhada”. Os mestres já sabem onde rasgou as redes. (Marcelo Lopes, 22 anos, pescador de Itapissuma)

Aprendi com meu pai os mistérios do mar. Também com os pescadores antigos, né? Os pescadores antigos ajudam. (Josué, 46 anos, pescador de Suape)

Vendo e sabendo pelo mestre, se aprende. (José Severino da Silva, 38 anos, pescador de Suape)

8. O “lá de fora”, a que o entrevistado se refere são outros locais de pescaria que não estão no âmbito do Canal de Santa Cruz nem dos rios que deságuam nele. Não sendo, portanto, a pescaria realizada em alto-mar, depois da arrebentação.





Eu vivo nesse ramo desde pequeno. Eu comecei logo cedo, sabe? Já faz muitos anos que vivo nesse serviço, aí sei. Os mais velhos ajudaram, porque desde pequeno que eu pesco com o meu pai, e ele sabe de tudo. O que ele faz... eu aprendi com ele a fazer. (Severino dos Santos, 36 anos, pescador de Itapissuma)

O sentido da tradição ganha contornos nítidos, nessas falas. Pescar artesanalmente é ligar homens às práticas tradicionais, reproduzindo sistemas socioculturais e a própria reprodução dos pescadores. Para viver da pescaria, o exercício do trabalho referenda-se em ações patrimoniais, que se recriam em situações nas quais se afirmam as características econômicas e simbólicas de existência dos pescadores na sociedade.

A tradição é um instrumento valioso e esteio das estratégias de reprodução social, posto que aciona e reforça laços e, nesse sentido, permite iluminar os caminhos dos trabalhadores da pesca dentro e fora do mar.

A tradição pesqueira continua a existir dentro de condições objetivas históricas, que lhe dão contornos. Portanto, o modo de vida dos pescadores não é a-histórico. O que tem de ser entendido é que o movimento concretizado na dialética entre pescador e a totalidade social faz com que essa tradição continue, na condição de um requisito constantemente desenvolvido pelos homens que pescam para manter-se e suas famílias.

As particularidades da pesca artesanal, que se desdobram dos valores e hábitos tradicionais, enchem de significados os trajetos dos trabalhadores pesqueiros, fazendo com que a categoria tradição seja obra de determinações concretas do ser, do seu existir, não habitando, apenas a esfera da abstração e do discurso.

Por isso,

Existir, portanto, significa que algo existe numa objetividade de determinada forma, isto é, a objetividade de forma determinada constitui aquela categoria à qual o ser em questão pertence. [...] um ser não objetivo é um não-ser [...]. As categorias são, portanto, partes integrantes da efetividade. Não pode existir absolutamente nada que não seja, de alguma forma, uma categoria (LUKÁCS, 1999, p. 145-6).





O que me leva, então, a falar de pertencimento não é apenas uma elaboração epistemológica, mas existência real e viva apresentada pelo cotidiano desses trabalhadores. Dentre as particularidades do modo de vida pesqueiro, o sistema de marcação do espaço aquático, que é inerente à pescaria artesanal, confere singularidade à forma como os pescadores apropriam-se desse recurso ecológico.

O estuário e o mar são objetos dos mapas cognitivos formulados pelos pescadores, que apontam bancos pesqueiros e locais impróprios para se dar lanço. Esses mapas cognitivos brotam, sobretudo, da experiência acumulada pelos pescadores no transcurso dos anos de pescaria. Dessa maneira, mais do que ninguém, o mestre é prioritário para que as equipes de trabalho atinjam seus objetivos ao se locomoverem com sentido, praticamente, exato rumo às pescarias.

O mestre conserva, em sua mente, a sabedoria de uma infinidade de mapas cognitivos do mar. Mapas que são usados e explicitados no código de marcação dos pesqueiros, descortinando uma territorialidade.

Mais do que qualquer coisa, a prática da mestrança é uma junção entre passado, presente e futuro na pesca artesanal, pois “o *mestre* é como um arquétipo que se visse à proa dos barcos, o olhar penetrante, atento, tendo nas mãos por atribuição da sua sociedade e do seu bote, feixes de relações, de práticas e de sentimentos” (MALDONADO, 1994, p. 134).

Observar o mestre e aprender seus ensinamentos é assinalar, na prática de trabalho, uma relação mais intensa de envolvimento com o mar. Assim, o ato de olhar o mestre em atividade acaba sendo requisito para que os pescadores mais jovens possam ver o mar ganhar sentido e significado, e o pescador maior cumplicidade com ele.

Tal fato é narrado a seguir pelos pescadores de Itapissuma e Suape:

Em determinado tempo, sempre indo. A gente vai seguindo aqueles mais velhos, mestres. “Bota uma linha ali!” “Ferreí o peixe!” Aí mergulha vai lá e diz: “é uma pedra grande”. “Marca aí pelas terras!” A marcação é pelas terras. Você vê um morro aqui. Vê esse outro morro aqui. Então, a pedra é aqui. Aí você diz: “é esse morro aqui, pegando com esse”. Aí saí botando o nome dos morros e nos pesqueiros. Como tem vários morros, são muitas marcas. Pra pescar mesmo, é pelas marcas na terra. (Alberis de Paula, 47 anos, pescador de Suape)





Os mestres ajudaram nessa marcação. Eles marcam por uma coisa. Sempre tem algo pra se marcar um pesqueiro. Às vezes, entre uma casa e uma árvore. Qualquer besteira. Qualquer coisa você marca. Muitos desses locais de dar lance têm nomes. Outros não têm, mas a turma inventa. Tem Frutuoso, Ponta da Esteira, Camurin, Espalhado. Isso é tudo nome de lance. (Abiezer de Moura, 40 anos, pescador de Itapissuma)

Colocar nomes em áreas do mar, os pesqueiros, projeta sobre essas áreas as histórias dos homens, pois a substantivação de um lanço é conferida a partir de uma homenagem a quem o descobriu, normalmente o nome de um mestre, um determinado fato ocorrido ou uma característica natural do local. Assim, no instante em que o mar é nomeado, forma-se um elo de pertencimento com o envolvimento pessoal com o mesmo.

O mar-de-dentro e o mar-de-fora deixam de ser espaços para se transformar em lugares, já que o espaço representa algo amplo, imenso e sem demarcações claras, e é a constituição de um sentimento de lugar que confere concretude ao espaço aquático. O trabalho pesqueiro cria e incorpora lugares aquáticos ao modo de vida, situando os pescadores a partir da organização do espaço como desdobramento de uma territorialidade (MALDONADO, 1994).

É a partir de uma territorialidade que o ser humano se apropria e mantém um certo controle sobre determinados espaços, como resultado de necessidades materiais e imateriais, e dotando-o de pertencimento.

Estes comportamentos levam a fenômenos da ordem da ocupação e da posse, de exclusão, de distanciamento e de *pertencimento* [grifo meu] que constituem elementos fundamentais a cada cultura de todo ser (MALDONADO, 1994, p. 35).

Nenhum pescador pertence mais ao mar do que o mestre. A prática da mestrança é o fortalecimento dos laços de pertencimento de um homem com o estuário e com a maritimidade, tanto em seu sentido produtivo como simbólico. Ir atrás dos pescadores mais velhos é estar sob a luz da mestrança, dos seus ensinamentos ou na trajetória para se tornar um mestre.





Ademais, tanto em Itaipissuma como em Suape, o que as narrativas dos pescadores sobre o aprendizado junto ao mestre também revelam é a existência de um mecanismo comum usado por eles para marcar os pesqueiros. Esse sistema é conhecido pelo método de marcação triangular, que foi descrito, inicialmente, por Cascudo (1957), a partir das experiências de pesca dos jangadeiros nordestinos.⁹ Esse sistema de marcação também é mencionado por Furtado (1993)¹⁰ em relação aos pescadores da região amazônica, reforçando a idéia de que essa forma de mapeamento não é de exclusividade dos pescadores marítimos.

Tal marcação apresenta-se nas falas dos pescadores itaipissumenses e suapenses, que clareiam a mesma metodologia de incorporação territorial. Ou seja, a terra é um ponto importante de marcação, pois “entre uma casa e uma árvore” (Abiezer) está um pesqueiro. No trabalho nas águas, localizam-se os bancos de pesca referendados nos pontos da terra: “aí você diz: ‘é esse morro aqui pegando com esse’” (Alberis) e o local está no meio de ambos, olhando do mar para a terra.

A construção do mapa cognitivo realizado por pescadores não pode estar, nos locais de Itaipissuma e Suape, dissociada dos impactos ambientais provocados nesses últimos decênios. Mais do que no passado, o ordenamento espacial é feito segundo mudanças que exigem uma reconstrução da marcação e do território ao qual se liga o pescador.

Hoje tem pouca parte que eu pescava antes. Acho que foi a dragagem (do porto) que acabou e eu tive que escolher outros locais para pescar. (Graciliano, 32 anos, pescador de Suape)

9. “Deixam a praia de madrugada, cedinho, ao amiudar do galo, antes do ‘quebrar da barra’, primeiro clarão anunciador do dia. Com certa distância da costa, orientam-se pelo ‘caminho’, norte e sul, que é a latitude, e o ‘assento’, leste e oeste, que é a longitude. ‘Caminho’ e ‘assento’ são pontos imóveis na terra e que servem de referência para a estimação da rota. Cada pesqueiro, Tací, Corubas, Carreiras de Pedras e Razinho, com litoral à vista, está no vértice do ângulo, cujos lados são o ‘caminho’ e o ‘assento’ coincidindo em determinada posição” (CASCUDO, 1957, p. 27).
10. “No que toca à chegada aos pesqueiros ou pontos de pesca, o método é o da triangulação visual, isto é, o indivíduo, precisamente o pescador, ao detectar um pesqueiro, escolhe ou marca logo algum sinal ou acidente físico ao qual possa associar a presença do pesqueiro. Pode ser um igarapé, uma ilha, uma árvore, uma pedra, uma enseada, etc., cuja localização permita, sem erro, orientá-lo em futuras excursões [...] Um vértice do triângulo refere-se ao local de partida, outro, ao local do pesqueiro, ou seja, o acidente físico anunciado por uma determinada marca (árvore). O outro vértice do triângulo é ocupado pelo próprio pescador que, em diferentes posições em que possa estar, procura se deslocar até encontrar o vértice marcado pelo acidente físico. Daí por diante é fácil encontrar o vértice em que está o pesqueiro” (FURTADO, 1993, p. 213).





Os locais de pescar mudaram, porque não dão mais peixe como davam. Tem muita gente que pesca neles e também tem empresas que poluem com coisas fedorentas que matam os peixes e isso acaba com muita criação, com muita mesmo. (Luís de Gonzaga Filho, 44 anos, pescador de Itapissuma)

A chegada do porto, em Suape, e o problema da poluição nas águas do Canal de Santa Cruz trouxeram mudanças ecológicas e, conseqüentemente, aumentaram as exigências de alternativas do mestre, respostas que possibilitem o sucesso no dia de trabalho no mar, pois, do contrário, o insucesso pode, para alguns pescadores, ser direcionado ao mestre e não aos problemas ecológicos. Enfim, a sabedoria do mestre é o meio que vai permitir à equipe de pescaria alcançar os pesqueiros e os pescados, além de continuar a revestir o mestre de respeito e honra.

Fazer parte de uma tripulação transportada por um mestre de qualidade é essencial.

O mestre desenrolado é bom demais, porque ele deve ser sempre o mais sabido no mar. (Severino dos Santos, 36 anos, pescador de Itapissuma)

Uma embarcação sem mestre é uma embarcação sem direção, sem rota segura e prevista, embora essa previsão seja ocultada pela pessoa do mestre e pelos grupos de pescaria que navegam sob seu comando. Cada mestre tem seus roteiros e seus caminhos no mar, com seus próprios mapas cognitivos dos espaços aquáticos, que são confirmados nos percursos articulados e desenvolvidos pelas baiteiras e pelos barcos que ele comanda nas águas. O território aquático, portanto, é um lugar de competição e disputa, e cabe à prática da mestrança descobrir os melhores pontos e roteiros (DIEGUES, 2000).

É claro que alguns pesqueiros não permanecem muito tempo ocultos por um mestre, seja porque, na maioria das vezes, alguém já viu seu grupo pescando em determinada área, seja porque um dos membros de sua equipe a deixou em troca de outra ou devido ao fato de que montaram suas próprias tripulações pesqueiras, aumentando, desse modo, ainda mais o grau de competição entre as baiteiras e os barcos no acesso





aos pontos mais promissores dos recursos aquáticos, estuarino e marítimo, e entre os pescadores.

Nesse sentido, guardar o segredo é crucial para o mestre e para a equipe que ele conduz, sendo uma arma fundamental na pesca artesanal. O segredo, de fato, é um dos cernes primordiais para manutenção do respeito ao mestre, uma vez que tem de possuir um acervo de conhecimentos desconhecidos por outras tripulações. Ninguém pode cobrar de um mestre que ele revele seus segredos (nem mesmo um filho), porque esse é um atributo conquistado. Para alguém extrair um segredo da boca do mestre é preciso que faça por merecê-lo.

Esse processo de merecimento é determinado, sobretudo, pelo grau de parentesco. Normalmente, o legado do segredo é repassado a um dos filhos ou a outro parente do mestre (sobrinho, neto, afilhado), já que a família é a unidade de trabalho. Nenhuma pessoa é mais indicada para manter ou deixar um segredo do que um dos membros da própria parentela, e é por esse motivo que se pesca em família.

A trindade crucial da pesca artesanal se expressa no segredo, na marcação e nos laços de parentesco. É nesse conjunto de características que o trabalho da pesca encontra a sua razão de ser e sua possibilidade de continuar a existir ao longo dos anos, fazendo com que o segredo da pesca seja o segredo do trabalho familiar.

Esse conhecimento não se refere somente à ocultação de um pesqueiro, mas também às melhores técnicas utilizadas em certos instantes para pescar, os ventos mais indicados, o calendário lunar e as marés.

Em Suape, saber guiar-se pelas estrelas e entender, principalmente, os ventos, tornam-se meios mais que necessários para se alcançar os pesqueiros e para definir o tempo que um pescador pode gastar para lá chegar. Os ventos ganham importância em razão do tipo da plataforma continental nordestina que não é grande e possui baixa profundidade, fazendo com que as correntes marítimas sofram suas influências. Mesmo que outro grupo de pescaria saiba onde se localiza um lanço, a leitura correta dos elementos mencionados permite, em vários casos, que uma embarcação, através do mestre que domina a correlação dos aspectos naturais (vento, estrelas, maré), alcancem mais rapidamente os bancos de pescados.





Entre embarcações diferentes no mar, não há união. É o seguinte: se eu descobrisse um lanço de peixe e outro grupo passasse perto, na hora, eles quando chegassem na praia iam dizer: “Luiz encontrou um lanço de peixe. E ele amanhã deve ir pra lá”. Se ele tá contando a outro pescador, ele pode sair mais cedo pra ir pegar peixe naquele lanço, mesmo sendo amigo na praia. Por exemplo, eu saía daqui pra dar um lanço chamado Banquinho, que eu sabia que tinha peixe lá, e o outro também sabia. Só que o vento era pouco sudoeste, o que é que eu fazia, o meu barco e o dele estavam usando a vela, eu via que eles iam chegar primeiro do que eu, aí eu era rápido na vara. Pegava ela e tocava com meus companheiros pra lá. Assim, enquanto eles iam à vela, eu, na vara, cheguei primeiro do que eles. (Luiz Augusto da Silva, 60 anos, pescador de Suape)

Ademais, dominar esses requisitos é importante para se navegar com segurança no espaço aquático marítimo.

Já os pescadores de Itapissuma escolhem as marés mais aptas a se pescar de acordo com o tipo de Lua, pois as marés estuarinas são regidas pela força gravitacional da Lua. Quando a Lua está em sua fase cheia, nova, crescente e minguante formam-se marés importantes como a de lançamento,¹¹ quebramento¹² e a morta.¹³ Para os pescadores embarcados mais experientes, a melhor maré é a de lançamento, porque o oceano lança com mais força suas águas em direção aos estuários, principalmente na Lua cheia, havendo uma troca maior de vida entre o mar-de-dentro com o mar-de-fora e vice-versa. Isso ganha significado maior devido às características do ambiente estuarino do Canal de Santa Cruz, que dependem, sobremaneira, desse fluxo aquático entre as águas doces (rios) e salgadas (oceano Atlântico).

No período em que a maré começa a encher, como no momento em que ela vaza, é o tempo favorável ao trabalho pesqueiro estuarino e dos

11. É quando a Lua sai de sua fase pequena para a grande. Quando ela atinge o ápice na Lua cheia, minguante, crescente e nova, nos três primeiros dias formam-se as melhores marés de lançamento para pescar.

12. A maré de quebramento é quando a Lua sai de sua fase grande. Sai da Lua cheia ou nova, e é aí que se forma a maré de quebramento.

13. Fase intermediária entre a maré de lançamento e quebramento. Nesse período, há uma menor troca entre as águas salgadas do oceano e doces do rio. A maré enche pouco e vaza pouco também.





tipos de pescarias a serem utilizadas para a captura dos pescados. Para a pesca embarcada, de mangote, espera e tarrafa, entender a relação entre maré e Lua é prioritário. O tempo para se pescar é o tempo da natureza, e os pescadores que têm controle e conhecimento sobre os períodos mais adequados para pescar conseguem sair-se melhor.

Soma-se isso à capacidade que os pescadores devem ter para identificar os tipos de cardumes na hora de dar lançaço no estuário, pois um erro de interpretação do tipo de cardume representa um esforço desnecessário e, o que é pior, tempo perdido.

Quando a gente encontra uma pancada de peixe, o cabra descobre onde é que tá o peixe. Aí os peixes ficam perneando. Os bons pescadores conhecem, porque eles vêm na mancha, vêm perneando. A de manjuba é menor e a gente vê pela pancada que ela dá na água. Quando a de saúna vem perneando, a gente sabe. Tem que saber, porque a de saúna a gente pega de tresmalho, não de mangote. Se for confundir e botar o mangote, ela (saúna) bate e sai por cima, pois a rede é menor, a malha. Já no tresmalho, não. A gente cerca a saúna e bate. Ela afunda e mete a cara. Morre enforcada, emalhada. Se fosse rede de mangote, elas saltavam tudinho. Os mestres sabem disso. Agora ensinam aos poucos. (João da Luz, 40 anos, pescador de Itapissuma)

Como o estuário é um espaço mais limitado geograficamente, se comparado ao oceano, os segredos acerca dos pesqueiros são mais difíceis de ser guardados à vista dos outros. Tal geografia faz com que as disputas e brigas pelos melhores pesqueiros sejam mais acentuadas em Itapissuma do que em Suape, cabendo ao mestre regular esses processos e afinar sua tripulação para a disputa dentro das regras éticas estipuladas.

Muitas das contendas são feitas e estimuladas por alguns mestres que quebram um código de honra. Na hora de dar o lançaço, vale quem chegar primeiro, ficando a outra equipe de pescaria na espera de que a tripulação que chegou à sua frente termine o lançaço. Esse é o regulamento da gestão do espaço: quem chegar primeiro aos pesqueiros conhecidos tem o direito de dar o lançaço inicial e depois sair para que a outra equipe de trabalho possa fazer o mesmo.





O ato do respeito a essa regra torna-se fundamental para a convivência dos grupos de trabalhadores pesqueiros no mar-de-dentro, criando um certo código de honra (CORDELL, 2001). Todavia, já houve momentos em que esse acordo foi descumprido, como nos narrou um dos pescadores:

Tem as disputas pelos locais de dar lanço. Por acaso, se você chegar num pesqueiro primeiro do que o outro. Aquele outro não pode ir pra onde você tá. Se ele considerar você, ele não pode ir, não. Agora tem alguns que vão. Tão indo, mas tão indo errado, porque você chegou primeiro do que eles. Aí tem bronca! Se um cara considera o outro, ele não vai. A maioria os mestres respeitam, mas quando um descumpre o negócio termina, às vezes, parando na delegacia. Teve uma época que alguns mangoteiros não queriam respeitar e as pessoas reclamaram, aí foram parar na delegacia. Vê! O cara que chegava de frente não podia fazer o lanço, porque o que chegava por derradeiro queria dar o lanço. Isso não pode! (Severino dos Santos, 36 anos, pescador de Itapissuma)

Um bom mestre não é só o que entende da navegação e dos ciclos naturais, mas é também aquele que respeita as regras estabelecidas de regulamentação e ordenamento do espaço pela própria comunidade. Ao quebrar esse código de honra comunitário, o mestre pode perder o respeito dos outros mestres e, em algumas situações, da sua própria tripulação.

Aparentemente, chegar antes no banco de pesca pode representar apenas o caráter de quem é mais veloz, mais rápido para direcionar a embarcação rumo ao pesqueiro e ao cardume. Contudo, o significado de chegar na frente contém muito mais do que um ato de velocidade, pois, nesse instante de disputa, estão em jogo os atributos tradicionais herdados e desenvolvidos no dia-a-dia do exercício da profissão, da mestrança, que tomam cor e se confirmam na habilidade de desenvolver a arte da pesca e conduzir os pescadores na superação dos desafios, isto é, na força de chegar primeiro.

Essa disputa não se mede tão-somente pela velocidade dos barcos para se atingir o lanço. Na verdade, o que se encontra por trás de chegar na frente também é a habilidade que o pescador tem para colher informações, pela observação do trabalho das tripulações adversárias e, não menos prio-





ritário, das conversas entre os pescadores na beira das águas, na praça jogando dominó, na caiçara enquanto repara as redes. Se um mestre ou outro pescador conseguir obter tais informações, especialmente sem que o grupo que teve seu segredo descoberto saiba, no dia seguinte é só sair mais cedo em direção ao objeto tão desejado, o lanço.

Esse método é permitido, porque nenhum pescador é de propriedade de qualquer pescador, mesmo que este o tenha descoberto. O que vai permitir que ele faça uso do bom local de pesca é a sua capacidade de manusear a arte do segredo.

Frente ao que foi exposto, não se pode admitir como normal a ação de um outro mestre invadir com seus companheiros de atividade uma área de trabalho já ocupada por outra tripulação. Quando se faz isso se ofende não apenas as pessoas que já se encontravam inicialmente em determinado espaço. Atinge-se, acima de tudo, toda uma tradição que sedimenta a prática da pesca artesanal. Dessa maneira, “se um cara considera o outro, ele não vai” (Severino), porque isso é algo que deve ser sempre respeitado como uma regra do jogo: um elemento regulador da apropriação pesqueira sobre o território aquático e um princípio de convivência dos seres humanos com o mar e entre eles mesmos. Ou seja, negligenciar uma ética pesqueira que fundamenta e dá valor ao trabalho dos homens em seus barcos e em suas baiteiras no processo de labuta leva ao rompimento das normas de lealdade, cumplicidade e igualdade, prevaletes nas comunidades pesqueiras, que foram passadas de pai para filho, herdadas de geração em geração.¹⁴ E “isso não pode!” (Severino) acontecer.

Mesmo que tal situação se dê com maior ênfase na pesca estuarina, em Suape ela não deixa de existir, como foi mostrado na fala do pescador

14. O antropólogo Cordell (2001) descreve algo semelhante na pesca estuarina no sul da Bahia: “os pescadores de canoa aceitam como normal uma certa competição e desordem na definição dos limites dos pesqueiros. A tolerância em relação a esses limites depende da medida como os competidores estejam ligados pelo código de honra. Dentro desses limites, que variam entre indivíduos e grupos, os pescadores tentam maximizar a chance de êxito na pesca. Não é fora de comum mestres oferecerem bebida a tripulações competidoras, no intuito de que fiquem bêbadas e não consigam chegar a tempo nos pesqueiros” (idem, p. 149). A utilização da bebida como manobra de enfraquecimento da tripulação oponente, que é descrita na citação, não desqualifica o mestre, pois, além de ocorrer num campo teoricamente neutro, não desrespeita nem infringe regras morais, no intuito de pô-las em xeque. Aliás, a ação desenvolvida pelo mestre baiano pode gerar respeito, devido à sutileza e ardid que envolve o fato em questão. Situação completamente distinta da ocorrida na história mencionada pelo pescador Severino dos Santos, de Itapissuma, PE.





suapense Luiz da Silva, anteriormente. Há, também, o mesmo código de conduta, pois quem chega primeiro tem o direito de dar o primeiro lanço.

Só não pode ir na frente quem chega por derradeiro. Quem chegar primeiro dá o lanço na frente. (Zé Véio, 38 anos, pescador de Suape)

Todas as relações representativas da pesca artesanal (a marcação, a leitura do ambiente, os ensinamentos passado aos mais jovens, a manutenção da tradição) encontram na prática da *mestrança* seu momento mais significativo, respaldando-a e sendo por ela respaldada.

Assim como o bote, a marcação, as “pedras”, a “consciência”, a *mestrança* é um fenómeno do âmbito prático, produtivo, recoberto de significados atribuídos pela tradição. Como prática, a *mestrança* é o fundamento da organização do trabalho a bordo, incorporando à pessoa do mestre enquanto responsável pela pesca, a família, as tripulações, a confiança, a competição e a distribuição do conhecimento e informação que a ele cabe administrar. Do ponto de vista simbólico, a construção da pessoa do mestre e a sua legitimidade remetem à hierarquia, ao igualitarismo e ao segredo da circulação (MALDONADO, 1994, p. 135, grifos da autora).

Na pesca artesanal, ambos (a família e a pessoa do mestre) são indissolúveis para a edificação e conservação da ética pesqueira. Sem a junção da família e da *mestrança*, questões como a reciprocidade, cooperação, igualdade, hierarquia e o segredo ganhariam em tensão e explodiriam em conflitos.

Fruto da maritimidade, a pesca suapense precisa dessa relação para superar, dentre outros aspectos, as dificuldades sociopsicológicas que se dão no momento em que se está em mar alto, dentro de uma embarcação sem maiores sofisticções tecnológicas e por dias. Em Itapissuma, a tensão expressa-se, em grande medida, no acentuado nível de competição entre as baiteiras no estuário.

Não só descobrir os pesqueiros, mas, antes disso, conseguir manter a tripulação íntima do sentimento de irmandade é um papel prioritário a ser estimulado, reforçado e conquistado pelo mestre junto aos seus homens. E





isso adquire menor resistência e maior facilidade na medida em que se têm parentes e amigos históricos na embarcação. Nesse sentido, os laços de parentesco e a prática da mestrança amparam, alimentam e se projetam umbilicalmente.

É bom ressaltar que a ética pesqueira só existe como algo que é objetivado nas relações estabelecidas, principalmente no trabalho dos pescadores artesanais, e que se ampara na materialidade deste para existir.

As escolhas éticas dos pescadores são fomentadas e oxigenadas por necessidades reais. Não é à toa, por exemplo, que há regras de apropriação do estuário e do mar, que existe o segredo no trabalho pesqueiro, que a família torna-se a unidade central do bote e da baiteira, que há o sentimento de pertença em relação à territorialidade aquática e entre os trabalhadores que pescam, que se estabelecem acordos de cooperação, igualdade e hierarquia nas embarcações, que se constroem lendas e superstições, e que se faz a pessoa do mestre. Tudo isso são necessidades postas por questões objetivas, para se atingir fins concretos de sobrevivência e de reprodução social e em que a ética pesqueira tem um peso considerável, pois é ela que vai mediar o diálogo do pescador com o território estuarino e marítimo e com os outros seres humanos.

As escolhas entre alternativas, juízos, atos, têm um conteúdo axiológico objetivo. *Mas os homens jamais escolhem valores*,¹⁵ assim como jamais escolhem entre o bem ou a felicidade. Escolhem sempre idéias concretas, finalidades concretas, alternativas concretas. Seus atos concretos de escolha estão naturalmente relacionados com sua atitude valorativa geral, assim como seus juízos estão ligados à sua imagem do mundo. E reciprocamente: sua atitude valorativa se fortalece no decorrer dos concretos atos de escolha. (HELLER, 2000, p. 14)

Não há uma autonomia das representações sociais dos pescadores diante da sociedade, do mundo objetivo. Os pescadores incorporam costumes, desejos e valores presentes nas práticas materiais e simbólicas existentes na sociedade que integram, em determinados momentos históricos.

15. O grifo é da própria autora.





Entretanto, a ética pesqueira representa a maneira pela qual os pescadores se introduzem e se defendem nessa dialética, acionando laços de pertencimento que se explicitam no sistema de solidariedade em terra, na lógica da cooperação e respeito no mar e na família, compadrio e amizade que formam unidades de trabalho pesqueiro; e sem as quais os pescadores não conseguiriam sobreviver ao longo do tempo nas regiões de Itapissuma e Suape.







Considerações finais: como é ser um povo do mar?

O mar batia em meu peito, já não batia no cais.

Carlos Drummond de Andrade

Enquanto a maioria da população de Itapissuma dorme, às duas horas da madrugada, mestre Dedé sai de sua casa, carregando uma rede, em direção à residência de seu vizinho, com quem trabalha há vários anos na faina do mar. Ambos, mestre Dedé com a rede e seu amigo com os remos, seguem para a praça que fica diante do Canal de Santa Cruz, ponto de encontro com os demais membros da equipe de pescaria, inclusive o seu próprio filho. A vida nas águas e a experiência acumulada nessa convivência fazem com que mestre Dedé saiba da importância de aproveitar a melhor das marés, as de lançamento, especialmente na Lua cheia.

A equipe, de cinco pessoas, divide-se nos cuidados com a baiteira. Os homens guardam a vela e a rede, e posicionam os remos para que os pescadores possam ir em direção aos peixes. Alguns membros da tripulação protegem-se do vento frio da madrugada tomando um gole de cachaça e conversam para acertar os últimos detalhes antes de embarcar. Todos sabem que a hora do trabalho é a hora da maré – e isso nunca foi diferente –, pois as águas dão o ritmo e os momentos dos encontros entre elas e os homens que pescam.

Em Suape, Zé Véio espera dois companheiros de pescaria (o irmão e o amigo) e seu pai na caiçara, para ir ao mar-de-fora. Os ventos estão propícios para que a tripulação vá pescar às dezoito horas, em pleno domingo.





Além disso, o céu está limpo e, por isso, as estrelas são fáceis de ser vistas, podendo, então, marcar o caminho da navegação por elas. No dia anterior, a equipe não pôde sair em razão do tempo nublado e dos fortes ventos que assolavam a costa, sendo imprevisível saber a sua rota. Nesse caso, o melhor não é ir de encontro aos desejos e às vontades da natureza. De fato, é a natureza quem convida e desconvida Zé Véio e seus companheiros de trabalho a entrar no mar.

Na espera dos companheiros de pescaria, Zé Véio joga uma partida de dominó, na caiçara, depois de ter conferido os reparados da rede feitos no dia anterior em companhia de seu pai e filha.

As pessoas chegam e partem em direção ao barco chamado *Coração*, logo depois de terem apanhado os isopores com gelo para guardar os pescados e também as redes. Todos vão passar a noite trabalhando, pois é bom aproveitar os últimos dias de junho, já que julho e, principalmente, agosto são meses de ventos fortes e sem direção previsível.

Não importa se é domingo e que outros trabalhadores, das mais distintas funções, estejam descansando em seus lares para enfrentar a segunda-feira. O tempo do pescador é outro. Realmente,

A pesca não tem hora certa, não. Tanto faz sair tal hora e chegar em outra indefinida. Nossa hora é a hora da maré. (Mestre Dedé, 47 anos, pescador de Itapissuma)

Isso vem de berço. (Zé Véio, 38 anos, pescador de Suape)

O nascimento das diferenças e das particularidades do povo do mar começa desde o berço. A socialização das pessoas na atividade de pescaria começa logo cedo, enquanto criança ou, no máximo, na adolescência. O berço, nesse caso, é o nascedouro de homens, de um tipo de profissional, de sujeitos com práticas sociais e simbólicas bastante próprias que ganham conformidade a partir do instante em que lidam com o mar, fazendo com que a hora do trabalho e a vida do pescador sejam “indefinidas” diante da noção de tempo do relógio estritamente urbano-industrial (CUNHA, 1988). Sem dúvida, “a pesca não tem hora certa” para uma visão de mundo apoiada no relógio tipicamente capitalista. Entretanto, isso não é o mesmo que dizer que os pescadores não cumprem horários, visto que o horário de





trabalho desse profissional é o “da maré”, do conhecimento que tem sobre o ambiente aquático. Isto é, ao forjar sua hora, a natureza forja, consequentemente, a hora do pescador.

A forma e o conteúdo presentes no modo de vida do povo do mar devem ser buscados no desnudar de suas realidades, materiais e imateriais. Das águas não brotam apenas peixes, crustáceos, marés, mangues, corais, mas também homens, com suas práxis sociais, que expressam os contornos adquiridos na vivência no (e com o) mar-de-dentro e de-fora. Nesse sentido, os territórios aquáticos, estuarino e marítimo, são as sementeiras de vidas, onde o trabalho pesqueiro torna-se a categoria essencial, ontológica, dos pescadores artesanais.

Como me disse Josué (46 anos, pescador de Suape): “a pesca é, antes de tudo, sobrevivência”. Sobreviver é, acima de qualquer coisa, continuar a existir e a ser um homem do mar, ao se apropriar da renda, dos alimentos, sonhos, desilusões, certezas e incertezas, que a atividade pesqueira cria e recria no tempo e no espaço itapissumense e suapense.

Sobreviver só é possível na medida em que os pescadores definem e realizam estratégias para enfrentar os impactos negativos em suas áreas de produção (o território aquático) e de morada (a terra) decorrentes da acelerada incorporação das regiões litorâneas à economia capitalista. Em Suape, a chegada do porto (1979), do hotel (meados da década de 1990) e da urbanização da orla, e, em Itapissuma, a poluição do Canal de Santa Cruz, o acréscimo de pessoas pescando por conta do desemprego em outros setores, que se somam à instalação de uma fazenda para cultivo de camarão na área, foram (e são) graves implicações do ponto de vista socioeconômico e ambiental com que os pescadores tiveram que lidar.

Para responder a esses impasses, os trabalhadores da pesca dessas localidades desenvolveram ações que podem ser elencadas da seguinte maneira: buscar novos pesqueiros (como em Itapissuma, pescar em outros rios e estuários fora do Canal de Santa Cruz e, no caso de Suape, ir para áreas mais distantes da costa); desenvolver, em alguns momentos, outras atividades econômicas; voltar, cada vez mais, o processo de captura dos produtos do mar em direção aos interesses do mercado; e, acima de tudo, continuar destinando uma parcela da produção pesqueira para o consumo familiar. Ademais, o aumento da entrada das mulheres na atividade da pesca, na venda de pescados, bebidas e petiscos na beira da praia também





são estratégias de reprodução social articuladas pelas famílias que vivem da pesca em Itapissuma e Suape.

Todavia, há um grupo de pescadores suapenses, especificamente os que pescam no estuário e na baía, que, por não terem recursos financeiros para comprar barcos motorizados, vêem sua atividade produtiva cada vez mais inviabilizada pelas mencionadas transformações ecológicas, fato que leva muitos a abandonar a pesca artesanal.

Cabe dizer que construir estratégias de sobrevivência na pescaria artesanal é apoiar-se, fundamentalmente, nos laços de parentesco e amizade. Portanto, os laços de pertencimento tornam-se a base essencial da organização produtiva na pesca, e isso acontece por diversos motivos. Para suportar os caminhos arduos das águas, dos ventos e as condições de sorte e azar, é que “pesco com compadres, pra não me aperrear” (Abiezer de Moura, 40 anos, pescador de Itapissuma). Os laços pessoais, portanto, minimizam o enfrentamento das desventuras e alimentam, por outro lado, as possibilidades de sucesso no mar.

O segredo para esconder os bons pesqueiros, as melhores técnicas para se manusear os instrumentos de trabalho no mar – na disputa com outras equipes de pescaria – e os acordos de cooperação e convivência firmados sob a luz da ética entre os pescadores no processo de trabalho assentam-se também nas relações familiares, fazendo com que as estratégias de sobrevivência adotadas pelas famílias sejam aspectos indissolúveis na atividade pesqueira artesanal em Itapissuma e Suape. Tudo isso respalda, e é respaldado, no conhecimento que os pescadores devem possuir acerca dos recursos aquáticos. A pesca exige, acima de tudo, entrosamento entre o profissional e a cadeia de relações que compõem o recurso estuarino e marítimo; o pescador constrói um sentimento de pertença também com o mar, como um ser que dele faz parte e que percebe suas vontades e caprichos. Mais do que ninguém, o pescador artesanal tem que ir a favor da maré, das situações naturais postas, buscando sintonizar seu processo de captura às condições ecológicas que se apresentam, ao forjar um sistema de parceria com as águas, ventos, as estrelas e fases lunares.

Esse sentimento de pertença a uma territorialidade aquática medeia o ato do trabalho pesqueiro. A pesca é uma arte expressa pela perspicácia que esses homens têm para capturar peixes, fazer leituras precisas dos ritmos da natureza e descobrir pesqueiros.





Elaborar estratégias de trabalho, garantir a reprodução social e afirmar cumplicidades com o mar-de-dentro e o mar-de-fora, são componentes intrínsecos à prática da mestrança. Ninguém é mais cúmplice do caminho das águas, dos seus segredos e mistérios do que o mestre, porque é ele o portador de um legado, de uma tradição, que se recria e é recriada no momento em que a pesca artesanal consegue responder aos impasses socioambientais postos pela depredação provocada pelo turismo, urbanização, porto, indústria, entre outros.

Cabe ao mestre, então, encontrar pesqueiros, organizar a equipe de trabalho e dar coesão à mesma com base numa ética pesqueira de boa convivência, reciprocidade e cooperação, que possui na família e nos laços de amizade a sua razão de ser.

Mesmo diante das graves mudanças que vivenciaram Itapissuma e Suape, os pescadores artesanais fizeram da atividade pesqueira mais do que um refúgio para si e seus familiares, como estratégia de reprodução social. Esses homens e suas famílias conseguiram gerar formas ricas de relações socioculturais, de representações de mundo e, especialmente, de interação única com o mar-de-dentro e o mar-de-fora. Assim sendo, a pescaria não se reduziu à característica de sua funcionalidade econômica, pois essa ação dialógica com o mar produz também simbologias, representações, sentimentos e um rico imaginário.

Trabalho e pertencimento aproximam esses pescadores, estuarinos e marítimos, não apenas como fruto de um recurso analítico estabelecido por este estudo, mas na qualidade de categorias concretas formadas a partir de ações objetivadas, que agem dialeticamente e que fundamentam os instrumentos de reprodução social das pessoas que vivem da pescaria.

O espaço aquático é o chão em que se firmam e se projetam o trabalho e o modo de vida dos pescadores artesanais. A natureza das ações dos profissionais de pescaria tem muito da natureza do mar: desconfiança, força, beleza, imaginário, riqueza, capricho, algo arredio e liberto.

Muitas vezes, os homens que vivem da pesca afirmaram que ser pescador é, acima de tudo, ser livre, é ser uma pessoa liberta. Mais uma vez, são os recursos aquáticos que alimentam esse sentimento de liberdade, que projetam nas representações desses homens essa visão e sensação, “porque a gente vai quando quer. Ninguém obriga” (Severino dos Santos, 36 anos, pescador de Itapissuma). A obrigação estabelecida pelas vontades





do mar para ir ao trabalho não é a mesma coisa do que ser obrigado por uma pessoa ou uma instituição, pois o ato de criação artística do trabalho pesqueiro, de sua liberdade de planejamento, é feito pelo próprio pescador de modo cooperado com seus parceiros de profissão embarcados em comum acordo com o mestre, não sendo algo imposto e alheio às suas vontades.

Ser pescador não é ser um mero objeto, mas ser artífice também de um projeto de vida, que se movimenta – ganhando forma e substância – de acordo com o ritmo das águas e das relações sociais típicas das comunidades pesqueiras, que se integram a uma trama social mais ampla (a chegada do porto, hotel, fazenda de camarão, desemprego).

O modo de vida, suas relações de trabalho e os laços de pertencimento dos pescadores são construídos sobre as águas, sobre suas rotas, seus perigos e bonanças, limites e possibilidades, que permitem o surgimento de um povo distinto, por seus costumes, éticas, trabalho, cooperação, representações; de um povo singular.

“Ah, esse povo do mar!”



Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor. *Minima moralia*: reflexões a partir da vida danificada. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1993.
- AGUIAR, Severino. *Mudanças em um grupo de jangadeiros de Pernambuco*. Recife: Imprensa Universitária, 1965.
- ALMEIDA, Graziela Brito de. *Trabalhadores do mar de fora*: uma análise de processo de recepção, interpretação e utilização das mensagens hegemônicas modernizadoras pelos pescadores do município de São José da Coroa Grande, PE. Dissertação de Mestrado em Comunicação Rural. Recife: UFRPE, 1997.
- ANDRADE, Antônio Ricardo Pereira de. *Comunicação e ecologia*: o homem e o meio ambiente nas representações de pescadores da Vila de Suape, PE. Dissertação de Mestrado em Administração e Comunicação Rural. Recife: UFRPE, 1997.
- ANDRADE, Manuel Correia. *A terra e o homem do Nordeste*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- _____. *Agricultura e capitalismo*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3ª edição. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ASSIS, Ana I. Campelo & GOUVEIA, Ana Paula de M. Freire. *O impacto da instalação do Complexo Industrial Portuário de Suape e as transformações ocorridas na vida da população local*: uma experiência de serviço social. Trabalho de monografia em Serviço Social. Recife: UFPE, 2000.
- BONIN, Anamaria Aimoré. *A pesca e seus trajetos*: um estudo dos pescadores dos pescadores artesanais do Canto da Praia de Itapema, SC. Tese de Doutorado em Antropologia. São Paulo: PUC, 1984.
- BRAGA, Ricardo Augusto Pêsoa. *Avaliação de impactos ambientais em zonas estuarinas de Pernambuco*. Relatório Nº 1 – Avaliação de impactos ambientais na zona estuarina de Suape. Recife: UFPE, 1989.





- _____. “Caracterização das estuarinas de Pernambuco”. In: PRORENDA-RURAL, PE. *I Seminário Internacional: perspectivas e implicações da carcinicultura estuarina no estado de Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2000. p. 13-20.
- BRASIL, João Pompeu de Souza. “Apontamentos para o estudo do ‘campesinato pescador’ nordestino”. In: *Revista de Ciências Sociais*, vol. IV, nº 2. Fortaleza: UFCE, 1973. p. 5-18.
- BRITTO, Rosyan Campos de Caldas. *Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo, RJ*. Niterói: Eduff, 1999.
- CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. *O movimento social dos pescadores em Pernambuco (1920-1983)*. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural. Florianópolis: UFSC, 1986.
- _____. *A voz do mar: construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela Missão do Cruzador “José Bonifácio” (1919-1924)*. Tese de Doutorado em Comunicação. São Paulo: USP, 1994.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1971.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Jangadeiros*. Rio de Janeiro: SAI, 1957.
- _____. *Jangada: uma pesquisa etnográfica*. 2ª edição. São Paulo: Global, 2002.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. “Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação no Vale do São Francisco”. In: _____ (org.). *Globalização, trabalho e meio ambiente*. Recife: UFPE, 1999.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.
- CORDELL, John. *A Sea of Small Boats*. Massachusetts: Cambridge, 1989.
- _____. “Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia”. In: DIEGUES, Antonio Carlos & MOREIRA, André de Castro (org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 139-60.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “Lukács, a ontologia e a política”. In: ANTUNES, Ricardo & RÊGO, Walquiria Leão (org.). *Lukács, um Galileu no século XX*. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 1996. p. 16-26.
- CRUZ NETO, Otávio. “O trabalho de campo como descoberta e criação”. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 20ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 51-66.
- CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. *Entre o mar e a terra: tempo e espaço na pesca em Barra da Lagoa, SC*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. São Paulo: PUC, 1987.
- _____. “O pescador artesanal na ótica do urbano-industrial”. In: *Revista Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, UFPB-II. Campina Grande, nº 7, ano 9, vol. 5, jun. 1988.
- _____. “Tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal”. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). *Imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 101-10.
- DANTAS SILVA, Leonardo. “Pernambuco: história e aspectos de sua paisagem”. In: MAIOR, Mário Souto & SILVA, Leonardo Dantas (org.). *A paisagem pernambucana*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1993.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *Pesca e marginalização no litoral paulista*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. São Paulo: USP, 1973.
- _____. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *Povos e mares*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995a.
- _____. *Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995b.
- _____. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Ilhas e mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Hucitec, 1998.



- _____. “Navegando pelas montanhas: pesca de marcação e mestrança em Galinhos, Rio Grande do Norte, Brasil”. In: _____ (org.). *Imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 65-84.
- DUARTE, Luiz. *As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da produção de pescado em Jurujuba*. Rio de Janeiro: Eduff, 1999.
- FIDEM. *Perfil municipal*. Recife: FIDEM, 2001.
- FIRTH, Raymond. *Capital Saving in Peasant Societies*. Chicago: Aldine Publishin Co., 1964.
- FORMAN, S. *The Raft Fishermen: Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy*. Indiana: University Press, 1970.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. 3ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
- _____. *Sobrados e mucambos*. 4ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- GARDNER, George. “O Recife, Olinda, Itamaracá e arredores”. In: MAIOR, Mário Souto & SILVA, Leonardo Dantas (org.). *A paisagem pernambucana*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1993. p. 139-53.
- GODOI, Emília Pietrafesa. “O sistema do lugar: história, território e memória no sertão”. In: _____ & NIEMEYER, Ana Maria de. *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 97-131.
- _____. *O trabalho de memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1999.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 6ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- IBAMA. *Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina no Nordeste do Brasil, 1999*. Tamandaré (PE): CEPENE/IBAMA, 2000.
- _____. *Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina no Nordeste do Brasil, 2002*. Tamandaré (PE): CEPENE/IBAMA, 2002.
- IBGE. *Censo populacional*. Brasília: IBGE, 2000.
- LANNA, Marcos P. D. *A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- LESSA, Sérgio. *Trabalho e ser social*. Maceió: EUFC/Edufal, 1997a.
- _____. *A ontologia de Lukács*. 2ª edição. Maceió: Edufal, 1997b.
- LIMA, Clarissa & LIMA, Iara. *Suape*. Vídeo experimental para conclusão do curso de graduação em Comunicação. Recife: UFPE, 1997.
- LIMA, Dário de Araújo. *As relações sociais de produção dos pescadores do Canto do Mangue, Natal, RN*. Dissertação em Desenvolvimento Regional e Urbano. Florianópolis: UFSC, 1995.
- LIMA, Roberto Kant de. *Pescadores de Itaipu*. Niterói: Eduff, 1997.
- LIMA, Tânia & QUINAMO, Tarcísio. “Características sócio-econômicas”. In: LIMA, Tânia et al. (org.). *Gerenciamento participativo de estuários e manguezais*. Recife: UFPE, 2000.
- LOUREIRO, Violeta Refklefsky. *Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia*. Belém: CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985.
- LUKÁCS, Georg. “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem”. In: _____ et al. *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. p. 1-18.
- _____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais em Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

- _____. “A ontologia em Marx: questões metodológicas preliminares”. In: NETO, José Paulo (org.) *Lukács*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1992. p. 87-106. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)
- _____. “Prefácio”. In: HELLER, Agnes. *Sociologia de la vida cotidiana*. 4ª edição. Barcelona: Ediciones Península, 1994. p. 9-14.
- _____. *Pensamento vivido: autobiografia em diálogo*. São Paulo/Viçosa: Estudos e Edições Ad Hominem/UFV, 1999.
- KATER, Maria das Graças. *As pescadeiras de crustáceos dos municípios de Igarassu e Itapissuma, Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1990.
- MALDONADO, Simone Carneiro. “Eu sou o dono desta canoa: reflexões sobre a antropologia da pesca”. In: *Cadernos Paraibanos de Antropologia da UFPB, João Pessoa (PB)*, nº 1. João Pessoa: UFPB, 1985, p. 43- 55.
- _____. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 1994.
- _____. “A caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples”. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). *Imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 59-68.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976. (Coleção Os Pensadores)
- MANESCHY, Maria Cristina. *Uma comunidade pesqueira ameaçada*. Dissertação de Mestrado. Belém: UFPA/NEA, 1988.
- MARX, Karl. “Manuscritos econômicos e filosóficos”. In: FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.
- _____. *O capital*. Livro I, vol. 1. 8ª edição. São Paulo: Difel, 1982.
- _____. *O capital*. Livro I, vol. 2. 8ª edição. São Paulo: Difel, 1982.
- MASI, Domenico De. *O futuro do trabalho*. 4ª edição. Rio de Janeiro/ Brasília: José Olympio/ Editora UnB, 2000.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. Campinas/São Paulo: Ed. da UNICAMP/Boitempo, 2002.
- MILLER, Francisca de Souza. *A organização social de uma comunidade de pescadores-agricultores do litoral sul do Rio Grande do Norte*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Recife: UFPE, 1992.
- MOREIRA, Inaldo Lima. *A problemática da construção do complexo industrial e portuário de Suape e sua repercussão sobre a pesca artesanal local*. Recife: UFPE, 1988.
- MOURÃO, Fernando A. *Os pescadores do litoral sul de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/CEC, 2003.
- MUSSOLINI, Gioconda. *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- NABUCO, Joaquim. “Massangana”. In: MAIOR, Mário Souto & SILVA, Leonardo Dantas (org.). *A paisagem pernambucana*. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1993. p. 193-201.
- OLIVEIRA, Ricardo Severino de. *Estudo dos impactos sócio-econômicos e ambientais do Complexo Turístico Enseada de Suape, PE*. Mimeo. Recife: 1997.
- PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. *Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu*. Rio de Janeiro: Eduff, 2003.
- PRORENDA-RURAL, PE. *I Seminário Internacional: perspectivas e implicações da carcinicultura estuarina no estado de Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2000.

- QUINAMO, Tarcísio. “Características sócio-econômicas e ambientais da pesca no Canal de Santa Cruz, PE”. In: PRORENDA-RURAL, PE. *I Seminário Internacional: perspectivas e implicações da carcinicultura estuarina no estado de Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2000. p-30-7.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. *Pescadores artesanais e o poder público: um estudo sobre a Colônia de Pesca, de Itapissuma, PE*. Monografia em Sociologia Rural. Recife: UFRPE, 1999.
- _____. “Natureza e representação social popular: o caso dos camponeses”. In: Coordenadoria de Estudos Folclóricos da Fundaj. *Folclore*. nº 289. Recife: set/2001, p. 1-8,.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social, métodos e técnicas*. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1999.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. 2ª edição. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.
- SILVA, Gláucia Oliveira da. *Tudo que tem na terra tem no mar*. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional do Folclore, 1989.
- SILVA, Luiz Geraldo Santos da. *Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1993.
- SOBRINHO, José Ramos. *Estudo antropológico do aglomerado de Suape*. Recife: CONDEPE, 1978.
- STANDEN, Hans (1993). “Prannembucke”. In: MAIOR, Mário Souto & SILVA, Leonardo Dantas (org.). *A paisagem pernambucana*. Recife: FUNDAJ/ Editora Massangana, p. 13-7.
- GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Suape: complexo industrial portuário*. Recife: 1978.
- _____. *Suape: ecologia e cultura*. Recife: Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco – CONDEPE, 1978.
- TEIXEIRA, Olívio Alberto. “O processo de proletarização da pequena produção pesqueira pelo capital: algumas evidências”. In *Revista Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. nº 7, ano 9, vol. 5. Campina Grande: UFPB-II, jun./1988, p. 41- 47.
- TIMM, José Ubirajara. “O artesanato pesqueiro: suas origens, adversidades e perspectivas. O enfoque nacional e os aspectos da problemática catarinense”. In *Revista de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas*, vol. 12. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1977.
- TRIVIÑOS, Augusto. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o ‘rural’ como espaço singular e ator coletivo”. In: *Estudos: sociedade e agricultura*, nº 15, Rio de Janeiro: UFRRJ, out./2000, p. 87-145.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.
- WOLF, ERIC. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- WOORTMANN, Ellen F. “O ambiente e a mulher: o caso do litoral do Rio Grande do Norte, Brasil”. In: *Latin American Studies*, nº 12. Tokyo: The Association for Latin American Studies, 1992, p. 31-53.

